BOA STD
Over CAT AC SECT SER CAT
Author: MATOS
C1880-
Title: RELAÇÃO
E CURIOSO
CIDADE DE LIS
Place, Publisher, Date:
1925
Series:
LC #:
Fund: TC II
Lib.
Rec d:
Rec.
No.
Pric
Appl

THE LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF
NORTH CAROLINA
AT CHAPEL HILL

ENDOWED BY THE
DIALECTIC AND PHILANTHROPIC
SOCIETIES

a 00002 863217

This book is due at the WALTER R. DAVIS LIBRARY on the last date stamped under "Date Due." If not on hold it may be renewed by bringing it to the library.

| DATE DUE | RET. | DATE DUE | RET. |
|---|---|---|---|
| MAR 0 2 1994 | | | |
| | FEB | | |

Form No. 513, Rev. 7/84

Digitized by the Internet Archive
in 2023 with funding from
University of North Carolina at Chapel Hill

https://archive.org/details/relaodevarioscas00sequ

# RELAÇÃO DE VÁRIOS CASOS NOTÁVEIS E CURIOSOS SUCEDIDOS EM tempo na cidade de Lisboa e em outras terras de Portugal, agora reunidos, comentados e dados à luz

POR

*GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA*
OLISSIPONENSE

EM COIMBRA
Na IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
*Com todas as licenças necessárias.*

ANO DE MDCCCCXXV

# RELAÇÃO DE VARIOS CASOS
notáveis e curiosos sucedidos em tempo
na cidade de Lisboa e em outras
terras de Portugal, agora re-
unidos, comentados e
dados à luz

RC
C

# RELAÇÃO

DP540
.M38
1925

## DE VARIOS CASOS

NOTAVEIS E CURIOSOS SUCEDIdos em tempo na cidade de Lisboa e em outras terras de Portugal, agora reunidos, comentados e dados à luz

POR

*GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA*
OLISSIPONENSE

UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA
PROPERTY OF
LIBRARY
AT CHAPEL HILL

EM COIMBRA
Na IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
*Com todas as licenças necessárias.*

ANO DE MDCCCCXXV

# AO LEITOR

*A falta de mais expressivo título que coubesse ao feixe de estudos que constituem êste volume, fui escolher modêlo ao das velhas* Relações *dos séculos* XVII *e* XVIII *noticiadoras de sucessos vários, desde o milagre com intuitos de ensinamento moral, até às festividades cortesãs, guerras de turcos, combates com a moirama, descripções de cataclismos, aparecimento de monstros, e quejandos assuntos com que se engravidaram milhares de folhetos cavalgados em barbantes, pelos cegos, nos arcos do Rossio.*

*A exigüidade da expansão do noticiário, circunscrita aos* Mercúrios *e às* Gazetas, *determinava essa forma de vulgarização iniciada propìciamente por António de Sousa de Macedo e Freire Monterroio, precursores do jornalismo, e seguida depois, pelo século*

*de setecentos fora, por numerosos foliculários cujos nomes se atropelam na memória mais sòlidamente ordenada.*

*A êste livro, que não é mais do que uma «miscelânea» de casos, uma* salada de várias plantas, *como o classificaria o cavaleiroso Miguel Leitão de Andrade, julgo não ficar descabido, assim, o título que o encabeça. O leitor o verá, percorrendo-o. É — dir-se-ia — um jornalismo retrospectivo, uma reportagem laivada de lirismos regressivos inevitáveis em quem, gostoso de jornadear pelo passado, se deixa penetrar de tôda a poesia das ruínas; uma ronda de viajeiro contemplativo a quem muito apraz indagar, cuscuvilhar, conjecturar, perpassando entre cadáveres de gente e de coisas fazendo-as agitar de novo, sentir e falar, num momento de milagre.*

*Os meus verbetes vão arquivando, como os «linguados» de redacção, a vida que passou, não ontem mas há séculos, e como no jornalismo, em que se escreve febrilmente e se dispensa, por imposição do tempo, a tintura literária, nesta reportagem retrospectiva descura-se também da forma, que lhe seria apenas acessória. Os casos e scenas de outro tempo comentados*

*neste volume, vão como artigos de jornal, mais impressivos do que filosóficos, menos literários do que sentimentais. É uma policroma e extravagante manta de retalhos. Se não acertei bem os pedaços, se bem lhe não soube combinar os tons e entremear a variedade dos padrões, o leitor que mo desculpe.*

*E aí fica o livro.*

# A DEVOÇÃO DO "MENINO JESUS„

UEM visita em Coimbra o «Museu Machado de Castro», vasto repositório de obras de arte e de curiosíssimos especimes etnográficos que a erudição, a inteligência e o esfôrço de António Augusto Gonçalves ali reüniram, não deixa de reparar, certamente, em uma das salas, na imagem de um «Menino Jesus», cujos pèzitos gordos e côr de rosa assentam sôbre uma pira de corações chamejantes e a que não faltam, também, sobressaindo ao trajo romano, os atributos pagãos do deus Cupido. O letreiro explicativo, apontando essa imagem como um exemplar interessante e raro de devoção conventual, sugere às imaginativas menos vivas um mundo de reflexões. Diante daquêle «Menino Deus», que uma redoma defende, a gente, insensìvelmente, é arrastada até o ambiente claustral onde o Amor Humano, tendo-se resignado a roçar as àsas pelas reixas das portarias e dos locutórios, só conseguia entrar lá dentro corporizando-se na figura infantil de Jesus, e pedindo-lhe um abrigo para nêle receber as ânsias de tanto coração torturado e de tanto espírito abrasado em desejos de amar.

No Deus Menino quanta vez se fundiam assim os dois amores: o Divino e o Humano? Aquela grácil e piedosa imagem cuja meninice permitia todos os devaneios amorosos das monjas, quantas vezes ouviria, nas confidências apaixonadas das jaculatórias, através da expressão enternecida de cada apêlo devoto, os gritos da carne martirizada implorando, inconscientemente, alguma coisa mais do que as delícias místicas que haviam de dessedentar-lhes as almas!

É ouvi-las implorar, é ler-lhes os seus rogos inflamados!

Falavam ao Menino e era a Cupido, sem o saber, que se dirigiam, porque a vibração dos nervos coava-se-lhe através do espírito, enganando-as (1).

Elas viviam na confusão dos dois amores e raras seriam aquelas que tivessem aprendido, em Gregório de Olivares, a fazer a destrinça do falso amor que errava os caminhos do Céu, e do amor verdadeiro que para lá as conduzia, umas porque vivessem e amassem antes que êle escrevesse, outras porque o livro deposto pelo autor nas mãos do infante D. Francisco, em 1709, não lograsse chegar-lhes aos olhos resplandecentes de curiosidade. Quantas delas não teriam desacertado por atalhos concupiscentes se lessem êsse tratado do verdadeiro Amor! Repare o leitor no título:

*Cupido prostrado, amor profano desvanecido, mostra-se*

---

(1) O Menino Jesus era tão Cupido, e como Cupido era tão cego, que até havia em Lisboa uma irmandade dos Homens Cegos, vendedores de folhetos e folhinhas, chamada «Irmandade do Menino Jesus». A sede foi primitivamente em S. Jorge e depois em S. Martinho.

*a real existencia do Amor, & sua maravilhosa comunicação a toda a natureza creada. Expoem-se todas as condiçoens attribuidas a este affecto & no exame de cada uma se convence do Cupidineo & Venereo a falsidade. Trattado Moral tam util, como curioso: Exornado com autoridades, & exemplos das divinas, & humanas Letras; em que se manifesta a origem, & a forma assim do verdadeyro, como do falso amor, & amizade: com larga expressão dos motivos, & danos da concupiscencia: com varios remedios para se evitarem: com alguns documentos para converter os animos ao amor do Summo Bem; & com outros avisos concernentes ao governo moral do homem & ao economico dos Paes de familias!!!*

O «Menino Jesus»
do Museu Machado de Castro

Até a economia dos pais de família era precavida contra os erros na conjugação do irregularíssimo verbo Amar!

Grande obra a tua, Gregório de Olivares! Pena foi

que tão poucas a penetrassem e sôbre ela adormecessem, solicitando conselhos às travesseiras dos catres. Quantas se não teriam convertido ao amor do Sumo Bem relendo os teus exemplos, praticando os teus remédios infalíveis, e engeitando o engrinaldar de carcazes, setas e aljavas as imagens cristãs!

A devoção do «Menino Jesus» não teria degenerado nesse culto pagão, e vós — freirinhas de outro tempo! — não teríeis sido sacerdotisas do altar do buliçoso filho da *Venus Genitrix*, se o *Cupido prostrado* pela sólida argumentação de Olivares, tivesse sido entrevisto à luz macia das candeias conventuais.

*
* *

Os séculos XVII e XVIII foram pródigos nessas devoções inçadas de sensualismo.

Em Santa Clara, na Rosa, em Xabregas e em Odivelas — as quatro clausuras galantes e fidalgas de Lisboa — os *Meninos* não faltavam.

Nos espólios dos mosteiros aparecem com freqüência essas imagens, ora deitadas nas palhas dos Presépios, figurando-os recém-nascidos sob o alpendre rústico de Belém, ora dentro de berços e camilhas profanas, adornadas de cambraias e rendas, ou então sôbre peanhas de talha doirada e marmoreada, revestidos de roupas talares, de resplendor e vara de açucenas, ou entrajados à cortesã, de casaca de sêda bordada, colete de raminhos, calção, tricórnio apresilhado de pedras, *cadogan* enastrado de fitas e Hábito de Cristo, com o *quitó* doirado pendente à esquerda, e fivelas de «minas novas» nos

çapatos. Era o galanteio de humanizar a divindade, o amoroso desvêlo de a tornar mais permeável às orações inflamadas, o disfarce essencial para melhor as inspirar.

Todo o bando gárrulo das noviças e das freiras, encerradas nessas gaiolas de grades frágeis, consumia a essência feminina alimentando as labaredas devotas do misticismo, no cuidado com que tratava dos *Meninos*. Entre a comunidade disputava-se o encargo delicioso de os aninhar entre os lençóis arrendados ou de os revestir de *primaveras* e de *nobrezas* talhadas pacientemente para os seus corpinhos delicados, servindo-lhes de aias, de mães e de amantes, a ponto de se cavarem abismos entre as monjas, à conta de zelos e de ciúmes que tanta vez alteraram o sossêgo do claustro e a paz das consciências.

Quando Sóror Teresa Juliana de São Boaventura, freirinha letrada e santa do mosteiro de Santa Clara, se dirigia ao Menino de Belém, chamando-o: *Meu Menino da minha alma, meu Menino de flores, meu Menino de ouro, meu Menino de cristal, meu Menino vindo do céu*, e lhe dizia: *Vós sois um feitiço, vós sois um enleio, vós sois um encanto*, deixando-se trespassar com as palhinhas do Presépio, que ela confessava serem mais ardentes setas do que as de Cupido, era exactamente ao lindo Deus pagão que ela sacrificava e não ao infante divino que, na sua frente, se deitava sob o alpendre tôsco no altar do Nascimento.

Aqueles turbados espíritos incendiam-se perante o rostinho infantil das imagens. Havia verdadeira voluptuosidade em tocar-lhes o peito e os braços quando os envolviam cueiros e fraldilhas de Holanda, no entrajá-los de sêdas aperoladas e no enfeitá-los de jóias.

Êsses inocentes passatempos despertavam nelas, depois do instinto amoroso, o instinto maternal, e os Meninos eram acalentados e acarinhados como criancinhas de peito, embalados em berços miniaturais e cobertos de lágrimas ao canto de endeixas repassadas de ternura.

Sóror Teresa Juliana, que em casa do marquês de Gouveia, em tempo do senhor D. João V, conseguira entabolar conversação com uma caveira, a quem os demónios tentaram em vão disfarçando-se em ratos, cuja vida foi um rosário de milagres e que era também poetisa, assombro de santidade e de perfeição religiosa, era tão-sòmente um especime vulgar de amorosa do Menino Jesus.

Como ela, com tais predicados e virtudes, houve centenares de religiosas.

Sóror Micaela dos Anjos, do convento da Conceição de Beja (companheira de Mariana Alcoforado), que faleceu com 60 anos em 1713, fôra uma dessas. O Menino vinha à sua cela e como ela trabalhava habitualmente na feitura de ramos e capelas de flores para os altares, ajudava-a nesse mister pondo génio nos seus dedos artistas. Às vezes estava com tanto afan a auxiliá-la, era tão rápido na escolha dos pedacinhos de tela encaracolada, tão contente e presto lhe bailava em roda do banco de florista, que a Madre Micaela atalhava a sua precipitação, dizendo: — *Aquietai-vos! Como estais travêsso!* — E tôda ela se regalava da intimidade da advertência!

No bejense convento das Carmelitas, outra freira, a Madre Mariana da Purificação, era tão favorecida como Sóror Micaela. O Menino Jesus abraça-a, aconchega-a, brinca com ela, alimenta-a com o sangue do seu amor,

deita-se-lhe no catre e passa a noite amimando-a e escaldando-a de volúpia mística, de tal forma que só à ordem do confessor ela larga as roupas da noite e se desprende dos braços do Menino, podendo dizer como Sóror Mariana da Conceição, outra companheira da amante de Chamilly: — *Saí daquela fogueira divina como quem sai dum fogo ardente.*

O que essa carmelita sentia, confessa-o ela própria, eram baques e abalos no coração que ela escutava com os ouvidos corporais, desejando rasgar o peito com as mãos e as unhas para que o Menino voasse para dentro do seu coração.

Outro exemplo de amorosa foi a madre xabregana Sebastiana de Jesus Maria, no século Sebastiana de Vilhena, filha de Jorge de Ataíde e de D. Catarina de Vilhena, e sobrinha da grande Felipa de Vilhena. Diante do altar da Virgem as suas súplicas eram assim:

— *Oh! Menino dai-me licença que vos acalente! Se se dará bem comigo, minha Rainha; se me extranhará! Dizei-lhe que sou sua! esta beleza, este amor meu, este bem infinito, pois quero-o abraçar e dar-lhe mil osculos, que he mui formoso! oh! meu Deus! oh! meu Menino! oh! meu amor verdadeiro e alegria da minha alma, vinde a este coração, pôr fogo de amor que desterro toda a frieza! Vinde estar comigo! vinde nascer em esta alma e seja para sempre vossa!*

Há um sensualismo imenso nesta jaculatória. Sóror Sebastiana implorava à Virgem que a recomendasse ao Menino. Era um verdadeiro pedido de empenho.

A abadessa do Convento de Santa Clara de Portalegre, Sóror Isabel do Menino Jesus, tinha uma imagem do in-

fante do Presépio, donde derivara o seu nome conventual, com a qual conversava amiúde. Guardava-a na cela dentro duma caixinha almofadada. Num dos seus devotos colóquios em que suplicava lhe roubasse o coração, o Menino respondeu que fechado dentro da caixa estava impossibilitado de cometer o dulcíssimo roubo. Sóror Isabel compreendeu tudo, pô-lo no côro e logo se cumpriu a visão que certo dia tivera. A Virgem aparecera-lhe com o Menino nos braços. Deslumbrada, gritara, suplicara, rojando-se no chão, que lho desse, que lho entregasse, e ao preguntar, deliciada com o acariciá-lo no regaço, de que se sustentava o pequenino Deus, a Virgem respondera-lhe:

— De corações. Dá-lhe o teu até que tenhas outro que lhe ofereças.

E Nossa Senhora ficou-lhe a cantar dentro da alma para que o Menino adormecesse encostado ao seu coração.

No Mosteiro do Sacramento, em Alcântara, outra freirinha, a Madre Cecília dos Anjos, à falta de um tinha três Meninos com quem repartia a sua devoção. Uma das imagens, que ela mesmo baptizara de *Senhor Siganinho,* «lembrada do destêrro egipcíaco», fôra trazida de Castela pelo Padre Mestre Frei João de Vasconcelos, que dorme o seu eterno sono ali na sacristia de São Domingos. Representava o Deus Menino sôbre uma almofada. Uma das suas prodigiosas particularidades era a de mudar de expressão e, perante as confidências da freira, ora sorria ora carregava o sôbrecenho num ar severo de reprimenda. Sóror Cecília, que era destríssima em costuras, entretinha os ócios conventuais a fazer roupinhas para o enxoval dos Meninos.

O *Menino Jesus da Caridade*, que tambem era conversado da religiosa e que «metia devoção e respeito» (dizia o cronista da Ordem de S. Domingos), estava sentado numa cadeirinha de brocado, tendo nas mãos uma bandeira de sêda branca com as cinco chagas a vermelho, obra das mãos pacientes de Sóror Cecília.

A terceira imagem era a mais prodigiosa. Figurava o Menino dormindo sôbre uma almofada, e chamavam-lhe na clausura o *Menino que se fez*. Repare o leitor no nome. Os rodeios de que Frei Lucas de Santa Catarina se serve para o explicar é que são curiosíssimos. Escolhendo aflitivamente os termos diz que o Menino estava dormindo «*mas com tão imprópria semelhança da gentileza que representava que a falta dela o escusou, a voto das religiosas, de estar à vista*». Em conclusão, o Menino estava impròpriamente perfeito. E foi desterrado para um gavetão do arcaz da sacristia. Passaram anos. Certa ocasião uma freirinha curiosa — talvez a própria Sóror Cecília — deu com a imagem abandonada entre paramentos. Espanto justificado da parte dela! Pois quê! um tesouro daqueles ali oculto? Com a alegria do achado chamou a atenção das outras, que ficaram confusas com a lembrança das razões que tinham determinado tal exílio. Qual não foi, porém, a admiração e a alegria da comunidade quando, ao encarar-se a imagem de olhos constrangidos pelo receio da perfeição anatómica, viram o Menino, se bem que menos completo, muito mais venerável. E então lhe ficou o nome de *Menino que se fez*.

Sóror Cecília adorava-os a todos igualmente. Fora dessa adoração apenas se lhe conheceu uma grande simpatia

devota pelo confessor, um clérigo fastiento a quem só apeteciam, nas crises de falta de apetite, as iguarias de pombos. A Providência premiou algumas vezes essa santa simpatia com sucessos invulgares. Certa tarde, quando tôdas as religiosas, igualmente penalizadas pelo fastio do confessor, andavam à caça dos pombos correndo no jardim do claustro, Sóror Cecília avistou um que logo se lhe veio entregar poisando-lhe nas mãos. Daí a nada estava guisado e no estômago do fastiento.

Já o leitor vê que à santidade da freirinha apenas se podia emparelhar a estupidez do pombo.

*
* *

Em Beja, que foi alfôbre de monjas predestinadas, houve muitas amorosas do Deus Menino. A Madre Maria Perpétua da Luz, indefesa vítima do «Porco Sujo», a quem foi dado ter a visão do Inferno para compunção da sua alma, e cuja vida escreveu o padre José Pereira de Santana, era tão galanteada pelo divino infante que era êle, nuzinho em pêlo, rechonchudo e risonho, quem lhe transportava as chaves quando ia para o confessionário.

A Madre tinha-o em adoração dentro de uma lapinha adornada de «perpétuas», mas êle, às vezes, fugia de lá e ia deitar-se-lhe no peito com a cabeça para o lado direito e os pés sôbre o coração, como se nêle tivesse encontrado a mais sólida peanha. E dizia-lhe:

— Não quero estar senão aqui. A tua alma é que é a minha lapinha.

Outras vezes surgia-lhe no côro, de cestinho no braço,

ajoujado com a serra e o martelo de S. José, e ia meter-lhe os dedos nos buracos da touca esfarrapada segredando-lhe, apaixonadamente, ao sentir-lhe as lágrimas:

— Não chores! Adverte que estás assim muito mais especiosa.

E a especiosa freira tinha vágados de gôzo espiritual!

Sóror Mariana de Beja, freirinha carmelita, famosa no seu tempo como raro exemplar de perfeição monástica, tinha também uma imagem com quem tratava tão íntima e familiarmente como se fôra um pequerrucho do seu maior afecto. O Menino deitava-se-lhe nos braços, ela enfiava-lhe os dedos pelos anéis do cabelo «que lhe enlaçavam o coração», adormecia-o ao colo, contava-lhe histórias, brincava com êle e conversavam tempo infinito. Outras vezes vinha ajudá-la a dobar as meadas, e o novêlo, mais do que andava, voava de contente entre as suas mãozitas côr de rosa.

Um dia estava ela em adoração; num daqueles êxtases místicos que lhe eram habituais, quando o Menino lhe veio propor uma partida de cartas.

— Mas eu não sei jogar, meu Amor! — disse ela, sem se lembrar que o Menino lhe ensinaria o jôgo milagrosamente! E jogaram. Não diz a freira que jôgo seria, se a *Renegada*, se o *Estenderete*, se *as Vazas*. O que é certo é que jogaram, e a primeira partida perdeu-a Sóror Mariana.

— Mas perdi o quê? — interrogava ela. Como não era a dinheiro, deu-lhe então o coração, que de há muito tinha perdido a favor do divino parceiro. Quando à segunda jogada foi ela quem ganhou, competia ao Menino Jesus o pagamento. Em que moeda? Não pode o leitor calcular,

O Menino pagou-lhe com uma *sezão* e uma *dor*. Não foi bonito; mas como ela já delirasse com êsse ganho que a ia fazer sofrer deliciosamente pelo seu Amor, o Menino destinou a *dor* a uma enfermeira e a *sezão* a outra. Para cabal inteligência da acção cumpre esclarecer que a partida de cartas se realizara na enfermaria onde a freira se encontrava doente.

Não se julgue, porem, que esta virtuosa carmelita adoecia como qualquer de nós e com qualquer doença conhecida. Os seus padecimentos eram aqueles «*incêndios de amor*» *de conjunção amorosa* e *não de distâncias materiais* a que se refere mìsticamente Bernardes no *Pão partido em pequeninos*, incêndios todavia tão violentos que o único São Marçal que lhes podia valer eram as sangrias. Tanto o sangue abrasado lhe entumescia as veias, tanto, em avalancha, o sangue lhe refluía no coração, que era mister a lancêta na polpa do braço. Se ela lhe não acudisse encandescia, e reduzir-se hia, talvez, a cinzas irrenascíveis. Á noite chegava a fugir para sítios escusos para se despir impetuosamente. O calor da paixão nem lhe deixava suportar o hábito.

Esta Sóror Mariana, a cuja biografia íntima fui buscar tão pitorescos pormenores, morreu em cheiro de santidade como convinha a espírito tão familiar das divindades. Uma freira que falava com os santos e com a Virgem, que jogava as cartas com o Deus Menino, a quem um Cristo crucificado despertava o apetite dando-lhe pedacinhos de pão ensopados no sangue das suas chagas, outra coisa não podia ser.

Tudo isto é ela quem o conta à ordem do seu confes-

sor. Cristo, despregando o braço da cruz e pegando nos pedaços de pão dissera-lhe assim mesmo:

— Eis aqui o teu saleiro e o teu perrechil, onde te hei de molhar os bocados.

Sóror Mariana deixou o seu livro de confissões místicas a uma discípula de tão altas lições, à Madre Teresa, outro portento de santidade, irmã da mulher do desembargador Nicolau de Tôrres. Estando o desembargador nas Caldas da Raínha deu o manuscrito a um clérigo devoto que o copiou, e é dessa cópia que consta tôda a maravilhosa vida desta outra amorosa do Menino Jesus.

Isto dos Meninos Jesus jogarem com monjas era prodígio pouco menos de comum. Quando não era às cartas era à bola, e quem perdia eram sempre elas, hipotecando em geral o coração para pagamento da dívida. Com a Venerável Madre Rosa Maria Sério de S.to António teve certo *Menino*, segundo refere o seu biógrafo Contador de Argote, famosíssimas partidas de bola. Ás vezes, para variar, brincava-lhe com a roda do tear, furtava-lhe cruzes e bentinhos e jogava às escondidas. Inocentíssimos divertimentos!

As imagens conventuais do divino infante tinham um apetite devorador de corações, e tão amiúde se sustentavam dessa iguaria que rara era a casa religiosa onde houvesse freiras que o não trouxessem mordido de paixão.

A Madre Maria da Assunção, que ainda no tempo de D. João V afirmava a vinda de D. Sebastião, era peritíssima em fazer as «sopinhas do Menino Jesus» dadas tradicionalmente no seu mosteiro a uma criancinha pobre, e que se adornavam dêsse terníssimo nome.

Uma vez que, cheia de júbilo íntimo, preparava uma tijelinha de faiança da frasca conventual, com as piedosas sopas, viu dentro da sua alma, assentado no coração, *com muita graça*, um Menino Jesus a saboreá-las, de colhér em punho e com a tijela no regaço. Tocante e comovedora pintura!

Maria da Assunção atreveu-se a interpelar o Menino:

— Meu Amor e meu Senhor, também V. Mg.de come? Quere-me convidar?

E o Menino:

— Como as sopinhas que fizeste.

E a freira, esvaída de gôzo místico, enclavinhava as mãos, gemia, chorava e orava mentalmente perante o enternecedor quadro daquela refeição divina.

De outra vez o «Deus Menino» apareceu-lhe de lança em riste numa ameaça sorridente.

E ela adivinhando o delicioso trespasse do seu coração:

— Meu Amor, vindes da guerra? Para quem é êsse dardo?

O «Menino» ergueu o bracito torneado, e disse:

— Para ti.

A lança, remessada certeira, atingiu-lhe o peito. Maria da Assunção desmaiou. Quando voltou a si viu que se não pertencia já. O coração voara-lhe.

*
* *

No convento de Xabregas havia uma imagem do Deus Menino, deitada nas palhas doiradas dum Presépio. Chamavam-lhe as xabreganas o «Menino do Presépio» e era

objecto da mais entranhada paixão por parte de tôda a comunidade. As suas alfaias, os adornos do altar e as peças de roupa eram preciosas.

Havia uma religiosa especialmente encarregada do enxoval e brincos da imagem, e tudo isto estava devidamente inventariado. Quando acabava o período da conservadora dêsse curioso museu e outra entrava para o disputado lugar, passava-se recibo e por pouco se não fazia auto solene da entrega. Em face do inventário donde constam as assinaturas de doze freiras, desde 1740 e tantos até 1767, a gente pasma da amorosa ingenuïdade daquêles espíritos anormalizados pela clausura.

O «Menino Jesus» do Asilo da Rua Formosa

O «Menino Jesus de Xabregas», além da vara de açucenas simbólicas, de duas corôas e de quatro resplendores, tinha inúmeras peças preciosas, adornos e

jóias. O oiro, as esmeraldas, os aljôfares e os esmaltes abundam nêsse documento. Os *corações* não faltam; era um de prata com setas e chave, outro de oiro, outros de filigrana, outros de esmalte, simbòlicamente oferecidos pelas monjas devotas. Figuram também no inventário *hũa figa com aljôfres, hum cavalinho de prata, hũ passarinho com hũa flor falça, hũ cachorrinho e hũ passarinho de oiro,* tudo jóias de que o Menino muito devia de gostar; do cachorrinho principalmente.

Aos vestidos mencionados, de melânia côr de oiro, de *abental* côr de rosa com rendas de prata, outro azul, opas brancas e rôxas e mantéu encarnado bordado, juntam-se, infantilmente, uma carapuça e dois cueiros. Na roupa branca figuram barretinhos, volvidoiros, paninhos, lençóis, travesseiros, fronhas e um colchão; e, entre os ornatos do altar, escrituram-se cortinas, jarras, um oratório, uma alcatifa e rodelas pintadas.

O mais curioso, porém, é que as alfaias e objectos do «Menino» não ficavam por aqui. A devota imagemzinha que constantemente sorria aos olhos apaixonados das religiosas, deitada sôbre o paninho de Olanda que forrava a manjadoira bíblica, tinha também brinquedos e livros, como qualquer *bébé*, para se distraír nas longas noites conventuais, entre vésperas e matinas.

Até onde iam os cuidados e os carinhos maternais das xabreganas pelo seu Menino, vai ver o leitor.

No inventário acham-se mencionados dois livrinhos e onze cadernos de entremezes. Isto para as suas divagações literárias. Para os seus ímpetos de creancice, para as suas folgas e suetos, tinha, à disposição, um pandeiro,

três pares de castanholas, um tambor com as respectivas vaquetas, uma cadeirinha, um carrinho, um cavalinho e, para que nada faltasse, um assobio!

Em 1751 Sóror Isabel da Visitação, que era então a guarda do precioso tesoiro, talvez em compensação de ter dado, a um Menino Jesus duma pobre *(sic)*, uma opa velha, acrescentou às distracções do pequenino Deus, *hũ livrinho de adivinhações!*

Nada faltava, pois, e não havia razão para que o Menino se aborrecesse. Até podia decifrar charadas...

*
* *

Imagens como esta muitas havia por essas clausuras fora. O templo do *Menino Deus*, em Lisboa, consagrou-se a essa invocação de Jesus, entronizando ao alto da capela-mor uma milagrosa imagem que fôra também das freiras franciscanas de Xabregas.

O Menino Jesus do mosteiro do Salvador, a quem as monjas faziam sumptuosas festas, era uma notabilidade. Àparte todos os grandes milagres que se lhe atribuíam, transpirava, ennodoava-se de negro a carnação se se lhe dava uma pancada, e sôbretudo crescia, como outro Menino que havia nas Domínicas de Santarém que todos os anos aumentava na altura, e — tão guloso era de piedade cristã — que saía do colo da Virgem para ir merendar com duas crianças que se lhe sentavam nos degraus do altar.

Em Odivelas eram numerosas as imagens do divino infante. Quási tôdas as freiras tinham a sua. Anicha-

vam-se nos altares e nas celas, adoravam-se em tôdas as dependências conventuais.

Eram uns verdadeiros *amorzinhos* pagãos, amimados de palavras e carícias, uns de jaspe, outros de barro, muitos de madeira, sentados em cadeirinhas e tronos, deitados em almofadas de brocado e em berços de ébano e pau-santo, alguns sorrindo, muitos chorando, vários revestidos de opas bordadas, a maioria, porém, de casaca e tricórnio, espadim e *cadogan*, todos brincalhões e brèjeiros, amorudos e voluptuosos, mais rico êste, mais bonito aquêle, mais travêsso aqueloutro, acendendo rivalidades de trato e competências de formosura.

Em Lorvão os «Meninos Jesus» eram às dezenas, em Celas, em Semide e em Santa Clara de Coimbra, em todos os mosteiros de todo o país, a sagrada carne da galante imagem era tocada com respeito, beijada com ternura infinita, afagada com maternais transportes. E fôsse como o Menino Jesus de Évora, do convento do Paraíso, de cabeleira de retroz, como um que eu vi, que tinha çapatos de ourelo, como o do Recolhimento da rua Formosa que tinha o rosto cheio de lágrimas ou como o de S. Francisco de Olivença que era maquinado, e ria e chorava, e abria e fechava os olhos, todos êles, ridículos ou gentis, mereciam o mesmo afecto das monjas, todos êles tinham o mesmo culto extra-conventual.

Os «registos» que a indústria gananciosa de clérigos, andadores e sacristães, estampava e vendia aos devotos, eram aos milhares. Aparecem ainda hoje muitos. Era o «Menino Jesus dos Verdadeiros Penitentes» do convento do Sacramento em Alcântara; era o «Menino Jesus dos

Atribulados» da igreja do Loreto; era o «dos Pecadores» que se venerava em Louriçal do Campo; era o «Menino Deus» de Santo André de Lisboa; era o da Venerável Ordem Terceira de Xabregas; era o da capela de S. Roque do Arsenal da Marinha; era o «Senhor Jesus dos Meninos» de Celas, o «Salvador do Mundo» e o «Nosso Pai e Senhor» de Elvas, o «dos Desamparados», o «Menino Jesus da Piedade» e tantos outros cujas efígies bentas, estampadas em papel, se guardavam em livros de orações e ornavam oratórios e altares caseiros.

A devoção do Deus Menino é hoje sòmente uma recordação. A própria devoção do presépio, que nasceu no convento do Salvador de Lisboa no século XVII em honra da imagem velhíssima do «Salvador do Mundo» encontrada em tempos imemoriais no local em que se veio a erguer depois o convento, está quási esquecida. Pelo Natal raro se vêem essas ingénuas esculturas que imortalizaram os barristas do século XVIII. A «árvore do Natal» que agora abre os seus braços verdejantes e gelados, como símbolo cristão da Natividade é de um francesismo inexpressivo. Não fala à nossa imaginação, nem atinge a nossa sensibilidade; é um recorte de papel incaracterístico. O *Presépio*, sim. Êsse dizia-nos um mundo de coisas; aquentava-nos o espírito com a evocação familiar. A fórmula francesa do çapatinho do Papá Noël, alvejante de farrapos de neve, e da árvore adornada de brinquedos, substituíu quási totalmente o poético grupo de barro da Natividade, o alpendre tôsco forrado de palha, o Menino Deus sorrindo no feno da manjadoira, e as figuras clássicas dos pastores e das alimárias compassivas, entre scenas de

um profano delicioso, sôbre as quais brilhava, guiando os magos, a estrêla de Belém.

Os *Presépios*, síntese tão portuguesa do mistério cristão, passaram de moda. Imobilizaram-se as mãos hábeis dos barristas que modelavam, sôbre torrões de argila, essas figurinhas encantadoras de forma e de côr, e os «Meninos Jesus» conventuais, as imagemzinhas que foram amadas até à loucura pelo exército feminil das enclausuradas, sorriem hoje nos museus e nos *bric-à-bracs*, resignadas cristãmente à perda da sua soberania sôbre os corações delicados e sensíveis que com elas aprenderam a amar.

# AERONAUTAS E BALÕES

padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão era um *mágico*. No seu laboratório de Fausto, ali à Bica do Çapato, se não trasmudava calhaus em ouro — fazedor setecentista de Pedra Filosofal — estoirava de pasmo estúpido os olhos dos vizinhos exibindo charlatanices de físico. Ora empunhava uma lente assando postas de carneiro e incendiando médas de estopa, ora se enfarruscava a fazer carvão com mato e lama sêca ou a esmoer mentalmente o seu engenho em maquinar um moínho de açúcar que sôbrelevasse, em vantagens e glória, a bomba de elevar água com que dotara o Seminário da Baía.

A bossa de inventor tufara-se-lhe aí, ainda estudantinho, e viera a inflar pelos anos fora até à supuração do rodízio dêste moínho que veio a completar a auréola de sábio muito convinhável à sua videirice patusca de clérigo cortezão.

Para que os espíritos se não divorciassem da substância física da sua pessoa, intervalava as recreações scientíficas com delírios femeeiros que lhe regalavam a carcassa e, cúpido de aventuras desta laia, entretinha-se em intriguilhas conventuais, quem se sabe até se fabricando elixires

de bruxo para desaguizar amantes, passando das graças de D. João V para as do infante D. Francisco e investindo contra o sultanato régio no harem de Odivelas.

Correra-lhe fagueira a vida. À sua vinda para Portugal, em 1705, presidira alguma boa estrêla que êle mais tarde investigaria engaiolado num carro girante de madeira arrumado no páteo do laboratório. Freqüentando a Universidade, que era talvez estreita de saber para os vôos que o espírito já lhe fazia, no ano de 1708 foi que — se é exacta a tradição — se lhe apresentou *aos olhos do entendimento e ao entendimento dos olhos* (isto é linguagem do «Manifesto» que se lhe atribui) um fenómeno digno de maduras reflexões: era uma casca de ovo que pairava no ar aos empuxões do vento.

Galvany — o sábio bolonhês — descobriu o magnetismo observando o espernear de uma rã. Pois Bartolomeu Lourenço, vendo a casca de ovo a pairar, descobriu os balões. Esta observação reflexionada, ou outra semelhante, fê-lo arrojar para a banda os cartapácios de cânones com que pojava o cérebro e ei-lo aí vem a caminho da côrte como local mais propício para se alar às regiões da glória.

Aqui o marquês de Abrantes arvora-se-lhe em Mecenas, guinda-o, entusiasmado com a descoberta confidenciada pelo clérigo, à confiança do monarca e abre-lhe assim caminho rápido para um valimento proveitoso. Bartolomeu Lourenço acha-se como o peixe na água. Espadana a bossa inventiva, espaneja-se no paço segredando pormenores da abentesma voadora e, pouco depois, certo já do êxito, requere o privilégio. O *alvará* — única peça incontroversamente verdadeira de todos os documentos apare-

cidos — de 19 de Abril de 1709, refere a estapafúrdia petição alegatória de vantagens absurdas, o padre exulta, o marquês rejubila, e o mano Alexandre de Gusmão sorri do maníaco Bartolomeu com o mesmo sorriso com que mais tarde havia de borrifar as futilidades reais.

Três meses levou o inventor encasulado em casa do Abrantes, como o dá a entender o *Foguetário* de Pedro de Azevedo Tojal, a escortanhar os trezentos mil reis de arame de que falam as sátiras do tempo e as resmas de papel de balestilha a que se refere o copista da suposta petição do invento que está na Biblioteca da Universidade (códice 677). O marquês andava possesso de entusiasmo. Se alguém lhe punha cautelosos *màs* no êxito do pássaro de arame, esvurmava catadupas de eloquência irritada. Para êle o padre Gusmão era uma reïncarnação do Ícaro fabuloso. E se adregavam de discutir-lhe as afirmações solenes e dogmáticas, argumentando com a impossibilidade do estudante tonsurado se aguentar nos ares, trazia à balha a pomba de madeira inventada por Archytas mestre de Platão, os vôos de Simão Mago, em tempo de Constante, do beneditino Malmesbury no século XI, das ásas de João Baptista Dante com que o perusiano voou por cima do lago Trasimeno e da barca volante do Padre Lana imaginada em 1670.

Debalde os descrentes o enforcavam na própria corda, redarguindo que Simão Mago se despenhara da tôrre do hipódromo de Constantinopla, que o beneditino quebrara as pernas e que o padre Lana nunca chegara a experimentar os seus balões de cobre. Tudo inútil. O marquês de Abrantes apostolava firmemente o invento, encarecia-o a

D. João V e se mais não conseguisse do que estimular a curiosidade régia já muito tinha feito. O rei magnânimo contaminara-se também da febre voadora. Gusmão, cuja esperteza era de fina têmpera, ajudava à missa do marquês esboçando profecias, lisongeando as inocentes manias régias, e fazendo-se Bandarra, a ponto do soberano o recomendar à atenção da Raínha que não duvidou — acesa em curiosidade — de encarecer a espectativa da máquina volante de Bartolomeu Lourenço à princeza Isabel de Brunswick, mulher de Carlos VIII de Espanha, que então residia em Barcelona.

Se na côrte fazia arruído a portentosa gaiola que levava vinte e quatro arrobas de arame, o que não se teria passado nas ruas, nos palradoiros cidadãos do Rossio, do Terreiro do Paço e de Santa Catarina! O povoléu comentava, com o pitoresco da ignorância absoluta, o passarão do clérigo brasileiro, os frades resmoneavam por lhe roçar na pituitária um fedor de pacto diabólico e os poetas chasqueavam do inventor, achada aquela nova Musa faceta com que entraram de variar os acordes das sátiras.

A saraivada dos versos caíu então sôbre o *duende brasileiro*, o *Icaro de baeta*, *tonsurado* autor

> dessa maroma escondida
> que abala toda a cidade.

O mazombo (1) Gusmão aguentou a zurzidela dos vates que o condecoravam com o epíteto irónico de *Voador*,

---

(1) *Mazombo*, segundo Bluteau, é o filho de pais portugueses nascido no Brasil.

entretido naturalmente a envernizar o papel que havia de bojar na Sala das Embaixadas da Casa da Índia.

Armada a «Passarola», no príncipio de Agôsto fez-se a famosa experiência. O dia certo ignora-se, mas algumas pessoas crédulas ainda supõem com encantadora ingenuïdade que se fez uma experiência no dia 3, outra a 5, e terceira a 8, mencionando três locais diferentes sem mais fundamento do que as confusas anotações da sciência de ouvido. É de prever que a êsse soleníssimo acto tivesse assistido o rei e a côrte. Quem não faltou decerto foi o marquês de Abrantes.

A «gamela» coberta de lona, acesas que foram umas luzes por baixo com o auxílio prodigioso de vários «espíritos» e «quintas essências» ergueu-se do solo, afocinhou pelas paredes da sala e acabou por arder, chegando, ao que um informador diz, a pegar fogo a uma cortina. Alguns criados do paço apagaram-na à pazada reduzindo a farrapos a máquina do brasileiro. D. João V sorriu magnanimamente do desastre e as damas e fidalgos cochicharam decerto algumas larachas cortezãs à conta do pâssaro queimado que como não era Fénis não se deu ao trabalho de renascer das próprias cinzas.

Quem decerto embezerrou foi o marquês arreceando-se das assuadas que a sua boa fé iria desencadear entre os seus antigos adversários na crença com que defendia Bartolomeu Lourenço. Êste, entrouxando o resto do arame e do papel, salvou-se de maior troça passando à Holanda onde julgava talvez ir encontrar outros marqueses que em troca dos seus prodígios de memória lhe subsidiassem os inventos. Não sei se a vida lá lhe correu tão favorável.

Esta prenda de repetir quatro páginas de qualquer livro, só uma vez lidas, de diante para trás e de trás para diante, como êle fazia com sincero assombro do Abrantes, não era dote para desprezar, mas o certo é que em 1710 já estava de volta e publicava, cedendo aos empuxões da invencionisse que se lhe não amortecia, um folheto proveitosíssimo sôbre *os varios modos de esgotar sem gente as naus que fazem água*, o qual ofereceu paceiramente a D. João V.

O marquês de Abrantes (Gusmão tinha feitiço para êle) reacendeu, então, a sua protecção quem sabe se deslumbrado com esta nova maravilha, e o padre parte segunda vez para Coimbra a embeber-se em cânones, em grego, em latim e em hebraico, doutorando-se finalmente em 1720.

É nesta altura que inicia a segunda fase da sua vida. Despreocupado temporàriamente das engenhocas, entra a dedicar-se ao púlpito, estampa sermões, advoga a sucessão da casa de Aveiro, negocia bulas, e tenta fazer esquecer a fama picaresca da Passarola, mergulhando a cabeça na jurisprudência e na galanteria da côrte até ganhar aquele verniz untuoso de *abbé* setecentista para o que se não pejou de rondar as grades conventuais em busca do favor de uma freirinha complacente. O rei, ao que se pode concluir, estimava-lhe o memorião fabuloso, a tintura scientífica que o lustrava, e a superficial sabedòria com que entrou no número dos vinte da Real Academia de História.

Em 1721, perscrutando incipientes talentos diplomáticos ao seu futuro capelão-fidalgo, despacha-o para Roma como embaixador especial. Bartolomeu de Gusmão que se entendia à maravilha com o latim de Vergílio e de Suètónio não se entendeu com o latim dos cardeais. Levava como in-

cumbência tratar da magna questão do quarto dos bispados e da importantíssima pretensão da elevação da Capela Real a Patriarcal. A-pesar-de se tratar de uma elevação, fenómeno em que êle grandemente se instruira quando dos estudos da barcaça voadora em casa do marquês de Abrantes, a sua missão malogrou-se. Nem no pontificado de Clemente XI nem do seu sucessor Inocêncio XIII, avançou um passo. Imagine-se o desprazer do quinto João que noutra coisa não pensava com mais gôsto. Aqui começou a declinar-lhe o astro que o favorecera em 1709. Retirado de Roma por ordem régia e substituído pelo irmão, que o valia cem vezes, anichou-se já desvalido à Secretaria dos Negócios Estranjeiros onde o incumbiram de traduzir a linguagem cifrada dos escritos diplomáticos.

Ao que é legítimo acreditar, Gusmão, desfavorecido do rei que já não acreditava nas suas profecias nem nos seus inventos, bandeia-se então com o infante D. Francisco, arma a barraca mágica na Bica do Çapato, investiga as estrêlas, queima estopa e carne como referi ao leitor, faz carvão de lama e mato, engendra moínhos de açúcar, e entretem-se também em arreliar o monarca, colaborando em bruxedos para que a amante do infante voltasse a Odivelas e D. Paula caísse em desgraça. Aí é que êle se perdeu. A *Diabrura em forma* foi conhecida da justiça e, certa noite, quando o Voador se entretinha a ler o hebraico de um alcorão, em Setembro de 1724, é avisado da descoberta do conlúio ou receia-se das justiças por qualquer pressentimento de bruxo, enfardela o mais preciso e foge.

Pouco tempo depois, após ignoradas privações que não valeram a pena salvo se a consciência se lhe entumescia

de outros pecados que não o da intrigalhada femeeira denunciada pelo Dr. Jerónimo de Cetem, arranca da vida em Toledo em 18 de Novembro do mesmo ano.

Eis como eu visiono o homem e suponho, à face dos documentos e das referências, o que fôsse a sua vida.

*

* *

Pôsto isto interrogará o leitor:

—¿Então aquela inscrição na parede do castelo de S. Jorge? ¿Então o que significa a lápide espalmada na muralha desde 8 de Agôsto de 1912 pelo Aero-Club?

E eu responderei, vexado:

Essa lápide é um vergonhoso atestado da ignorância municipal. Essa inscrição é uma chuchadeira de pedra inventada por uns ingénuos que acreditaram na parvoïçada do vôo do padre Gusmão mencionada algures num manuscrito suspeito. Só uma desmarcada ingenuïdade pôde aceitar a atoarda do Voador se ter erguido nos ares a bordo da gamela de lona ou de papel e ter caído, sem quebra de perna ou de costela, no Terreiro do Paço. Cheguei a cuidar que a tal lápide de envergonhada se tivesse metido pela parede dentro. ¿Qual? Ainda lá está para nossa vergonha e opróbio.

Mas não é tudo. O dislate continuou. Em 1916 o sr. Visconde de Faria publica um estudo sôbre a prioridade da invenção dos balões, comemorando o centenário do vôo fantasmagórico, com a agravante de se avançar a dizer que no castelo de S. Jorge se achava então a Casa da Índia. O leitor pode aí ver, num delírio de vertígem,

como o padre Bartolomeu Lourenço voôu do Castelo para o Terreiro do Paço, e, o que é mais, como foi que a Casa da Índia voou do Terreiro do Paço para o Castelo. Se se prova o primeiro ponto, a nossa glória vai mais longe, e torna-se mister, também, reïnvindicar para nós a prioridade da invenção das casas voadoras.

¡Pura patacoada! Se Gusmão em vez de ter produzido a Passarola que andou às turras na Sala das Embaixadas ou no páteo da Casa da Índia, tivesse inventado, com um balão de ar quente, a navegação aéria, já não digo que tivesse êle mesmo ascendido na engenhoca que é tolice de jaez superior à maior credulidade humana, em vez das vaias dos poetas teria a consagração geral. De tôda a papelada com que se documenta o invento, a única peça incontroversa é o *alvará* de 19 de Abril de 1709. A petição poderia ser forjada por êste diploma, e o *Manifesto* é manifestamente apócrifo. E que não fôsse, o manuscrito de Frei Lucas Pinheiro que denuncia o vôo do Castelo, sem que aliás mencione que o inventor do carvão de lama, subiu nêle, é da época em que veio a lume o folheto onde se pinta o passarão de chapa de ferro com imans, esteiras e foles e em que se produziu a outra variante fantasiosa da aeronave do padre, que o sr. Visconde de Faria mandou eternizar numa medalha comemorativa e a qual Azevedo Tojal classificava de

> ..... lenho alado
> De foles rodeado extranhamente
> Os quais, com raro engenho, industria, e arte
> Vento lhe hião fazendo a toda a parte.

Aquela lápide cobre-nos a todos de ridículo e um estranjeiro que a interpretar ha de fazer da nossa sciência e dos nossos scientistas o mesmo juízo lamentável que o sábio Verney fazia dos físicos do seu tempo. ¡Valha-nos São Bartolomeu que era o patrono de Gusmão!

A navegação aéria emperrou no insucesso do *Voador* durante uns bons setenta anos. Aos estudos do inglês Black seguiram-se, em 1782, os do italiano Tibério Cavalo que degeneraram em bôlhas de sabão recheadas do hidrogénio de Cavendisch, por o sábio não encontrar forma do gás se não escapulir pelos envoltórios. Em 15 de Novembro do mesmo ano os Montgolfiers conseguem a elevação, até o tecto de uma sala, de um aerostato pequeno de dois metros cúbicos.. Era o primeiro passo.

Nada da gente fantasiar com a alcunha de *Passarola* com que condecoraram em Lisboa, no meado do século XVIII, um tal Franscisco Cerqueira de que não há outra memória. Se a minha inventiva fôsse digna de emparelhar-se com a dos imaginadores da lápide do Castelo, aí ia eu atribuir-lhe, levado por palpites, a ascenção de que deu testemunho o académico Timóteo Lecussan Verdier, de certa aeronave que, iniciando o vôo em S. Roque, fôra caír na praça da Alegria (1). Aquietemos a imaginação.

Em 5 de Junho de 1783 faz-se a experiêneia preparatória da primeira ascenção aéria, em Annonay, com um balão de papel e tela, cheio de ar quente. Os irmãos Montgolfiers pasmam da sua própria descoberta. Seguem-se outros ensáios. Em 27 de Agôsto realiza-se nova expe-

---

(1) Mss D-4-12 da Biblioteca Nacional, pág. 343.

riência com outro de maior capacidade; em 19 de Setembro, em Versailles, os Montgolfiers conseguem a ascenção de uma nova máquina volante que levou suspensa uma gaiola transportando um carneiro, um galo e um pato — os primeiros navegadores do ar; em 21 de Novembro, num balão de ar quente, nos jardins de la Muette, finalmente, sobem ar dois aeronautas, o físico e gentil-homem Pilatre de Roziers e o marquès d'Arlandes, outro aristocrata entusiasta da navegação aérea, notabilíssima ascenção esta que terminou com felicidade em Buttes aux Cailles; e, em 1 de Dezembro, Charles e Robert, nas Tulherias, erguem-se também na barquinha de um balão de sêda cheio de hidrogénio, indo caír em Nesles.

O ano seguinte, de 1784, decorreu igualmente brilhante para a aeronautica. Logo a 19 de Janeiro, em Lyon, Montgolfier sobe, apoteòticamente, com 6 passageiros num dos aerostatos do seu sistema; em 2 de Março, Blanchard — que era um imaginoso — ergue-se no campo de Marte acrescentando ao seu balão duas ásas que desafiaram as primeiras ironias da aeronautica; em Abril o exibicionista Xavier de Maistre, após um manifesto espectaculoso às mulheres de França, ergue-se também na atmosfera; e em 8 de Julho sobe outra vez Blanchard, em Roma. Não foram, porém, só estas as ascenções realizadas. Em Janeiro, no dia 3, sobe o marquês de Bullion em Paris; no dia 13 faz-se uma ascenção em Grenoble e outra em Pisançou, no Delfinado; em 19, o conde de Albon sobe em Francoville; em 15, Cellard de Chastelais ergue-se acompanhado de um gato, em Paris, gato que foi um dos primeiros mártires da aeronautica.

Com o mês de Fevereiro não diminuiu o delírio. Um balão de ar quente, lançado de Sandwich, atravessa a Mancha no dia 22, e ascendem ainda balões em Oxford e em Windsor, continuando a série de ascenções livres iniciadas pelo conde Zambeccari em 1783 o qual, em 25 de Novembro, lançou ao ar em Londres um aerostato dourado. Em 25 do mesmo mês, em Itália, cêrca de Milão, realizam-se as ascenções dos aerostatos dos irmãos Gelri, pilotados por Andreani; em 23 de Junho erguem-se, em Versailles, Rozin e Proust; em 6 de Agôsto o abade de Carnus, em Rodez; em 15 de Julho o duque de Chartres com os irmãos Robert, e depois o conde de Artois (Carlos X) no balão do seu nome. Foram ao todo, neste ano, cincoenta e duas as ascenções realizadas.

Em 85 o entusiasmo continua. A travessia da Mancha é o alvo dos cultores da nova sciência. O imaginoso Blanchard proclama o navio aéreo; caem-lhe em cima os caricaturistas como guarda avançada da incredulidade geral, que já em Junho do ano anterior tinha coberto de ridículo a experiência malograda dos abades Miolan e Jeanninet tentada no Luxemburgo, em pleno Paris das «Montgolfières». Pelo visto os clérigos não eram afortunados na aeronautica. Blanchard, porém, não desiste e em 7 de Janeiro de 85, com desesperadora aflição de outro aeronauta — Pilatre de Roziers — ergue-se em Douvres com Jeffries e vem descer em França na floresta de Guines. Pilatre, despojado da prioridade da execução da experiência, associa-se com Romain que inventara um verniz de revestimento de aerostatos, sucedem-lhe várias contrariedades, dilata-se-lhe a ascenção, o balão deteriora-se e quando finalmente

ascende em Boulogne é para, pouco depois, vir, com o seu companheiro, esmigalhar-se no solo.

Em Inglaterra as honras da iniciação aeronáutica pertencem ao gentil-homem napolitano Vicente Lunardi que, em 14 de Setembro de 1784, ascende sôbre Londres, no balão *Society of Great Britain.* Em 29 de Julho do ano seguinte faz outra ascenção acompanhado do seu capitalista Biggin e da formosíssima Madame Sage, seguindo-se outras viagens aéreas, que lhe grangearam grande nome e a patente de capitão do exército inglês (1). Segue-se à experiência brilhante de Lunardi, a de Blanchard e Schelden, realizada em Chelseia a 16 de Outubro. A aeronáutica tomara a feição de uma loucura entusiástica. Cunha-se uma medalha, logo em 1783, em honra dos Montgolfiers; os ceramistas de Saint Amand, Moustier, Nevers, Marselha e Clignancourt desentranham-se em pratos, travessas e chícaras, cheias de balões, legendas e génios alados; os miniaturistas pintam caixas de rapé «bonbonières» e relójios de bolso, botões e medalhões, com máquinas volantes e alegorias várias; cinzelam-se jóias, braceletes, berloques, medalhas, broches, e brincos com «Montgolfières» em relêvo; constróem-se cadeiras com espaldas em forma de aerostatos; gravam-se espelhos do mesmo molde, taças e pratos de estanho; esmaltam-se bijutarias que farte; e publicam-se e estampam-se uma infinidade de gravuras, desenhos, livros, folhetos e fôlhas volantes que invadem o

---

(1) *La Nature* — artigo de Gaston Tissandier, 1884, págs. 339 a 342.

mercado e vão mais tarde pojar as colecções dos balonistas (1).

¿Que diferença para as sátiras lisboetas de 1709, não lhe parece, leitor amigo?

Foi em Junho de 1784 que a notícia das ascenções dos Montgolfiers, de Pilatre de Roziers, de Charles e Robert, de Blanchard e dos outros, tiveram repercussão em Portugal, com várias ascensões de balão. Foi o teatino D. Tomás de Lima quem, com o sábio padre Jerónimo Allen, do Colégio dos Catecumenos, organizou o mais sensacional de todos êsses espectáculos. Construiu-se a máquina aerostática sob a direcção de Allen. Tinha a forma de um paralelipípedo sextavado terminando em duas pirâmides, também sextavadas, tudo inscrito numa esfera de vinte e nove palmos de diâmetro. A rêde de cordas terminava por um cabo, onde se suspendia o aeronauta, coberto por uma espécie de chapeu de sol, para que o atrevido navegador não rasgasse nalguma vertigem o envolucro do balão. Foi na varanda da casa do Conde de Óbidos, sôbre o terraço sotoposto às arcarias, que a ascenção se realizou. Imponente e maravilhoso espectáculo! Seriam 2 horas da tarde quando o globo se elevou na atmosfera com o aeronauta. Imagine-se a ansiedade e o interêsse nos numerosos espectadores. Quando da largada ouviu-se, de certo, em

---

(1) Só a «Colecção Tissandier» possuía 400 gravuras, 250 volumes antigos e modernos, 130 pratos de faiança, 15 «bouboniéres», 10 leques, 2 relójios, 2 anéis, broches, taças, etc.

Era importante também a Colecção do Barão Perignon, descrita em 1881 no *Magazin Pittoresque*.

unísono, um ah! de admiração e de susto! É que o émulo de Pilatre de Roziers subira pelo cabo e fôra-se instalar na parte convexa do pseudo chapéu de sol.

O vento era noroeste e impeliu o balão para além do Pontal de Cacilhas, tão alto, diz a *Gazeta* de 26 de Junho de 1784, que o seu diâmetro não parecia maior do que um palmo. A seguir desapareceu entre as núvens e só se tornou a ver mais para o sul. Daí a pouco caía à boca do rio do Seixal, à vista de um barqueiro que ia morrendo de espanto tanto mais que lobrigou o navegador debatendo-se agarrado ao cabo do chapéu. Durou a ascenção trinta e seis minutos tendo o balão percorrido três léguas. Tanto não durara em Paris a experiência de Arlande e Roziers. Do aeronauta é que nunca mais se acharam vestígios.

— ¿Mas quem era êle? perguntará curiosamente o leitor.

E eu respondo:

— Um macaco.

O primeiro ser vivo que em Portugal cruzou os ares foi um macaco.

Vá lá o padre Gusmão, se é capaz, disputar-lhe esta prioridade! (1).

A mania das ascensões pegou então em Lisboa. Já desde Maio dêsse ano se fabricavam na capital «globos volantes». Vendiam-se na «escada do padre cura», no Ter-

---

(1) *Gazeta* de 26 de Junho de 1784 — Além do galo, do carneiro e do pato que subiram na experiência dos Montgolfiers feita em Paris, também um gato subiu com Lunardi em Londres na primeira ascenção feita por êste.

reirinho de Santa Catarina (1). Figure-se a revolução que traria essa novidade, certamente explorada por um dos muitos franceses que pululavam em Lisboa e que eram os *Mousiús de Tal* da sátira de Tolentino!

No mesmo mês de Junho já se tinham realizado outras ascenções. A 20, num dos Jardins da Ajuda, ergueu-se ao ar uma máquina aerostática feita sob a direcção de outro padre chamado João Faustino, que era Congregado do Oratório. A esta experiência assistiu tôda a família real que no dia seguinte partia para Queluz a passar o resto do verão. O balão, de forma oval, tinha 45 ½ palmos de alto e 33 ½ de diâmetro. Era de «ruão» forrado do papel e dividido em gomos encarnados e amarelos. Passava meia hora do meio dia quando cortou a atmosfera, subindo a considerável altura e, impelido por vento noroeste, foi caír ao Tejo depois de estar oito minutos no ar e ter percorrido, aproximadamente, três quartos de légua.

Nesse mesmo dia, e quási à mesma hora, elevava-se de Buenos Aires outro aerostato, lançado por Mr. Edouards, negociante inglês em Lisboa. Depois de ter subido bastante, incendiou-se, fenómeno êste pela primeira vez aqui sucedido. Um mês depois o mesmo negociante lançou do mesmo local outro balão que dizem ter ido caír no Lavradio, mas que, em boa verdade, nunca mais se viu.

Em 25 de igual mês realizou-se em Coimbra outra experiência aerostática. Era o balão de figura piramidal-cónica, de 30 palmos de diâmetro e 45 de alto, tendo-se enchido em dois minutos e um segundo. Fôra esta máquina

---

(1) *Gazeta de Lisboa*, de 11 de Maio de 1784.

encarregada de fabricar, pelo lente Dr. Domingos Vandelli, para ser lançada no dia 15, a quatro estudantes: Tomás José de Miranda e Almeida, alferes do regimento de cavalaria de Elvas, José Alvaro Maciel, Salvador Caetano de Carvalho e Vicente Coelho Seabra, que bem se desempenharam do encargo, como a ascenção o provou. Subiu o balão às $7^h$ e 24 minutos da manhã em direcção ao nascente, até parecer não ter mais de dois palmos de diâmetro. Encaminhou-se depois para o ocidente, passou a cruz de Moroyfos (1), uma légua distante de Coimbra, e desapareceu. Mais tarde foi visto ao sul e veiu a caír, depois de um giro aéreo de meia hora, na quinta da Vargem junto do Mondego, rasgado já dos empuxões do vento e dos ramos das árvores. Uns pasmados campónios precipitaram-se para a abentesma e ataram-na a uma árvore para não fugir.

Passados dois dias, concertados os rasgões, subiu outra vez, mas caíu, passados 7 minutos, na cêrca dos Crúzios.

No ano seguinte, em 22 de Setembro de 1785, tenho notícia da ascenção de duas máquinas aerostáticas em Caxias, perante a família real. Uma subiu à tarde e outra à noite, tôda iluminada, como peça de maior efeito do fogo de artifício que nessa festa se queimou (2). Oito

---

(1) *Gazeta* de 24 de Setembro de 1785.

(2) Em 1790 na praça de Touros de João Gomes Varela, ao Salitre, realizou-se uma tourada aérea suspendendo-se a dois balões de ar quente um toiro de pasta e um boneco de trapos que fazia de capinha. Dois criados da praça, segurando os cabos que os prendiam, obrigavam os aerostatos a encontrar os bojos e a figurar a sorte de capa entre o toureiro e o boi. Foi um espectáculo inteiramente novo.

anos depois, um dos números mais sensacionais dos festejos realizados em Queluz, comemorando o nascimento da Princesa da Beira e que duraram três dias, foi o do lançamento de alguns balões iluminados com que se remataram as brilhantes iluminações.

O «Suplemento» à *Gazeta* de 31 de Agôsto de 1793 descreve essa função cortezã a que nada faltou, cavalhadas, toiros, serenatas, iluminações, Te-Deuns, e o mais que era costume. No dia 23 realizou-se a ascenção de um globo transparente, iluminado, e, a 24, dois outros aerostatos ascenderam no espaço, como guarda-avançada de um terceiro, de grandes dimensões, que levava pintadas, em papel transparente, as armas de Portugal e Espanha. O entusiasmo foi indiscritível e Monsieur Bouche, o construtor dos balões e inventor dessa nova peça de fogo de artifício que levava dois círculos de fogo, a seu tempo transformados em girândolas caprichosas e fogachos de côres, recebeu o parabem de todos os festeiros cortezãos (1).

No ano seguinte é que a aeronautica em Portugal devia dar um grande passo.

*

* *

O capitão Vicente Lunardi quando fez a sua ascenção em Lisboa, não era um novato em aeronautica. Dez anos antes, como disse, elevara-se em Londres inaugurando na grande cidade essas experiências com pasmo e louvor dos

(1) Informação do meu amigo sr. Caldeira Pires.

ingleses. Era aí secretário do Embaixador de Nápoles, quando a sensação inédita de uma viagem aérea o tentou.

Lunardi recebido por Júpiter e Juno.

*Quadro do pintor Francisco Verini.*

Medalhado e agraciado com patente de capitão, coroada de êxito a sua tentativa, abandonou definitivamente a diplomacia que, pelo que se viu com o nosso *Voador*, não era favorável aos aeronautas. Foi até Itália, seu país

natal, que a êsse tempo, no Milanez, (nos Jardins da Vila Andreani em Moncucco) já presenciara duas ascenções, em 15 de Fevereiro e em 13 de Março de 1784, descritas num opúsculo raro publicado no ano seguinte, em Parma, por Agostinho Gerli. Fez aí, em Palermo e em Nápoles, algumas viagens aéreas, e depois passou a Madrid que o recebeu e aplaudiu com curiosidade e entusiasmo. Em Itália o pintor Francisco Verini imortalizou-o numa série de quadros alegóricos num dos quais se via o gentil aeronauta, a bordo da barquinha, recebido por Júpiter e Juno, entronizados num carro tirado a aves (1). Em Espanha a consagração não foi menor. As ascenções realizadas no *Buen Retiro* em 12 de Agôsto de 1792 e em 8 de Janeiro do ano seguinte, documentadas em gravuras coevas, tiveram na côrte de Madrid um êxito formidável, Lunardi, coberto de glória veio então para Portugal chegando a Lisboa em fins de Maio de 1794.

Aqui esperavam-no surprezas de tal quilate que não sei como o capitão se não foi outra vez com a bagagem, fazendo uma figa aos portugueses.

Foi o caso que logo, mal pôsto o pé em terra e instalado numa estalagem aos Remolares ou a S. Paulo, o magistrado do bairro, por ordem de Pina Manique, intima-o a comparecer na Corregedoria. Ante o pasmo de Lunardi, o zeloso funcionário notifica-lhe a obrigatoriedade da assinatura de um termo em que se comprometia a não subir

---

(1) Êsses quadros pertenciam à colecção de D. Luís de Portilla, e foram comprados por Gastão Tissandier, em 1883, por intermédio do marquês de Caravasa.

no balão sem que êste fôsse prèviamente examinado por peritos!...

¡Por peritos! ¡repare bem o leitor! ¿Onde existiam cá os peritos para vistoriar a máquina aerostática? O arrojado italiano muito havia de ter rido da ridícula exigência.

Pina Manique, supunha, talvez, que dentro do Balão viesse a Enciclopédia assoprada pelo vento da revolução! ¿Ter-se-ia feito o exame? ¿Teriam ido inspeccionar o aerostato os conspícuos membros da Mesa Censória? Mistério.

O que é certo é que pouco depois, ou porque alguém de opinião autorizada, desempoeirado, lido e viajado, tivesse misericordiosamente feito suspender a estranha ordem, ou por qualquer outro motivo, Vicente Lunardi entrou a construir no Terreiro do Paço uma barraca para arrecadação e exposição do balão. Isto durou vários dias.

Ao mesmo tempo, pelas esquinas e pelo Arsenal, apareciam cartazes e editais, anunciando e explicando a ascensão projectada. Novo óbice surgiu, novo escrúpulo de Pina Manique. Irritado com o atrevimento do italiano, vendo a Ideia Nova a supurar nas letras dos cartazes, expede um aviso, tão fulminante como caricato, ao Corregedor do Bairro ordenando a prisão do perigoso capitão que se atrevera a colar nas paredes, sem licença, aqueles tremendos papéis. O corregedor não hesitou. Lunardi, que fôra apoteòticamente recebido em Nápoles, que em Madrid tinha sido honrado e vitoriado, chega a Lisboa e é prêso. Honrado e nobre procedimento!!... Como exposesse ao fero magistrado que o aerostato não era obra diabólica, que nêle tinha subido em muitas cidades da Europa, sem

que as monarquias perigassem e os tronos estremecessem, conseguiu amolecer o coração e o entendimento do Corregedor, levando-o a expor ao Intendente as alegações, que julgava aceitáveis, do aeronauta. Pina Manique é que não esteve pelos ajustes. ¡Nada, aquilo cheirava a Maçonaria! E vá de mandar arrancar os editais e de meter Lunardi no Limoeiro. Lunardi, a quem decerto teriam constado as experiências de Bartolomeu Lourenço, concluiu decerto, pela recepção que lhe era feita, que tudo isso fôra estremada fantasia. Então num país onde se tinham inventado os balões, podia-se lá prender um homem por querer subir em Balão! Fôra fantasia, não havia dúvida.

¿Quanto tempo esteve no palácio do Conde Andeiro, o aeronauta? ¿Quem patrocinou a sua liberdade? A nenhuma das duas perguntas estou habilitado a responder. O que está averiguado é que em Julho foi autorizado a realizar a experiência, e essa licença quem a deu foi o próprio Príncipe Regente.

Em Lisboa não se falava noutra coisa. ¡Que ansiedade! ¡Que entusiasmo! Os aerostatos dos Padres Alen e João Faustino, e o de Mr. Edouards eram brincadeiras de criança ao pé do bojudo balão do italiano onde um homem ia erguer-se no espaço. Os prelos gemeram, parindo versos laudatórios e satíricos, mas as sátiras — note-se bem — não eram a Lunardi, eram, como as de um folheto que possuo (*Discursos populares observados pelo poeta Pasquino M. L. R. a respeito da Machina Aerostatica*) feitas à roda do pasmo das multidões. Bocage compõe um *Elogio* em verso, José Agostinho escreve uma *Epístola* ao matemático Garção Stockler. Não há troça. há interêsse. Tôda

a cidade aguardava curiosamente o dia marcado para a ascenção.

Foi em 24 de Agôsto. O Terreiro do Paço era um mar de gente onde flutuavam vigilantes os esbirros da Intendência, e onde abundavam as mulheres cativadas da gentileza do aeronauta. O zêlo da polícia era um monumento que topetava a estátua de D. José.

Já se anunciara para domingo, 14 dêsse mês, a famosa experiência (1) mas ou por que o tempo se alterasse ou porque Manique a dificultasse só a 24 é que foi a efeito, estando o anfiteatro coalhado de gente. Lunardi descreveu-a miudamente numa «Relação» da sua autoria. O vento estava norte, na ocasião da subida, passando depois a noroeste, e impelindo o balão nessa direcção, levou o aeronauta até 2 léguas de Vendas Novas, ao sitio do Lavre, onde alcançou terra às oito horas e meia dessa noite, soltando-se de novo o aerostato que foi caír em Veiros. A descida foi difícil. Lunardi no seu folheto refere os numerosos episódios dela que não deixaram de ser arriscados. Ás 7 horas da tarde do dia seguinte desembarcava em Lisboa no Terreiro do Paço. O balão voara 14 léguas em cêrca de 4 horas, visto a ascenção se ter iniciado às 4 3/4 da tarde.

Julgando o intrépido italiano que o efeito da sua viagem teria dissipado os escrúpulos da polícia, intentou outra ascenção, mas qual não foi o seu espanto quando, na madrugada de 29 de Agôsto, um trôço de carpinteiros, à ordem de Pina Manique, investia com o barracão e com o

---

(1) Anúncio na *Gazeta de Lisboa* — Agôsto de 1794.

anfiteatro do Terreiro do Paço. O capataz, mestre Joaquim Pereira, à testa dos seus homens, ainda a manhã não clareava de todo, já tinha arrazado o tapume diabólico onde o «Porco sujo», disfarçado em Balão e revestido de tafetá envernizado, ofendera as puras consciências dos cristianíssimos lisboetas.

Lunardi desanimou então. Contentou-se com o desvanecer-se do *Elogio* que lhe fizera Elmano e que já em Setembro se vendia a meio tostão nas lojas das «Gazetas» e onde o poeta apostrofa

> Lá onde a feia Inveja desgrenhada
> Ao mérito não move horrível guerra,

quem sabe se aludindo ao destrôço do barracão, e clama, deixando-se arrastar pelo seu entusiasmo:

> Guardai da gloria no imortal thesoiro
> O nome de Lunardi em letras de oiro!

A «Assembleia das Nações Estrangeiras» na rua do Alecrim, ousa também oferecer-lhe um sarau musical em 2 de Setembro. Lunardi, porque tivesse aqui criado uma situação, porque o encantasse o país ou ainda porque alguns olhos alfacinhas lhe tivessem ascendido ao cérebro ou descido ao coração, substituindo a saüdade dessa deslumbrante Madame Sage que o enfeitiçara, por cá se deixou ficar, vindo a falecer doze anos depois, aos Barbadinhos, no hospital dos Capuchinhos Italianos.

*

* *

Não tenho conhecimento de mais nenhuma ascenção executada em Portugal no sêculo XVIII. Não creio mesmo

Bilhete de admissão no Anfiteatro do Terreiro do Paço para a ascenção de Lunardi em 21 de Agôsto de 1794.

*Impresso feito em Madrid aproveitado para a experiencia de Lisboa com a adição dos dizeres impressos superiormente.*

que se tivesse feito. A ser assim a noticiosa *Gazeta* não teria deixado de o documentar.

A ascenção de Blanchard e do astrónomo Lalande feita no Tivoli, a 25 de Julho de 1799, numa barquinha suspensa de um grupo de cinco globos aerostáticos vem noticiada na correspondência de Londres na *Gazeta* de 30 de Agôsto dêsse ano, e é a única notícia que lá consegui encontrar no tocante a êste assunto.

A ascenção de Zambeccari em Milão, em 7 de Outubro de 1804, tendo o balão caído em pleno Adriático, a de Madame Blanchard em 24 de Junho de 1810, a ascenção do balão iluminado de Garnerin, quando das festas da coroação de Napoleão I o qual foi caír a Roma onde o conservaram, pendente da cúpula do Vaticano, até 1814, e tôdas as surpreendentes experiências aeronauticas dêste ano das quais a principal foi a que se realizou em Paris no dia da entrada festiva de Luís XVIII, tudo isto passou despercebido aos alfacinhas. Só em 1819 é que o povo de Lisboa outra vez esteve em contacto com as ascenções. É nesse ano que surge em Portugal um novo aeronauta, Guilherme Eugénio Robertson, moço de 18 anos, filho do professor do mesmo apelido, autor de 52 viagens aéreas nos principais centros de civilização europeia, e criador do fantasioso navio aéreo «Minerva» cujas instalações ombreariam com as de um transatlântico moderno. Provando mais uma vez que filho de peixe sabe nadar, ou melhor que filho de ave sabe voar, em 14 de Março de 1819, ascende no espaço, partindo da quinta dos Anadias a S. João dos Bemcasados. O velho Robertson lá esteve a dirigir a iniciação aeronautica do filho. Foi um dia memorável em Lisboa. O povoleu que acudiu ao local da ascenção, imagine-o o leitor. O tempo estava magnífico; não se malograria decerto a experiência como sucedera a 28 de Fevereiro em que a chuva — reïncarnação talvez do espírito de Pina Manique — caíra impediosamente.

Deitaram-se alguns balões de ensaio. A nobilíssima condessa da Anadia, dona do parque onde se realizava a

ascenção, é quem graciosamente solta no ar um deles onde se esmaltavam, a côres, as armas de Portugal e do Brasil. Robertson era alvo de todos os olhares. ¡Se êle era o heroi!

Chega o momento solene. O balão prêso ainda à terra pelo cordame ergue-se magestoso. Robertson, da barquinha, deita para o solo uma multidão de impressos, décimas, sonetos, odes e outras composições poéticas onde em alguns dêles se recorda Lunardi. Dois minutos antes das 2 e meia, Roberson, pai, Fletcher e outros largam as cordas. Aplaude-se com delírio. Na barquinha agita-se a bandeira portuguesa, e o balão lá vai, passa por Bemfica, eleva-se mais, alcança a serra de Sintra. O aeronauta temendo uma queda no mar prepara a descida, lançando a fateixa. Esta parte-se; socorre-se em seguida de um cabo com um saco de lastro na extremidade. Surge um fradinho capucho que recolhia ao convento, e Robertson auxiliado por êle põe pé em terra. Frei Carlos da Conceição, o capuchinho salvador, foi o segundo herói da aventura.

Em 5 de Dezembro do mesmo ano de 1859, fez segunda ascenção em Lisboa na quinta do Visconde da Baía, a Entremuros, a qual constituíu um recreio interessante para a capital. Houve música, lançamento de aerostatos de ensaio, de formas fantasiosas, e o atractivo especial de uma anunciada descida em pára-quedas (1). O programa era prometedor.

---

(1) A primeira descida em pára-quedas foi feita por Garnerin, no Parque Monceaux, em 22 de Outubro de 1797, tendo-se incendiado o balão. Robertson, pai, em Viena, em 1804, executou também uma sensacional descida do mesmo género.

Robertson, passando ao Pôrto, subiu aí em 25 de Junho do ano seguinte, na quinta do Prado do Bispo (hoje Prado do Repouso) indo descer a Ferreiró perto de Vila do Conde. O êxito que aí teve equiparou-se ao que causou na capital. Depois perde-se-lhe o rasto (1).

De então para cá foram numerosas as ascenções realizadas no país. Em Lisboa, no «Tivoli» da Flor da Murta, em 1835, tôdas as semanas subiam ao ar alguns aeronautas irracionais: Em 25 de Outubro, por exemplo, ascendeu no espaço um gato. No Novo Circo do Salitre, anos mais tarde, era êsse divertimento um dos mais freqüentes A seguir na Praça de Touros do Campo de Santana, no Jardim Zoológico, na praça de Algés, fizeram-se muitas. De algumas ainda me recordo; de outras chegaram até nós notícias pormenorizadas. Foram as de Madame Bertrand Sanges, em 7 e 23 de Junho de 1850, feitas no velho tauródromo lisboeta, com grande solenidade, no seu balão «Souvenir», tendo descido perto de Palmela da primeira vez e, da segunda, em uma quinta cêrca de Almada; as de Mr. Poitevin no Pôrto e em Lisboa, em 1857, esta também no Campo de Santana e aquela no Prado do Bispo (hoje *do Repouso*), tendo subido aqui, com o aeronauta, D. João de Meneses de uma vez, e de outra os irmãos Assis; foi a de M.me d'Alberny, mãe da actriz do mesmo apelido, em 1860 e tantos; foram as do aeronauta Castanet com a novidade da descida em pára-quedas de um carneiro-brinde,

---

(1) Sôbre as ascenções de Lunardi e Robertson socorri-me dos artigos do académico Ferreira de Lima, publicados em 1913 na *Revista Aeronautica*.

em 1879; foram as do acrobata Mr. Henry Beudet no seu balão «La Derniére Cartouche» em 3 de Fevereiro de 1884, tendo descido na Junqueira na quinta do Conde de Burnay, e em 7 de Abril do mesmo ano, no aerostato «Cidade de Lisboa» em que lhe foram companheiros dois aeronautas amadores, Gouveia Pinto e Abreu de Oliveira, os quais desceram perto de Vendas Novas; e tantas outras das quais se não devem esquecer a de Mr. Constant e Terra Viana e aquelas mais trágicas dos balões do «Belchior» e do «Ferramenta» que desapareceram para sempre.

Quem nunca ascendeu, concerteza, no espaço, foi o padre Gusmão, a-pesar-da lápide do Castelo, dos discursos dos membros do Aero-Club e da medalha comemorativa do sr. visconde de Faria.

Todos, menos êle.

A acreditar-se no vôo da «Passarola» com os argumentos até aqui apresentados, há também que acreditar-se na viagem aérea ao Brasil feita pelo «Voador» e pelo *Cienfuegos da Chamusca*, aquêle célebre cónego pirotécnico, autor do fogo de artifício que se queimou no Castelo quando das festas do casamento do príncipe do Brasil, em tempo de D. João V. Conta-a o *Foguetário*, de Pedro de Azevedo Tojal, e aí se pode ver com a segurança com que se observa o vôo do Castelo ao Terreiro do Paço, a travessia do Atlântico nessa

> Nova barca do Averno que de antenas
> Não carece, mas sim de rêmo e vara.

Respigando ainda no poema herói-cómico do autor do *Carlos Reduzido*, *Inglaterra ilustrada* onde a biografia

do Gusmão-arbitrista se esboça picarescamente, chasqueando-se-lhe do invento, dois versos encontro que parece terem sido escritos para os autores da lápide do Castelo.

Os dois versos são estes, e com êles encerro o assunto:

Oh! gente sem refolho, oh! gente liza
Digna de que a Inocência te celebre!

# LETREIROS CÉLEBRES

OM êste título, aguçante de curiosidade, acrescentado do seguinte complemento: *que se vêem escritos nas portas de várias lòjas desta Capital*, foi que em 1806, *hum Taful de luneta* imprimiu na oficina de Simão Tadeu Ferreira, com licença da *Meza do Desembargo do Paço*, um livrinho divertido, onde anotou algumas raridades epigráficas do comércio de Lisboa. Saíu posteriormente, mas no mesmo ano, uma segunda parte que só há pouco alcancei à mão, intitulada *Collecção dos Letreiros Celebres que se acham escritos em cima das portas de várias lojas desta capital para servirem de tabuleta e conhecimento ao Publico*, igualmente *vistos examinados e colligidos* pelo mesmo taful que desta vez escolheu a *oficina de João Procopio Correia da Silva, Impressor da S.ta Igreja Patriarchal.*

Em ambos os volumes, no frontispício, vêm, à guisa de legenda esclarecedora, os dois versos de Tolentino:

*Que lindas cousas veremos,*
*Que famosos Editais!*

Não se transcreve, porém, nenhum dêsses editais que

nas paredes do Arsenal — pecha velha como se vê — era de uso colarem-se para pasmo das gentes alfacinhas, uns que o eram pròpriamente e que com êsse título se coroavam e outros intitulados de *Notícias* como o foi, mais tarde, em 1811, a do famigerado «Homem das Botas». Alguns dêstes adornavam-se de desenhos que seriam tão perfeitamente reproduzidos como as xilogravuras dos folhetos populares que se encavalavam nos cordéis dos cegos papelistas.

Francisco Coelho de Figueiredo cita-os; Tolentino dá-os a entender, e em autores dispersos aparecem citações indirectas a essas pasquinadas do espírito inventivo dos foliões da sátira. O *Taful de luneta* pô-los a quási todos de parte. O que o interessou em geral foi o disparate ortográfico das taboletas, a extravagância pitoresca dos letreiros comerciais, uns estropiados pelos pintores, outros còmicamente compostos pelos lojistas. De quando em quando lá vem comentado um dístico piedoso de um mialheiro ou de umas alminhas, um epitáfio de uma igreja, um sôbrescrito de Calino, uma carta recheada de dislates. O *Taful* era da laia do bacharel *Nada lhe Escapa*, autor de *As Verdadeiras Bernardices* publicadas em Paris em 1841. O que o tentava era o disparate e ia buscá-lo à anedota, à carta, ao letreiro e até ao inferno se preciso fôsse.

Quem era êle?

O *Taful de Luneta* chamava-se António Maria do Couto, foi professor de grego nos bairros de Belém e do Rossio. Metediço em política, pelo que esteve demitido das suas funções pedagógicas de 1828 a 1833, serviu em 1840 como reitor do Liceu Nacional, e veio a morrer com 65 anos em 16 de Agôsto de 1843.

A sua predilecção pelo grego, exibida em traduções da *Ilíada* de Homero, em dicionários e em outras produções semelhantes, não lhe entorpeceu o espírito nem para a política, o que não era muito de espantar, nem para a literatura maviosa do seu tempo, o que é realmente um documento decisivo sôbre a flexuosidade do seu mérito de plumitivo, como se diz à moderna. Foi da privança de Bocage de que algures, nos *Letreiros*, se diz amigo e de quem rabiscou umas «Memórias» e esteve por vezes em luta acesa com o P.e Lagosta expurgando-lhe o poema «Oriente» e fazendo, noutro folheto, dialogar dois «Sebastianistas». Como se não bastasse esta variada produção, a folhetaria política que se lhe atribui com segurança serve-nos de índice confiante para aquilatar da sua resistência mental. *Os Noveleiros do Cais do Sodré*, *O Fadário do General Marmont*, o *Interrogatorio capital de Massena* e a *Representação dos cães a Lagarde* (perseguidor da canzoada alfacinha) denunciam-no como bom patriota, inimigo figadal dos franceses. Sôbre isto tudo foi redactor, em 1820, de *O Liberal*, jornaleco de combate, escreveu *Contos Morais*, uma *Palmatória contra Pedreiros Livres* e ainda umas *Cartas sôbre a Agricultura Portuguesa*. O homem, como se vê, era para tudo. Inocêncio Francisco da Silva, que isto nos informa, sentencia porém desfavoràvelmente ao fecundo António Maria, e outro juiz literário por êle citado profere também, acêrca do autor dos *Letreiros*, o parecer de que êle fôra bom professor, memorião notável, mas fraco escritor cujos livros lhe não deviam servir de passaporte para a eternidade.

Com êles estou. Estes dois livrinhos que aqui tenho

defronte não abonam nìmiamente o seu mérito literário, nem mesmo o seu espírito de comentador. Os comentários, os *Note Bem* com que remata às vezes os *Letreiros*, são até contra a sua fama de bom gramático.

O letreiro que se via no Chiado

*«Mestre das Reaes obras Pubillicas»*

cocegou-lhe a bossa crítica com êste comentário:

*He mais endruxelo para as Odes Alcaicas*

Um possuïdor do volume pôs, por seu turno, a seguinte nota abaixo:

*este cá fica já no livro*

E tinha razão. Antes o *Pubillicas* do «Mestre das obras» que o *endruxelo* do professor de grego; e ainda ficam de fora as *Odes Alcaicas!!*

*
* *

Os propósitos da obra confessa-os o autor logo no «Argumento» da primeira parte. Escreveu-a para divertimento dos leitores, *daquellas pessoas, que outr'hora gastavão dias inteiros a jogar o gamão, ou a espada preta, minucias que só gera a falta de entertenimento, e só usadas quando um Homem hia a Bellas tomar por acepipe agua ferrea ainda, que se constipasse interiormente para todos os dias da sua vida.* E acrescenta, no mesmo tom elegíaco dos que condenam os novos costumes: *quando não erão barbudos os cachos de uvas; idade feliz em que*

# NOTICIA.

HUm Official do Exercito Britanico, tem apostado 500 Libras Esterliñas, que ha de passear á travessa do Rio Téjo, na Segunda Feira que vem, á huma hora, ou depois do meio dia, em hum par de Botas de Cortiça; e principia o seu passeio á Torre de Belém, e ha de chegar á Torre Velha. Estas Botas saõ de huma construcçáõ admiravel, e curiosa forao inventadas pelo mesmo Official, que faz este passeio.

---

LISBOA:
NA OFF. DE JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO BULHÕES.
Anno de 1811.
*Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.*

*hum rapaz de quinze annos era bem criado, não pescava cousa alguma de Mathematica, nem enlambuzado em Francês inculcava de Filosofo...*

Veja o leitor a casta do homem!

No final da mesma parte em que promete a continuação, manifesta nova intenção à obra, dizendo que o fim não é só divertir o público, senão o de sustentar, também, o brio da Nação!!

Ficamos scientes.

O que da segunda parte se infere é que António Maria do Couto teve o seu percalço à conta da troça feita às taboletas.

Houve naturalmente quem désse cavaco e quem sabe se chegariam a ameaçá-lo. Êle exagera, como convinha à necessária voga do livro, arvora-se em perseguido, diz-se oculto fora de Lisboa e se a coragem lhe não faltou para continuar castigando erros de ortografia e sandices de sintaxe, o que lhe minguou, inegàvelmente, foi o assunto e a chalaça. O segundo voluminho é manifestamente inferior ao mano mais velho. Se não fôsse a anedota do *Urso* e do Marechal Souwarow que vem no «Prólogo», arriscava-se a não ter interêsse.

Perdoe-se, porém, a falta de expressão crítica do pobre professor de grego pela curiosidade do assunto escolhido. O que foi pueril em 1806 tem hoje um mérito que êle não visionava.

É curioso observar que muitos dos letreiros arquivados que tanta estranheza causaram ao seu coleccionador passam hoje quási despercebidos. Êle pasma diante de uma *Real Officina de Instrumentos Musicos* que havia na rua

da Madalena, perante um *Hoje não se fia, amanhã sim* que se lia defronte das Flamengas, em face de um *Café Raymundo* ou ao topar com uma *Cerveja aos copos* na Ribeira Nova ou com o, hoje comum, letreiro onde se dizia que *o Sol quando nasce é para todos.*

Outras legendas como *Oficina de botas, Mulher que ensina crianças, Ferraduras à ingleza, Capador e Tosquiador de Bestas, Armazem de chitas estampadas da F.ª de Sacavem, Mercador de Retroz, Café e bilhar italiano, Ouro e prata em folha, Batatas finas para semeio, Iscas famosas, Alfaiate Moderno, Aula de Meninos, Loja Nova* e outros que lá se apontam, não nos movem hoje também a exclamações admirativas.

Que diria o «Taful de Luneta» a uma *Taberna Social* que há ali para S.ta Engrácia, ao *Cambista Roubado* que estava ainda há pouco na rua do Arsenal ou ao çapateiro *Já viram?* que anuncia com êste dístico interrogativo o seu calçado de preços inverosímeis? Que espantos êle não faria diante do *Tacão*, do *Farta Brutos*, do *Friagem* e do *Faz Frio*, do *Bacalhau* ou do *Caliça*, do *João das Velhas* e do *Manuel dos Passarinhos*, do *João do Grão* e do *Cesteiro*, do *Gargamalo* e do *António das Caldeiradas!*

Que engulhos lhe não causaria o letreiro *Chouriços feitos por mim e temperados por minha própria cunhada*, escrito num papel sôbre um prato de enchidos que todos vimos numa mercearia aos Paulistas! Como não se arripiaria o professor de grego ao avistar num cunhal da «Casa Africana» o admirável dístico — *Pelo extremo limite do barato* — onde há quási mais tolices do que pala-

vras, ou naquela taberna no caminho para o alto de S. João, a famosa legenda de *Reparem à ida, à volta cá os espero*, que é um convite pagão de folia fúnebre para os carpideiros da praxe!

Os anúncios pitorescos do *Candeias do Intendente*, do *Clemente dos Gabões*, do *92 da rua Nova do Almada*, do *Freire Gravador* ou do *Mergulhão dos cordões de oiro*, admirá-lo hiam de-certo muito mais do que o reclamo do francês António la Fissière, alfaiate dos tafuis que dizia *fazer e alugar fraques e os mais hábitos da modernice*, ou do çapateiro que intitulava o seu estabelecimento de *Real Fabrica de Botas Elasticas nela se servem ambos os sexos, e se acha a famosa invenção dos canhões postiços!*

Em tudo se tem avançado, até nisto. O progresso no tocante às taboletas vai de vento em pôpa e de velas inchadas. Desde o *Sempre por bom caminho e segue* dos «Armazéns Grandela» à *Única loja que vende barato* de que se ufanam em letras pintadas tantas lojas de Lisboa, tôdas *únicas*, já se vê; da firma *Faria & Filhos* a que pertence uma botica ao Bom Sucesso (veja-se a coincidência!) a um *Silva & Mata alfaiates* que representa, evidentemente, uma vingança daquela aranha que foi morta por sete, há de tudo nas taboletas e fachadas de Lisboa, a desafiar a crítica mordaz de trinta tafuis de luneta.

Correndo os setecentos e cincoenta e seis letreiros dos dois curiosos livrinhos, encontra-se, porém, matéria para variadas e desenfastiadas cogitações filosóficas.

Experimente-o, comigo, o paciente leitor.

*

* *

As casas de vinho, tabernas e botequins, sucessoras em Lisboa das que Gil Vicente menciona no «Pranto de Maria Parda» dão larga contribuïção para o livro.

Em 1806 abundava êste género de estabelecimentos, a cuja tablilha se encostava a freguesia de güela sêca, a avaliar pela soma considerável daquêles que deram no goto do professor do Colégio de Belém, vizinho talvez do *Techugo*, que era uma das apregoadas casas de comer daquêle sítio.

Havia as que apregoavam as virtudes miríficas da bebida, como o botequim da rua da Conceição que tinha escrito ao alto:

*os generos desta casa convidam*
*aos que tem gosto e entram nella,*

ou a taberna ao Campo de Santana onde se lia:

*Loja de boa bebida. Destingue-se*
*pela garrafa e pelo copo,*

e o copo e a garrafa lá apareciam pintados.

Havia o que roubava ao vinho a qualidade de líquido

*Bom vinho para comer.*

Na Ribeira Nova, outra taberna reclamava-se pondo na taboleta

*Diversidade geral de Vinhos*

e, no Cais do Sodré, dentro de um armazém com as paredes revestidas de garrafas, lia-se

*Biblioteca Universal de Licores*

o que era um tentador letreiro para os bibliófilos da especialidade.

Havia os que poetavam nos letreiros

*Comer bem e beber melhor*
*He só proprio de quem tem valor*

ou êste, também na Ribeira Nova, que, antepassado do conhecido anúncio da «ginjinha»

*He mais facil com a mão*
*dez estrelas agarrar*

ou do que se admirava num quadro no antigo cambista da rua do Oiro, João Cândido da Silva, pintava sôbre a porta, saindo da bôca de um marujo, esta legenda, que o «Tratado da Metrificação» de Castilho não aprovaria de-certo:

*Nada alegra o espirito*
*Como o licor de Bacho*
*Não importa que suba ao caco*
*O que he bom deve tomar-se*
*Beber até emborrachar-se*
*E tomando assim gosto ao Vinho*
*Dorme-se como um santinho.*

Na rua da Paz havia os *Licores femininos(?)*, em Arroios os *Licores Pilatos(?)*, no Conde-Barão os *Licores bonnes*, em Alfama os *Licores gerais*, a S. Domingos o *Licor da Moda*, ao Erário Novo os *Licores inumeraveis*,

defronte do Correio os *Licores franceses*, e no Rossio, além da *Sorveja de diversas bebidas*, que devia de ser raro ingrediente, anunciava-se *Champurrião*, *Cró e Fillipina bem feita.*

Na rua da Condessa escrevia-se na bandeira de uma porta

*Chaffé, LIquore, Sceriveja*

que, se a qualidade correspondesse à ortografia, deviam de ser bastante indigestas; e a S. Roque decorava-se um botequim, ao pé da tasca apelidada *Casa do Bom Despacho*, com êste admirável letreiro:

*Bubidas, dosses, CKappilée!*

Nunca o pacatíssimo e inocente capilé teve tão brilhante e complicada exibição gráfica. Parece húngaro!

O «Taful de luneta» ainda pôde ler um

*Quem quiser, entre*

numa taberna da Travessa das Almas, uma

*Casa para Senhoras*

num botequim a S. Cristóvão, uma

*Casa de Prazer e Alegria*

na rua do Norte, e uma

*Taberna bôa em preço*

no Terreiro do Paço.

Alguns botequineiros usavam o latim. Sempre dava um certo ar.

Ao Passeio Público lia-se

*Hic quod bonum est intrinsecus videtur*
*Thesaurus liquroum & potiorum admirabilium*

Na rua do Mercatudo

*Aditus hic salutaris*

Aos Poiais de S. Bento

*Bibere sine metu intra & videbis*

Às Janelas Verdes

*Laeticiam vinum proebet*
*Primus in orbe Bacchus*
*Et proprimis hic Dionusus*
*De se ideam donat (?)*

e noutro alambique

*Nec semper alta valebunt*
*Parva saepe meliora. Caffé.*

O café, aqui, é digno de Cícero!
O francês também foi usado.

*L'union ou l'on mange, et l'on boit*

Era numa taberna defronte da Casa da Moeda.

A Buenos Aires havia uma pitoresca taboleta onde estava escrito

*Entre as mais coisas sardinhas feitas para o selectivo Baccho que se acha de venda por dinheiro*

donde legìtimamente se inferia que o deus se vendia ao balcão a meios quartilhos a-pesar-de *selectivo*.

Ao Rato avisava-se noutro letreiro com parcimónica cautela

*Aqui se administram bebidas com toda a sisudeza*

em oposição ao que proclamava na estrada da Penha de França

*Aqui se tomam borracheiras mestras*

ou à sinceridade do taberneiro da Cruz da Pedra que mandara pintar na taboleta

*Bebidas para sustentar o vicio.*

Uma tasca no Cais de Santarém não estava também com acanhamentos nem usava de subterfúgios anunciando

*Que guapa cousa! Ninguem quer do meu vinho? Elle não he mau, nem embebeda senão a quem lhe toma o gosto.*

Em boa ordem, espírito prático, nenhum dêstes letreiros leva as lampas, todavia, ao que se estadeava em Alcântara, na ruazinha que do largo descia para a praia, ali perto da Trabuqueta.

Veja o leitor:

*Os mandamentos desta caza são cinco: o primeiro he entrar, o segundo aviar, o terceiro pedir, o quarto pagar e o quinto marchar.*

É um programa completo, como quem diz: o vinho será sangue, mas o tempo é dinheiro.

Também na rua dos Cavaleiros se via uma legenda semelhante

*De comer*
*pedir*
*pagar*
*e andar*

no género da que hoje vemos em quatro insígnias salientes num estabelecimento de artigos eléctricos da Baixa

*Sede bemvindos*
*Não hesiteis*
*Temos de tudo*
*Agradecidos.*

Outros letreiros valem uma transcrição.

Ao Poço do Bispo:

*Vinho sem ser de oudre (!)*

na rua de S. Boaventura:

*Bella cousa he beber vinho*

na Calçada da Estrêla:

*Armazem sem contracção*
*comerese agurdente.*

Quem se contraíu foi o pintor, que teve de comer sílabas e letras.

Perdoemos-lhe todos.

*
* *

Os cafés multiplicavam-se em Lisboa, desde o café da gente do mar e dos cais, baiúcas dos Remolares e de Alfama, até os cafés para poetastros e tafuis, no Cais do Sodré, no Rossio, no Passeio Público e no Chiado. Do *Nicola* ou do do seu filho, o *José do Nicola*, ao *Passeio*, do *Neutral* ou do *Spencer* até o *Café do Cambio* na rua da Galé, assembleia de embarcadiços e descarregadores, que

variedade de lojas e de gente! Havia o *Good Coffee Triumpho de Alexandre* aos Algibebes, o *Café de Minerva* a Jesus, o *Café de Licurgo*, o *Cooffee House*, o *Café Exemplar*, o *Café Niotral para todos* defronte dos Mártires, o *Café do Triufo* na rua do Sol, o *Café e Bilhar Italiano* no Chiado, o *Café da Nova Reforma* na praça da Alegria, o *Café Nencionale* em Belém, o *Café Natural* no Paço da Madeira, o *Notral* aos Poiais de S. Bento, o *Café dos Tafuis* a Santo André, o *dos Navios* e o *Universal* ao Cais do Sodré, o *Café Lemos* na rua de Santo Ildefonso, o *Luzitano* defronte do relógio de S. Roque, e o *Hamburguês* no Cais de Santarém.

Alguns comerciantes apregoavam nos letreiros a bondade da negra bebida.

*Quem não entra não sabe*

dizia um à Boa-Morte.

*Café do Natural*

exclamava outro defronte do Colégio dos Nobres.

*Café sem ser adulterino*

replicava um terceiro ao Chiado.

*Café feito de café*

proclamava um quarto na calçada da Ajuda.

*Café em termos*
*Café em bebida*
*Café Nobre*

gritavam três para os lados de S. Bento.

*Café louro*

dizia misteriosamente ainda um outro lojista de Santa Isabel.

*Café liquido*

argumentava outro estabelecido em Belém, querendo significar que o vendia às chícaras.

Alguns, ansiosos de destacar-se dos seus colegas por algum predicado especial, buscavam atractivos estranhos à negra bebida que forneciam aos amadores.

Havia quem mandasse pintar na taboleta

*Casa de Café por novo Methodo*

que seria denunciador de um novo processo de composição, talvez por adição de cevada ou grão torrado.

Outro apelava para a higiene do serviço

*Café de Moka servido com toda a limpeza*

e um terceiro, modestamente, combatia o luxo dizendo na bandeira da porta, à Boavista

*O grande luxo dos Moveis e dos doirados não fazem a bondade do caffé.*

Certo negociante afirmava solenemente, ao Arco do Bandeira

*Casa para Nacionaes e para conhecimento estrangeiro*

Se os oráculos não responderem a êste mistério, há que deixá-lo sepultado com o botequineiro.

Um que ficou tão tradicional como a *Botica do Xéxé*,

onde havia de tudo, foi o letreiro do *Café da Madre de Deus* ao Rossio.

Na bandeira da porta estava pintado êste dístico

*Cafédorio.*

Uma loja de chá e café à Esperança anunciava em latim

*Bonitas cum identitate*

e ainda havia, em Buenos-Aires, outro que o misturava com inglês e português

*Good. Coffee. Coffee house*
*Non plus ultra*
*Caza de Caffé*
*Sorveja.*

O «Café do Carrilho», que tinha ao alto êste letreiro

*Café, Carrilho, Bilhar*

mereceu, não sei se ao próprio *Taful de Luneta*, a seguinte sátira que no livrinho se transcreve:

*O que merece pouca fé? Café*
*Quem negocia em sarilho? Carrilho*
*Quem as bolsas faz zangar? Bilhar*
*Ora pois acautelar*
*Quem foge (he quem leva a palma)*
*Dos trez inimigos d'alma*
*Café, Carrilho, Bilhar.*

A forma desta sátira não prima pela originalidade. Já no século XVIII se usava. Lembro-me da que foi feita aos

validos de D. João V, Marquês de Gouveia, Alexandre de Gusmão e Frei Gaspar da Incarnação:

Quem destruir-nos idea? Gouveia.
Quem merece a Inquisição? Gusmão.
Quem o deve acompanhar? Gaspar.
Pois, meu Rei, acautelar
Olho aberto, e vêde bem
Que no reino não convem
Gouveia, Gusmão, Gaspar.

*
* *

Quem em 1806 passasse por Lisboa e desejasse estalagem para pernoitar, não sendo exigente, vinhateiro de Tôrres, lavrador pequeno do Ribatejo ou da Banda de Além, tratante de compra e venda, ou çaloio cauteloso em despesas, era muito possível que fôsse parar à

*Casa Nova das quaspainas (?)*
*com seus comados particulares*
*e à vista se vê o bom*

ali a Santos-o-Velho, ou à

*Cruz de Ouro*
*Casadeos*
*padaria*

onde pela imperícia do pintor alguns poderiam crer que se vendesse pão.

As *Quaspainas* seriam as donas, a quem teriam estropiado o nome ou a alcunha? Vão lá agora apurá-lo.

Para que a língua estalasse voluptuosamente no sabo-

rear dos petiscos, tinha o gentio miúdo especialidades culinárias de se lhe tirar o chapéu.

Tinha o

*Optimo Coelho ensopado*

na rua das Taipas, tinha

*O Famigerado Macarrão*

no largo da Graça, tinha as

*Iscas Famosas*

e ainda, no largo do Rato, um paio apetitoso que assim se anunciava na taboleta:

*Comer vinho: forte paio!*

António Maria do Couto coligiu outros muitos letreiros de casas que davam o «prato a pasto».

Era a *Vitella Mamona* ao Campo Grande, era a *Casa de Bom Comer com aceio util*, na rua dos Correeiros, era a *Casa do Bom despacho* a S. Roque, era a *Casa de Boa Feição* no largo da Anunciada, era a *Casa de Pasto Util* na travessa da Palha, e a *Casa de Pasto a Sol (?)* nas Cruzes da Sé.

No *Armazem dos Palinhas*, junto à praça da Figueira, além dos «comes e bebes» vulgares, havia, segundo a taboleta, *petiscos imediatos finos e entrefinos*. Rapidez e variedade! Era a divisa da casa.

Para os púdicos havia a

*Casa de Pasto Casta*

ao Vale de Santo António; para os mágicos a

*Casa de Pasto das Covas de Salamanca*

na rua de S. Nicolau; e para os leigos, sacristães e andadores, gente habituada ao latim, uma tasca na rua dos Torneiros que anunciava:

*Hic est Casa de Pasto.*

Nos Douradores estava estabelecido o Rodrigo com a seguinte taboleta:

*Nova Reforma da Casa de Pasto*
*Rodrigo, cozinheiro.*

*
* *

Barbeiros, Dentistas, Sangradores e Guitarristas! Chegamos a êste capítulo! Não se admire o leitor da mistura. Era raro o barbeiro que não fôsse sangrador e dentista, como era raro o que não tocasse guitarra. A guitarra era tão própria da profissão como a noz que o freguês metia na bôca para opôr a bochecha às carícias da lâmina afiada, se êste não preferia o dedo respondendo à pregunta sacramental:

— Quere noz ou dedo?

O que isto nos arripia agora, cercados como estamos de pulverizadores, pincéis, máquinas eléctricas, cadeiras móveis, alúmenes, cosméticos e essências. A banha, o dedo, o mocho de assentar, em tendas infectas, parecem-nos agora sucursais da Inquisição.

O barbeiro assim como tinha a guitarra acantoada na loja, em que dedilhava, à porta, na míngua dos fregueses, tinha fora dela erguida a vara pintada de azul e branco,

símbolo das ataduras da sangria, e quanta vez o frasco das sanguessugas a-par da mecha de cabelo e da bacia de sangrar golpeada na aba.

Lá dentro o mesmo utensílio, feito no *Rato* ou na *Bica de Çapato*, decorado com flores, aguardava entre as toalhas de franja, o freguês de qualidade ou a chamada a casa do fidalgo que havia mister de pontear de vermelho a polpa do braço.

*Mestre* lhe chamavam uns; *oficial*, outros. António Maria do Couto fez larga colheita de letreiros nesta classe, cujo pitoresco tem resistido a tudo.

O barbeiro é sempre uma figura típica. No seu tempo — a avaliar pelo que diz o autor dos *Schetches of Portuguese Life Manners, Costume and Charater* — devia de havê-los bons.

Corramos a lista dos que estropiaram as taboletas, e mereceram o reparo do *Taful*.

Primeiro três provas das múltiplas aptidões dêstes artistas.

A Santa Luzia estava estabelecido

> *José Barbosa da Costa Dentista Luzitano, sangrador e barbeiro aprovado.*

Na Travessa da Palha lia-se a seguinte legenda

> *Bichas de boa casta e pegadiças Barbear, corta cabellos, faz barbas por cazas particulares, sangra e aplica remédios.*

e, noutro ponto da cidade:

> *Joaquim Antonio da Silva Ribeiro Mestre barbeiro de pentear, e barbear, e de amollar toda a qualidade de ferramenta viveiro de bichas*
> *Tho shave derss the hair*

O ofício de amolador também era acumulado pela profissão. Na Bica do Çapato lia-se

*Aqui samolla*

e era um barbeiro também.

Quanto a bichas, a variedade anunciada era considerável. Um barbeiro, na casa dos Padres Vicentes, junto à praça da Figueira, tinha

*bixas ferozes e pordentes (!)*

para todos os paladares; outro, ao fim da Tapada de Alcântara, anunciava pleonàsticamente

*Bixas para doentes,*

um terceiro, aos Olivais, reclamava

*Bixas do Rio*

e ainda havia outro que possuía a seguinte especialidade:

*Bixas excelentissimas para Senhoras*

que poderia ter, cortêsmente, modificado em

Excelentíssimas bichas para excelentíssimas Senhoras.

Galante barbeiro!

Para quem tivesse pressa havia, na travessa do Arco do Cego, um

*Barbeiro expedito*

um que era *bom e aceado* ao Arco da Graça, outro que dizia pentear e *fazer a barba* separado (nada de misturas), um que fazia *crescentes* para os calvos, no Rossio, e ou-

tros que, àparte as barbas, vendiam *pós de Lubeck, vinho do Porto e pomadas de cheiro.*

Como sangradores reclamavam-se alguns. Havia, defronte do Hospital de S. José, entre as insígnias do ofício, o letreiro de

*Sangrador iminente*

de cuja «iminência» livrasse Deus os necessitados, e outro que pertencia a um barbeiro-dentista-cirurgião que vendia as «pílulas de família» que se faziam no Pôrto.

À Lapa, o barbeiro José Moreira Duarte levantava espinhelas caídas; à Guia era a

*Assistencia do famoso*
*Dentista Antonio Pires*

como dizia um painel pôsto à janela com immodesta expressão; na rua dos Correeiros era o

*Dentista Estrange*

a quem se faltavam letras não faltava naturalmente a freguesia; e perto de S. Paulo o «professor Dentista João Rodrigues da Cruz», que anunciava, como chamariz, ser *sobrinho do defunto Manoel da Cruz.* Excelente recomendação.

O dentista Meirel, que tinha na taboleta, na sua residência, à Lapa:

*Tira Dentes*
*Meirel*
*E acautella com remédios os*
*combalidos*

mereceu a Bocage o seguinte improviso, feito a um seu consulente:

Do Meirel formas querela
Porque os dentes te dispensa?
Não t'os tirou por doença
Tirou-t'os só por cautela.
Bem atalha, quem bem pensa.

O desgraçado apenas tomara a mistela do Meirel ficara logo desdentado.

Quero ainda aqui acrescentar o letreiro de um guitarrista que havia na rua da Inveja. Dizia assim:

*Fabrica de cordas de viola e de rabeca para rabecam, e bordoẽs para chapeus, e de todas as qualidades, e de todas as côres, e guitarra.*

Outro no Bairro Alto, era desta forma:

*Tocador de guitarra,*
*dá licções por dinheiro*
*a todos que o convócão.*

Perto do Matadouro, pintava-se noutra taboleta:

*Fama das Cordas de Viola*

E foi o que achei nos *Letreiros Célebres* à conta desta verbosíssima classe.

*
* *

Os çapateiros costumam igualmente formar matéria vasta para o comentário alegre.

A Pampulha um «chumeco» anunciava numa das portas:

*Aqui se faz obra de Senhora com aceio, e promptidão em casa de Joaquim Palmelão*

( 161 )

295.°

A S. Bento mora hum Çapateiro, o qual nas duas meias portas, que servem de reparo á loja, tem em cada huma pintado hum çapato, e huma bóta com o seu dístico tal como se vê:

*Isto he bota.* *Isto he çapato.*

N. B. Já mudou de bairro.



e na outra porta

*Tambem trabalho para Homens com primore.*

O *primore* estava todo no letreiro poético da outra porta.

À Cotovia lia-se êste dístico:

*Francisco Antonio Mestre çapateiro da R. C. faz obra para o bello sexo com todo o gosto e tafularia.*

A S. Bento pintavam-se nas duas meias portas de uma loja, um çapato e uma bota, e por baixo, para evitar confusões, lia-se *Isto he bota* e *Isto he çapato.*

À Fundição de Baixo via-se escrito, noutra loja

*Loja de Sapatos e botas para toda a qualidade de gente*

Mais restrito, dizia um çapateiro da rua Augusta:

*Botas á Niza*

Era um especialista.

Outro que se chamava *Stima* aproveitava o apelido para o reclamo

*Antonio José Stima*
*todos os seus fregueses*

Ao pé do Nicola, no Rossio, havia o Miguel José Correia que dizia, na taboleta, fazer *toda a obra pertencente.* Não dizia a quê. Quem quiser espreitasse para dentro da loja.

Finalmente, a S. Francisco admirava-se êste letreiro

*Matta-Castelhanos*
*Çapateiro*

Era o estabelecimento do Santos-Matta, assim alcunhado não se sabe porquê, que veio a ser actor no Salitre onde «metia a bucha» tão perfeitamente como quando era «chumeco».

E acabou-se.

*
* *

Lojas de chapéus, Modas, Fazendas e quejandos géneros de negócio, não dão grande contingente.

Dignos de nota apenas respiguei na colecção os seguintes letreiros:

*Enfeites para Senhoras de Capella*

a S. Sebastião da Pedreira,

*Modas Novas e Velhas*

ao Poço Novo,

*Colecção de todos os Chapeos*
*Loja Encyclopédica de Fazendas*

na rua do Caldeira,

| | | |
|---|---|---|
| *Fazendas* | *Fazendas* | *Fazendas* |
| *da* | *do* | *de* |
| *India* | *Norte* | *Palhavã (?)* |

na rua dos Fanqueiros,

*Engomadeira d'homens, lava e os coze*

na calçada do Duque.

Êste é um primor de redacção e de um exclusivismo penhorante.

Na rua da Procissão lia-se numa taboleta:

> *Fabrica Real de Pantalonas e mais trastes elasticos para Homens, e Senhoras. Tambem se achão compozições para tingir vestidos em caza de cores diversas, pedras de tirar gordura, pós de lustro Oriental, graxa de cheiro, e huma receita particular para lavar meias de seda tirando-lhe o suor!!*

A respeito de Mestras e Mestres, Aulas, Livros e Cadernos, o «Taful de Luneta» coligiu alguns letreiros curiosos. Aqui, estava êle no seu elemento.

*Aula de Encino*

dizia uma pedagógica taboleta na calçada do Menino Deus, abonando a competência dos mestres.

*Aula de Arythmetica escripta*

anunciava outra.

*Aula de Meninas das primeiras sciencias*

proclamava-se na rua do Machadinho.

*Mestra de Meninas de ler*

pintava-se na rua do Salvador.

*Mestra de Meninas com assistencia*

exibia-se na calçada do Carmo.

Numa loja de livros ao Chiado lia-se, na fachada, esta complicada e confusa legenda:

> *Loge de livros, estampas, papeis, impressos, letras de cambio, conhecimentos, livros, bilhetes para vizita, e para enterro de garrafas de vinho e serveja.*

Nenhum, porém, como a taboleta de outro livreiro que anunciava

*Cadernos de contas de sommar para os meninos aprenderem a fazer!!*

Esta é que merecia um epigrama de Bocage.

*
* *

A ignorância dos pintores produzia abortos ortográficos, como êste:

*Virdacero Occhllistha*
*Loja de Sacquagem*
*Serghero*
*Boti kório*
*Mercias Sago*
*Real Lojem do papele selado*
*Cafeixá*

que correspondiam a um vidraceiro oculista, a um saqueiro, a um boticário, a uma mercearia que vendia Sagu, e a um estanco e a uma tenda. Alguns são tão perfeitas charadas como aquele dístico comercial que todos se lembram de ver num çapateiro da rua do Alecrim, à esquina para o largo do Quintela:

*Gil Fortunato Sesçor.*

Poderia alguém supor tratar-se de um apelido de origem goda ou sueva. Nada disso. Aquilo queria simplesmente dizer

*Gil Fortunato, Sucessor.*

A asneira é de todos os tempos.

Alguns estancos condecoravam-se com divertidas taboletas.

Um dizia ao Arco de Baixo:

*Aqui não se faz preço. Quem quizer não compre*

o que significava, antes, que a estanqueira o não desfazia.

A Santo Amaro lia-se:

*Estanquo de nomaro tabacuo, sabam cartas de gogar, macos e baralhos.*

Outro estanqueiro tinha pintado o seguinte mirabolante aviso:

*Aqui se joga, e vendem cartas com as quais se não perde*

E o cúmulo do arrôjo no reclamo. A lojinha da calçada da Graça devia de ter larga concorrência de tafuis ingénuos.

Em vários pontos da Capital outras taboletas moviam à reflexão ou ao riso.

A Santo Estêvão de Alfama lia-se:

*Francisco Braz concerta gatos*

Ao Paraíso numa loja de capela:

*Cacalharia*

em vez de quinquilharia; numa loja à rua dos Cavaleiros:

*Albardeiro, espartilheiro, colchoeiro, Seleiro. Tambem faz fundas para quebrados e molheres.*

No caminho de S. Lázaro havia esta bem redigida legenda:

*Do Ospithal de fundas*
*Real Artifice de todas as quali-*
*dades.*
*Suspensorios*

Na calçada do Monte via-se:

*Parteira que aprendeu fora*

Um armador na Pena anunciava caixões *para defuntos de todos os tamanhos.*

Os cerieiros abundavam reclamando a sua cera lavrada em vários locais. Um dêles dizia na bandeira da porta

*Fabrica de cera pintada, lavrada, brunida, bustos, milagres, peitos, cera bella,*

e outro

*Fabrica de cera e Mininos*

o que era muito mais notável do que fazer milagres e peitos sem todavia deixar de ser um milagre considerável.

Outros letreiros tinham qualquer coisa de misterioso. Que diacho quereria dizer o aviso do quinquilheiro junto ao Pátio da Moeda que assim rezava

*Aqui se acha retratado o célebre*
*toucinheiro e outros figurões?*

*
* *

As «Alminhas» e os Mealheiros que enxameavam pela cidade — feição de há muito perdida na fisionomia de Lisboa, e que lhe marcava uma expressão devota — também concorreram para os dois volumes do Professor António Maria do Couto. Muitas eram adornadas de letreiros implorativos movendo a piedade dos fiéis.

É ver a inventiva dos imaginadores das legendas!

*Almas de S. Julião!*

exclamava-se aos Algibebes.

*Santinhos! para as almas Santas afogadas no fogo infernal do feio e abrazador Purgatório!*

gritava-se, pintando um quadro de aflição, ali ao Campo Grande.

*Almas do Santo*

dizia, com uma concisão rara, um mealheiro no caminho do Rêgo. Outro, na travessa das Chagas, intitulava-se

*Mialheiro dos piridõens, e allemãs*

Se o pintor não foi alemão não há *piridão* que o salve.

Um, muito ansioso de sufrágios, suplicava na travessa do Lambaz

*Esmollas para a minha alma*
*pois necessito muito dellas*

*Dai-me*, implorava a S.ta Marta uma caixinha pobremente pintada. É enternecedora esta singeleza.

*Dai-me que a recompensa he certa*

tornava outra em Xabregas, querendo despertar a caridade esquiva.

Em desalento e resignação nada como o mealheiro da rua do Limoeiro que dizia assim:

*Mialheiro de hum infeliz, o qual tem sido renovado varias vezes por nada lhe darem.*

*
* *

É de prever que outras taboletas se exibissem na Lisboa de 1806 desafiantes do riso confidenciado entre homens. António Maria do Couto dá-o a entender, escrevendo no argumento da primeira parte da sua obra:

*Para aformosear mais esta colecção, juntei aos letreiros algumas noticias galantes que seguissem o mesmo estylo daquêlles, separando todos, quantos pudessem fazer equivoco obsceno, ou enojoso, que longe de se lhe achar o picante da graça offendem e enfastiam.*

Respeite-se a pudicícia do conceituado gramático, e fique-nos livre a fantasia para supôr de quanta pimenta e de quanto sal se adubariam as legendas que ficaram no tinteiro.

De tôdas as obras dêste fecundo escrevedor foi esta dos *Letreiros Célebres* a única que pôde arrastá-lo até à posteridade.

Se não fôra a curiosidade de eternizar a asneira não se teria eternizado a si mesmo.

# CUPIDO EM ODIVELAS

S tradições galantes da clausura dionisiana, um dos mais nomeados conventos conversativos de Lisboa, vinham já de longa data. O sexto Afonso fizera daquêle claustro corro de toiros para lustrar gentilezas postiças em picaria aos olhos de D. Ana de Moura, a «Flor do Sol», pimpleando galhardamente a garrocha enfeitada de laços. E ainda que as sortes fôssem mais de *corpo ao chão* do que de *rosto a rosto*, a avaria hípica segurara-o no coração da freira, que não tinha a veia irónica de D. Feliciana de Milão, boa parceira no dito chalaceador e na acrobacia do trocadilho fradesco, em que pontificava ao lado de Frei Pedro de Sá e de Frei Lucas de Santa Catarina. Sóror Feliciana antecedera-a na escolha real, mas o afecto do soberano fôra sacudido, abalado, destruído, por fim, com dois daquêles ditos memoráveis que se atribuem à chistosa abadessa. Era, como hoje diríamos, uma mulher de espírito e sacrificava a uma *falperra* de estrondo ou a um calemburgo feliz a invejada situação de amásia régia, tanto mais que da realidade fisiológica de tal categoria suscitam-se aos historiadores justificadas dúvidas. Isso era bom para a *Calcanhares* ou

para outra *brichota* como ela, por amor da qual a patrulha real *baixa ou petiscante* acutilava, com farruscas de lacaios e negros, o bando dos galanteadores.

Sóror Feliciana, a quem o mundanismo da sua pilhéria freirática quási secularizou, teve na côrte uma notoriedade considerável. A divertida prelada de Odivelas era temida não só pelos cortesãos e freiráticos senão pelos frades, mòrmente dos da sua Ordem. Os «Bernardos», cuja fama de simpleza lhes outorgou a responsabilidade de tôdas as parvoïçadas de portaria, apavoravam-se diante da sua irónica mordacidade, bastas vezes inçada de maldades profanas e de subtilezas de «mulher-dama». Quando falavam diante de D. Feliciana as palavras acobardavam-se-lhes na bôca e só vinham à prática depois de bem medidas e pensadas, o que nem sempre evitou os a-propósitos da abadessa.

O padre Frei Marcos, que não era dos mais cautelosos, prègando um dia em Odivelas e tomando vénia a Sóror Feliciana, principiou a oração, dizendo:

«Três coisas — Il.ma Sr.a e religiosíssima prelada — três coisas muitíssimo grandes tenho de mostrar hoje a Vossa Senhoria».

E a prelada sorrindo e fazendo menção de se retirar:

— Não mostre, P.e Marcos, que eu não quero ver.

De outra vez, como a sua rival, D. Ana de Moura, que era irmã de Gil Vaz Lôbo, se picasse de qualquer alusão feita ao régio amante, e entrasse de erguer a voz, D. Feliciana redargüiu logo:

— «Calai-vos, que vos dou com vosso irmão pela cara».

Era desta fôrça. No formigar da côrte consideravam-na como um oráculo de galantaria, e nomeavam-se-lhe as chalaças e as proezas. Conta-se até — e quem o conta é uma criatura grave, nada menos que o sábio Padre Bluteau — que andando intrigados os cortesãos acêrca do que quereria dizer a palavra da moda, que era *engrimanço* e que todos empregavam à-tôa sem lhe saber o sentido, houve um fidalgo atilado que despediu a unhas de cavalo até Odivelas para ir consultar a freira. Ignoro o que Sóror Feliciana decidiria sôbre o que significava *falar por engrimanços, meter-se num engrimanço* ou *andar engrimançado,* o certo é que se ela não resolveu o problema mais ninguém havia que o resolvesse.

Foi esta religiosa, que mal pude pintar em três borrões rápidos, quem deteve nas mãos o sceptro jovial da realeza amorosa e galante, naquêle período de seiscentos em que as leis proïbitivas do culto do Amor freirático se estampavam aos cardumes. É a de 13 de Janeiro de 1603 contra os que têm trato com religiosas. É a de 21 de Novembro de 1615 contra a familiaridade suspeita nas clausuras; é o *Decreto* de 4 de Abril de 1653 contra os que freqüentam as grades, repetido em 16 de Janeiro de 1658; são os de 16 de Setembro de 1662 e de 26 de Junho de 1663 e ainda a *Carta régia* de 12 de Setembro do mesmo ano, sôbre a rigorosa observância da clausura, familiaridades suspeitas e abuso de falar no adro das igrejas. É outra *Carta régia* de 28 de Abril de 1664; é o *Alvará* de 3 de Novembro de 1671; e é finalmente outro diploma de 1683, tudo ouriçado de penas para os freiráticos e para as espôsas infiéis do Senhor. Emprêsa inútil. Os exemplos vinham de cima e

quanta vez dos próprios legisladores e executores, desde o soberano aos visitadores conventuais e dos desembargadores e corregedores do crime e juízes dos bairros aos próprios clérigos confessores.

Em Odivelas os maiores abelhões da colmeia eram os Bernardos.

O célebre Frei Timóteo — *o Caraça*, e Frei Manuel de Macedo, de alcunha *o Colherão*, ambos lá tinham a sua freira, o que não quere dizer que elas se não dessem a outros. Frei Manuel de Macedo, que era bronco como um penedo, partilhava com um franciscano essa gloríola amatória. Às vezes tinha pruridos de ciümeira, e tanto arreliava a religiosa que esta emprazou-lhe o rival para a vingar. O franciscano mete-se em brios; aceita a incumbência de um sermão no templo do mosteiro e aproveita o ensejo de fazer embezerrar o bernardo. Então é que foram elas. O amor da freira vingativa fez-lhe vibrar a bossa oratória. A inventiva dilatou-se-lhe, e aí começa a oração. Dirige-se aos serafins e aos anjos que em sonhos vê povoar os jardins do céu e inquire-se em voz trovejante:

— Que farão os anjos nessa eterna região? *Colherão* flores? *Colherão* isto? *Colherão* aquilo?

Frei Manuel de Macedo estoirava de raiva de entre o auditório, e ao quarto «colherão» berrou apoplético:

— Colherão... o raio que o parta.

E saíu da igreja como uma catapulta (1).

---

(1) A frase não foi bem esta. O autor de *As Verdadeiras Bernardices*, impressas em Paris em 1841, reproduziu a resposta original que agravava cruamente a mãe de Frei Timóteo.

Frei António das Chagas — di-lo o bispo do Grão Pará nas suas interessantes e desempeçadas «Memórias» — estando aqui em missão com Frei Leandro e outros dois frades, acomodados na hospedaria por detrás da capela-mor, tais desaforos viu praticar aos companheiros no jôgo das tábolas e no jôgo dos Palratórios, que receoso de que os seus sermões não bastassem à purificação das almas, com aquêles exemplos dos monges, entrou a disciplinar-se de tal sorte que a missão teve de acabar para não começar o escândalo.

Os nobres, como os frades, cultivavam os jardins cithéricos das clausuras, colhendo amiúde as suas flores mais aromáticas em ternura profana.

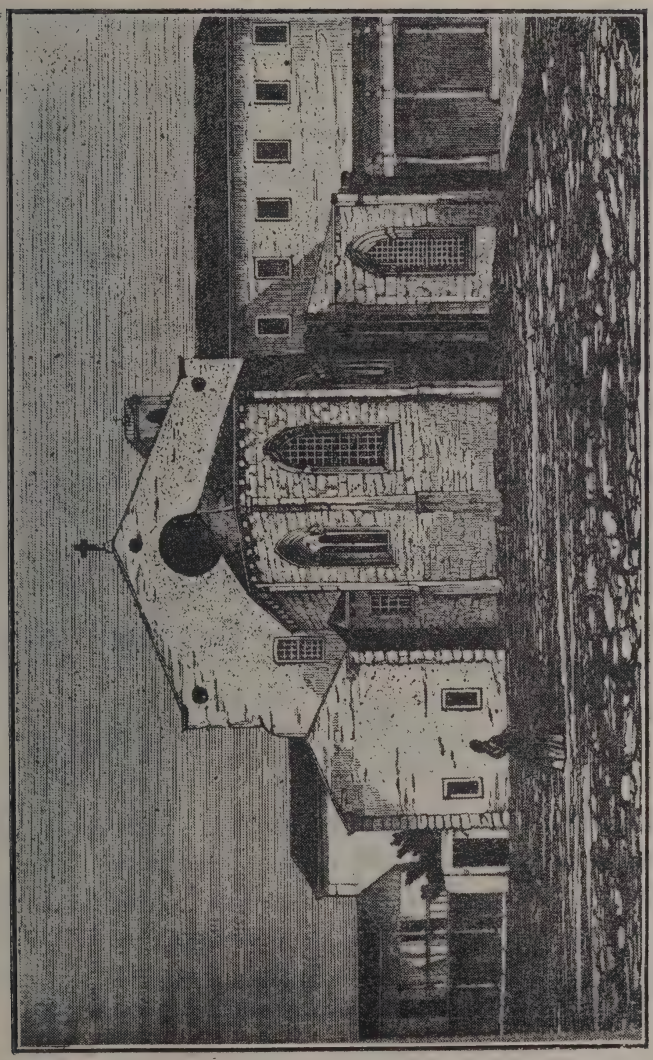
D. Luís de Sousa, irmão do Conde de Castelo Melhor, é apontado, na intriga política e cortesã, como tendo conspurcado um mosteiro portuense com pecaminoso fruto; o Conde de Mesquitela, após desregramentos sem conto, mortes, adultérios, incestos e o mais que se não sabe, vem a ser preso aqui em Odivelas, onde se ocultara na sombra de um regaço compassivo. *Multiplicavam-se os excessos e com êles os escândalos*, diz o beneditino autor das «Monstruosidades do Tempo e da Fortuna», que nos elucida fartamente sôbre a liberdade de costumes dêsse curiosíssimo período, e por isso a lei proïbitiva de 1671 atingia os tratantes ilícitos, religiosos e profanos, com justo rigor, mandando-os tomar como loucos e punir pela bôlsa. A correspondência escandalosa a que servia de caixa do correio a grade das portarias, foi também defendida, mas da repressão violenta de alguns prelados reformadores geraram-se gravíssimos casos que noutro lugar

se contarão; nada menos do que uma sublevação monástica.

As religiosas resistiam quanto podiam aos bispos e visitadores. Os *blagueurs* da época, achando matéria picante onde a musa dos pasquins pudesse deflagrar à vontade, davam-lhe largas, e era de vê-los esparrinhando ironias maliciosas à conta das freirinhas do Pôrto aperreadas pelo seu Prelado:

Para que tanto zelar,
Lacerda, as pobres freirinhas?
Não as mateis coitadinhas,
Deixai-as sequer falar,
Não temais que o Regular
lhe pregue de alguma vez,
Como vós o *mal francès*,
Porque quando fôr na grade
A freira com algum frade,
Só se fôr mal português.

Em Lisboa, os mosteiros de Odivelas e do Calvário são os que aparecem mais nomeados no apontoar dos escândalos, dos quais o menor não foi por certo aquêle de uma filha de Aires de Saldanha ter convencido o Núncio — como último estratagema para se libertar da clausura onde a haviam metido à fôrça — de que não era fêmea mas macho, obrigando-o a ir, aflito, a altas horas da noite, procurar o Regente para que o homem-freira fôsse tirado de entre as espôsas do Senhor. D. Pedro II ordenou que se fôsse buscar imediatamente a pseudo-freira. Depositaram-na em casa da família e fez-se-lhe um exame. Só então se deu pelo lôgro, e a religiosa à fôrça lá teve de



O Mosteiro de Odivelas
*Segundo uma antiga gravura em madeira*

enclausurar-se de novo, com grande gáudio dos alviçareiros de escândalos e alívio considerável na consciência do Núncio.

A literatura licenciosa de então anda abarrotada de versos, sátiras, pasquins e diátribes onde o Amor freirático pontifica. É ver alguns códices da «Colecção Pombalina» (1). As cartas de Frei Pedro de Sá e de Frei Lucas de Santa Catarina às freiras dêste e daquêle mosteiro e as respostas das enclausuradas, são documentos de eloqüência demosténica para a história da vida conventual no tocando às liberdades amatórias.

Com D. João V as leis proïbitivas contra êsse abuso escassearam um tanto. À de 1714 seguiu-se o *Aviso* de 1725 (3 de Março), que mandou devassar dos que tivessem nos mosteiros amizades ilícitas, mas a seguir abre-se um largo parêntesis que o soberano foi o primeiro a aproveitar, até que os excessos e a essência de âmbar o atiraram, nos solavancos de um coche, para os banhos das Caldas.

*
* *

Odivelas foi então, nesses primeiros cinqüenta anos do século XVIII, o baluarte mais firme do pequenino Deus, onde êle arrastou com arruído notório as cadeias amorosas forjadas a seu pedido pelo papá Vulcano.

Outros cenóbios, dos chamados *conversativos*, davam

(1) Códices 128 a 132 e códice 69 da mesma colecção — Biblioteca Nacional.

bródio de caldo amatório à revoada de frades, clérigos, burgueses, estudantes, fidalgos, bandalhos e michos que constituíam o bando freirático, esgarabulhando como nuvens de peões dançarinos nas Portarias e nas Rodas, bamboleando as perucas, sofraldando os hábitos, poetando em oiteiros, falando tiple e entoando falsete, ou derriçando em lenço de olandilha com a mão feita cabide do chapéu, mas nenhum chegou, na liturgia complicada do amor freirático, a emparelhar-se ao mosteiro de D. Denis, cuja nomeada galante de «Labirinto de Enganos» (onde não havia Ariadne que emprestasse um fio aos hidrópicos da paixão do Ralo) sobrepujou a de todos.

Os mosteiros da Rosa, de Santana, das Mónicas, do Salvador e do Calvário e ainda os dos arrabaldes, de Vialonga, Castanheira e Chelas, deram que fazer às línguas maledicentes e aos quadrilheiros das Corregedorias, mas a sua fama nem sequer ennevoou a das bernardas ricas companheiras da Madre Paula e da *Pimentinha*. Os mosteiros afastados da cidade, obrigando os devotos do carcaz e da aljava a tornar-se em almocreves das suas penas e das suas ânsias, calcurriando estradas e caminhos ao cheiro da Portaria, à lambujem do Ralo, à gulodice da Roda, tinham para os freiráticos de ofício, convictos e sinceros, um encanto especial. Obrigavam-nos a sofrer mais, a esperar mais, a dilatar mais as visitas e a andar léguas e léguas à cata de um sorriso imaginado, e de um trilo amorudo vindo através das grades doiradas onde as aves-freiras piavam pela alpista da dádiva a trôco de um boião de cidrão em calda, de uma bandeja de ida e volta coberta de cambraias ou de uma tigelinha da frasca conventual acogulada de esquecidos.

A vida conventual corria sôlta. Nesse período do delírio sensual do quinto João que, como rei, numa côrte em que todos tinham a sua freira, não podia deixar de ter duas pelo menos, os raptos, as escaladas e as violações de clausura contavam-se pelas semanas que corriam. Nas *Mónicas*, era a *Gamarra* que o Marquês de Gouveia obrigara a professar, depois de a comprar ao marido, feita pássaro de encêrro para que o ilustre Mascarenhas vivesse sossegado de ciúmes, recebendo na cela o freirático Valentim da Costa Noronha, e era outra madre que dava entrevistas ao Conde do Rio; no *Convento de Santana* era apanhado o dr. Luís Borges de Carvalho, corregedor do bairro do Rossio, que paga com ano e meio no Limoeiro as delícias de uma noite de claustro, era o infante D. Francisco que não satisfeito com as preferências da madre D. Mariana de Sousa freqüentava outra cela onde ia devorar pastelinhos de «bôca de dama» e lagostim, para as suas debilidades de comilão emérito, e era a própria abadessa que fugia para a Olanda com um Capuchinho; no *da Rosa* era a cigana Margarida do Monte — Sóror Joana Vitória — que atraía à cela, em que se lhe mudara a alcova de mulher-dama, um fidalgo disfarçado em carvoeiro que vai a seguir parar às duras entranhas julgadoras do desembargador Bacalhau, era a Madre Glória enganando o freirático Frei Pedro de Sá e fazendo-o «côco de Cupido» com o morgado de Oliveira, e era ainda outra ave da mesma gaiola que ia tornando assassino o médico da clausura, surpreendido, pela abadessa, emborcado no catre; eram, aqui em Odivelas, quatro cónegos fidalgos da Basílica Patriarcal presos pelo Patriarca por irem rebuça-

dos em véspera de S. Pedro (1744) cantar loas às freiras, e era um filho do vice-rei da Índia, António de Melo, que tendo furtado uma moça de côro a levou à fôrça para Frielas, primeiro à garupa e depois agarrada à cauda do cavalo até partir um braço; no *Salvador*, era preso o fidalgo de Almoster D. Luís da Silveira, às 9 da noite de 26 de Maio de 1744, apanhado em flagrante delito, e por idêntica proeza ia parar à Tôrre de Belém o cavaleiro maltês D. Lourenço de Almeida; eram ainda o Provincial de S. Francisco surpreendido a violar um mosteiro, o Conde de Valadares que se disfarçava de manto e toucas, para ir falar a uma leiga de Santa Clara, êste, aquêle, aqueloutro, todos emfim que assaltavam o convento do Calvário para provar a «Fritada de Amor», ou o de Santa Clara para mordiscar os biscoitos proïbidos.

Se os cortesãos fidalgos, os provinciais e os corregedores assim procediam, o que seria de esperar dos outros?

O bando interminável dos freiráticos não podia, porém, confundir-se com esta coórte de vencedores capitaneada pelo monarca. Era o bando dos vencidos. Enquanto os primeiros se queimavam nas labaredas, os segundos sufocavam-se apenas no fumo. O amor freirático era fogo em lenha verde. O freirático convicto, o freirático puro, não concluía, iniciava apenas. Trazia o retrato da freira, pintado em marfim, pendurado ao pescoço, mais para o mostrar do que para vê-lo. Fazia-lhe versos, gabava-se aos outros de tratar por tu a sua freira e de ter-lhe tocado a mão certo dia, como se lhe tivesse tocado a alma, suspirava, calamistrava os cabelos para lhe agradar, usava luvas de polvilhos de França ou de «cordovão de flores», vendia a

sege e as cavalgaduras e empenhava-se até à camisa para a presentear de tudo desde os espadins, casacas agaloadas e chapéus de plumas para comédias, até às véstias para as irmandades, a cêra para os altares e as capelas para os anjos, sem falar no estipêndio do médico, do sangrador e das serventes e leigas que lhe comiam os olhos, e às quais se chamava as corujas do lampião freirático que ardia para a freira ficando-lhe as torcidas para lamber.

Emquanto D. João V passava da francesa, mãe do infante D. António, para a Madre Madalena Máxima da Silva, mãe do arcebispo D. Gaspar, e desta para a Madre Paula que roubou ao Conde de Vimioso e lhe deu o outro menino de Palhavã, tôdas enclausuradas de Odivelas; emquanto o infante D. Francisco possuía a Marianinha de Sousa e o Vimioso açambarcava duas madres à conta do roubo real que lhe fôra feito; emquanto êstes se repotreavam em cadeirões de riço, nos aposentos particulares daquelas «deusas amortalhadas» com golilhas perpétuas de volta atoalhada e caudas de lençol, entre reposteiros de melania de sêda, móveis acharoados e escritórios de vidros de Veneza, os pobres freiráticos suspiravam contra o ralo de crivos ou, quando muito, através das grades do côro baixo ou do locutório, enviavam à sua bem-amada — que mal entreviam — um *ai* que chegava lá dentro mais duro e mais frio do que um mármore de Pero Pinheiro.

*
* *

O Padre Pantaleão Rodrigues era o protector máximo dos freiráticos de Odivelas. Na sua casa cêrca do mosteiro reüniam-se as assembleias gerais, e Padre Pantaleão presidia e dirigia os trabalhos como delegado do próprio Cupido naquele tribunal de apaixonados. Ninguém como êle tinha artes de fazer chegar às mãos das freiras os bilhetes amorosos perfumados de almíscar e borrifados de «água de Raínha da Hungria». Feito pombo-correio das missivas inflamadas dos devotos do Ralo, o seu prestígio era enorme tanto cá fóra como lá dentro onde a *Pimentinha*, a *Caramelo*, a *Márcia Bela* e a *Caçarola*, freirinhas conversativas, o festejavam com carícias para o estômago e para o coração. Padre Pantaleão gozava.

O domicílio do amável clérigo, na Quaresma, pelos abadessados, em ocasião de oiteiro, em véspera de procissão, sermão de polpa, lausperene, ou tríduo festivo, que eram os dias de refestêlo conventual propícios a namoros de estafermo e a contemplações na grade — a safra dos freiráticos — enchia-se de devotos que lá iam desempoeirar-se da jornada e concertar o trajo, desengonçar o pescoço para os ademanes e desabotoar-se negligentemente para a tentação das atitudes e para as cortesias de *Gloria Patri*, de braços caídos e olhos acairelados de meiguices.

Com Padre Pantaleão manobravam o poeta de Odivelas, António Sanches de Noronha, que morava na Póvoa de Santo Adrião e se arruïnou com a freirinha D. Maurí-

cia de Pina Rebêlo Freire — *A Márcia Bela* —, o oficial do Conselho da Fazenda Manuel José de Abrantes, iniciador de freiráticos e o mais pertinaz devoto das deusas bernardas, e o padre de Odivelas António de Almada, que era o chichisbéu da *Finezas*, da *Vigairinha* ou de outra qualquer com ou sem alcunha galante. Estes quatro andavam à cabeça do bando, orientavam-no, entusiasmavam-no, defendiam-no.

O Principal Moura, filho dos Condes de S. Tiago, Frei Joaquim de Santana, frade jerónimo, os cónegos D. Luís e D. Guido da Câmara, da Santa Igreja Patriarcal, da estirpe dos Principais Câmaras que tinham casa de banca e eram peritos tanto no lançar dos dados como no apontar das setas cupidíneas, gastando com as freiras o que ganhavam aos tafuis, o Padre Roque Francisco, os cónegos Manuel José de Miranda e Martinho de Melo, da Patriarcal, o engenhoso clérigo Plácido de Oliveira da Mata, o *Má Língua* de alcunha, que morava ao Campo Grande mas que passava a vida a calcurriar como almocreve a estrada de Carriche, e outros padres e frades de menor tômo, constituíam a falange que a igreja vomitara de si para as lambujens de rafeiros amorudos à portaria do convento de D. Denis.

Entre os seculares bandarras e faceiras que, no dizer da época, trocavam as pernas nas tonturas do Amor, e que usavam abanico sempre desinquieto com a ansiedade de ver os olhos ingratos das deusas ainda humedecidos de sumo de melancia, contavam-se os Curvo Semedos (José Caetano e Francisco Xavier), sobrinhos do famoso médico dos mesmos apelidos, o advogado António Veloso

Henriques, a quem chamavam *o Dr. Piroca*, o escrivão do Tabaco João Baptista Lara, António Pedro de Abrantes — *o Correio* — que seu pai, Manuel José de Abrantes, iniciara a caminhar na *faca* a caminho de Odivelas, para ir estarrecer-se a fazer de estafermo na oblação freirática, o escrivão Manuel Nunes Pinto, múmia de 90 anos que era o Patriarca do Ralo, o cavaleiro de S. João de Jerusalém D. Lourenço Vasco da Cunha, que andava atrelado ao conde de Vila Flor nas suas recovagens amorosas de Lisboa para Odivelas, Pantaleão da Costa Rijo, proprietário de um dos ofícios de escrivão na Correição do Cível da Côrte; e o *Papoya* (Bernardo António Correia), famosíssimo cultor dos ofícios do padre Pantaleão Rodrigues. Da banda de dentro das paredes da clausura o bando das Circes, que, em revoada de entontecer, ajavardavam com seus encantos os freqüentadores das grades e do ralo, não era menor. A tradição ainda aureolava de scintilações alguns nomes de freiras notabilíssimas como agrilhoadoras de corações e de vontades alheias.

Era a Anica de Sousa, irmã de D. João — *o Tolo* — que a-pesar-de velho se derretia por tôdas e de quem a madre Joana Baptista murmurava «que não servia para caramelo». São canas vê-lo! cochichava-se nos corredores. Era D. Violante Henriques, cuja formosura majestática lhe merecera o apôdo de *ídolo de prata*; era a Bárbara Joana que tinha os seus *longes e pertos* de formosa e um *és não és* de trigueira, mas tão provocante que mereceu se lhe dissesse que se não houvera uma migalha de sombra a claridade não seria bela; era D. Luísa de Moura, cuja alvura de pele gerara a hipótese de lhe terem voado para

o colo os jasmins de Itália que nêle «comiam nata, bebiam neve e cheiravam âmbar», dona de uns olhos negríssimos e pestanudos, e outras que seriam sereias em carne se não fôsse duvidoso que as houvesse em peixe, no conceito de Frei Pedro de Sá.

As reverberações das auréolas de galantaria maliciosa que tinham coroado essas madres e essas seculares serviam de exemplo às praticantes novas, às que entravam na legião das cativas de Cupido e começavam a aprender com as serventes velhas do mosteiro — a *Antunes* ou a *Brites* — todos os mil modos de aperrear os bandarras e os frades, os clérigos e os fidalgos, que enxameavam como gaviões sem garras em derredor de Odivelas. Os segredos do vestir — como se punha uma charpa à guisa de véu de ombros, mostrando o peito como relíquia de santa, e se meneava o manto — o encanto das atitudes, o pisar miúdo, o reparo do abanico, o morder de beiços, eram coisas essenciais para as «Vénus de Mortalha», tanto como o saber despertar os ciúmes e iludir os platonismos dos amantes da grade com um escarrinho de aviso, um *schiu* de acautelar ou um recado timorato enviado pela leiga de servir pronta sempre a receber os doze vinténs de prémio pelo serviço prestado.

A *Caçarola* (D. Catarina Isabel de Castro), a *Márcia Bela* (D. Maurícia de Pina Rebêlo Freire), a *Finezas* (D. Leonor de Meneses), a *Contratadora* (D. Jacinta Micaela de Castro), a *Vigairinha* (D. Teresa Bárbara de Melo), e a *Pimentinha* (D. Francisca Inácia de Melo), juntamente com D. Mariana Perpétua, D. Antónia Floriana de Sousa e D. Catarina de Faria, cujas alcunhas de claustro

não chegaram até nós, eram as mais pertinazes freiras conversativas da clausura dionisiana.

D. Maurícia Rangel de Macedo, que nascera antes da Restauração, também era das que saíam na lista das penitenciadas como incensadora do pequenino Deus. É de prever, porém, que se limitasse a turibular com incenso alheio, dado que Cupido lhe não aceitasse o próprio, incompatível com os encortiçamentos físicos e morais dos oitenta e tantos anos, que apenas poderiam deslumbrar os noventa invernos do escrivão Nunes Pinto.

As abjurações perante os Gerais de Alcobaça não tinham o condão de lhes sofrear os ímpetos de coquetaria. Pelo contrário, parece que as excitava no desejo de se ajustilharem de sêda, de se mosquearem de sinais, e de se calçarem de setim para que o isco às prendas dos freiráticos se tornasse mais tentador e apetitoso. Iniciadas por elas, outras adeptas apareceram então, entre as quais se destacaram, na fúria epistolar das cartas dobradas em tricórnio, na denguice dos gestos, e nas espertezas cupidíneas de mulheres-damas, D. Luísa Caetana de Miranda (ou D. Catarina Luísa de Miranda), a *Moleirinha*, D. Úrsula Francisca de Morais, a *Caramela*, D. Francisca Verné, D. Francisca Inácia Pimenta, D. Teresa Verné, D. Ana Joaquina Banduna, D. Luísa Bernarda de Sousa (irmã do freirático Curvo Semedo), D. Teresa Catarina e D. Francisca Rosa Ludovici, D. Felipa Bernarda da Silva, D. Catarina Francisca, D. Maria Inácia da Silveira, D. Clara de Almada de Vasconcelos, D. Maria Salomé de Castro e D. Isabel Helena de São Bernardo.

A gaiola doirada de Odivelas era, como se vê, pródiga

nesta espécie de aves de àsas frementes, sempre prontas a voar para Cithera e às quais abria a porta espiritual das liberdades a mão perita do Padre Pantaleão Rodrigues, antecessor de D. Frei Manuel de Mendonça na alcofia gentil das enclausuradas. Êste frade fôra preso em 1777 não só pelo exercício dêsse mister senão por açambarcar em seu proveito, na sua cela do «Destêrro», as pratas dêste Mosteiro e de outros, substituindo-as por latão estreme, e por viver amaziado com duas irmãs, de quem tinha variada prole.

Santíssimos varões!

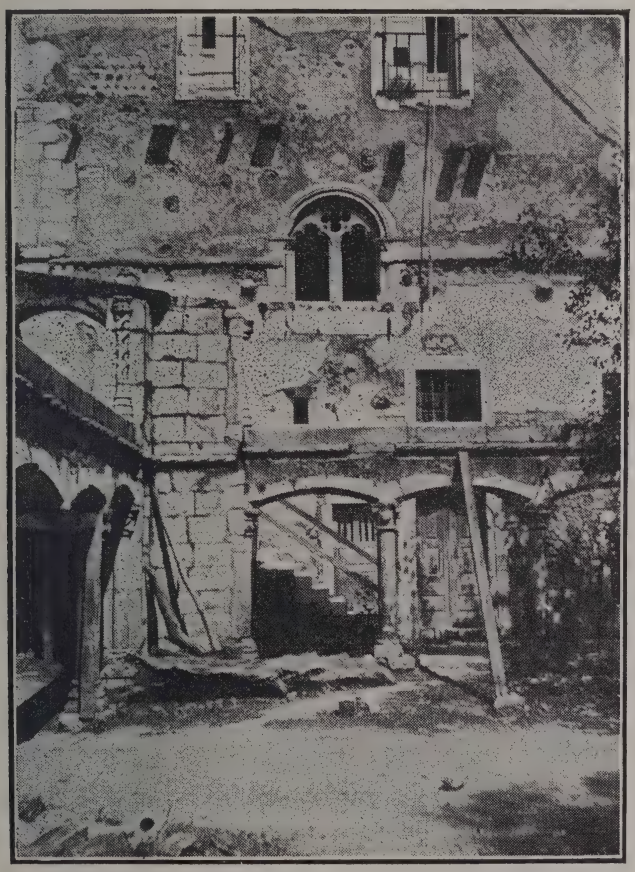
*
* *

O Freirático, depois de passar pela tortura do Ralo através do qual imaginava a *Caçarola* ou a *Finezas*, tôda melindres e tremuras, quando a maioria das vezes quem lá estava era a servente a falar tiple, entre frouxos de riso, depois de aguardar meses a resposta aos bilhetes inflamados que eram lidos nas celas em comum entre a galhofa das conversativas, era promovido a um lugar na grade, à custa do esvaziar da sua bôlsa em mantos para Nossa Senhora e lenços de corações atravessados, de caixinhas de toucador e de vidros de perfumes.

A grade! A grade era o sétimo céu do Freirático. António Sanches de Noronha quando lá chegou já tinha empenhado quintas e vendido casas. D. Maurícia de Pina Rebêlo Freire absorvera-lhe meio património.

O cónego D. Luís da Câmara, já castigado pela sua pertinácia em tratar ilìcitamente com religiosas, abjurante

e relapso, não se assustava com a prisão nem com o destêrro. D. Mariana Perpétua dominava-o, absorvia-o, ti-



Claustro e restos do antigo palácio chamado de D. Denis

nha-o nas suas garras rosadas e finas de fêmeazinha voluntariosa, e êle não resistia, e seria até capaz de empenhar a murça vermelha para satisfazer-lhe um capricho ou para

lhe agradar, sempre mais cheiroso a piveteiro do que a cera da igreja.

O padre Almada e o Roque Francisco, os Abrantes, o Curvo Semedo, o Papoya, o Dr. Piroca, o Má Língua e o escrivão Lara, era de vê-los, então, mesureiros e tosseguentos, derriçando no lenço, puxando pela caixa de tabaco com pinturas de Cupidos e Amores. Aí começava a «conversa de retalhos» pedaço de fora, pedaço de dentro, respostas ao que se não preguntava, preguntas que não se ouviam, *schius*, sinais, tosses de aviso, pigarrinhos de *cale-se lá* e suspiros entrecortados de palpitações. Êles não as viam, figuravam-nas apenas, e por isso em geral era a leiga — a coruja do lampião — quem lambia o azeite da conversa.

Quanta vez D. Lourenço Vasco da Cunha esteve em oblação à Brites julgando estar a adorar a *Caramela!* Quanta vez o *Papoya* da Ameixoeira disse segredos à criada da *Contratadora*, ou o Pantaleão Rijo, da Correição do Cível, esteve de braços estendidos através da grade para tocar a polpa dos dedos de uma servente! Oh! os enganos da grade! Como o clérigo alcoviteiro de Odivelas os encarecia à turba platónica dos freiráticos! E os ciúmes dêles! E a troça delas, que na mesma tarde, se acertavam de aceitar galanteios aos broncos, *aos duros dos fechos*, como diziam, falavam a três sem que nenhum desse por isso, deixando em seu lugar duas criadas! E os «manjares de pucarinho»! E depois, à volta, nas confidências das finezas recebidas, um que se gabava de se lhe ter atirado um beijo, outro de que a sua freira lhe fizera num chôro de ciúme por saber que êle estava nas graças

da *Martinha*. E aí vinham aos grupos, nas facas ligeiras, para Lisboa, ao cair da noite, radiantes de felicidade, como folgazões das Hortas, mas trazendo no rosto a expressão iluminada de quem se afastava de deusas, e não de alfaces.

*
* *

Cupido em Odivelas tinha o seu pedestal sempre florido de sorrisos e de promessas. A êle sacrificavam-se corações e ofertavam-se vidas.

A Madre Paula e as irmãs, as Sousas irmãs da amásia do Infante D. Francisco, e as émulas da *Márcia Bela*, inspiradora de tanta redondilha erótica, enramavam a imagem com a haste perfumada dos seus braços, suplicantes de Amor, amortalhados nas mangas dos hábitos.

A doçura da vida conventual emparelhava-se à da marmelada lendária, para o que bastaria a paixão açucarada dos fidalgos, clérigos, frades e escrivães, se não existisse lá dentro, afagando a epiderme fresca e moça das monjas, o arrepio dulcíssimo da ânsia de amar. Tudo corria à maravilha. O quinto João, que deixara de ser assíduo nos aposentos da freira real, a quem já cansava o ouvi-la tocar na espineta de Van Brock, emmoldurada nas tapeçarias e sêdas que revestiam as paredes, tirara à clausura a visão espectral dos esbirros e das justiças, com o tê-la profanado êle próprio, e furtara-lhe, ao mesmo tempo, o ambiente respeitador do Real Pecado que asfixiava os sultões menores e as sultanas de menor tômo no seu entretenimento favorito de amar sem conseqüências. O soberano

agora, — confidenciava-se pelos dormitórios, — queimava as últimas fibras sensuais nos braços emmanilhados da Petronila. Já ia longe o tempo daquela célebre sorte de feitiços em que entraram, para destronar a Madre Paula do coração do monarca e substituí-la por uma das irmãs de D. Mariana de Sousa, várias bruxas, certa viüvinha galante e o Padre Voador, que vieram a cair sob a alçada do desembargador Bacalhau e daí para o Santo Ofício. A paz das consciências quási tinha vindo com êsse sossêgo. Dir-se hia que a Justiça fechara os olhos às liberdades conventuais!

Foi por isso com verdadeira surprêsa que de novo caíu sôbre o bando mal precavido dos Freiráticos uma rusga geral. Na rêde dos Corregedores dos Bairros caem dezenas dêles. Por seu turno, o Geral de Alcobaça manda fazer uma devassa como início de uma reforma dos mosteiros da sua ordem. O pavor destroça as fileiras dos amantes platónicos, e o Aljube enche-se com os pilhados em flagrante. O vício, porém, era superior a tudo, ao próprio espectro do Aljube e do degrêdo, e logo dois anos depois, em 1744, instaura-se nova devassa, faz-se nova rusga. Os adeptos do Padre Pantaleão Rodrigues confiavam ingènuamente que a magnificência régia se desentranhasse fàcilmente em perdões. Conhecedores das culpas carnais do soberano, não tinham em linha de conta que a dignidade real, sendo, no próprio dizer de D. João V, a pia baptismal dos pecados originais, era também a água purificadora de todos os outros.

O Dr. Francisco Xavier Porcile, corregedor do bairro de São Paulo, foi desta vez o magistrado escolhido para a

emprêsa em que era perito e ferocíssimo o Marques Bacalhau, o qual ascendera a desembargador em prémio e desagravo de certa partida que lhe fizeram as freiras de Santa Joana, levando-o a prender um manequim pôsto à grade, imitando um «Freirático», que ao ser tocado pela vara da Justiça, caíu sôbre o magistrado, inundando-o de vários ingredientes pouco limpos.

Ajudado pelos «Bernardos» visitadores, Porcile aproveitou uma das safras dos frades e faceiras ennamorados, e não teve mãos a medir. Velhos, novos, fidalgos e gente de hábito e coroa, grandes e pequenos, desde o Conde de Vila Flor ao Nunes Pinto, tudo caíu na arriosca do corregedor e do Geral de Alcobaça. D. João V não perdoôu. Em 1724 ainda o coração régio se confrangia de compaixão pelas fraquezas alheias e comutava fàcilmente as penas impostas às monjas, padres e bruxas que lhe assoalharam as intimidades. Passados vinte anos, as garras de leão já gastas e insensível às essências excitantes de João Jacques, não havia onde essa compaixão se entranhasse que não achasse uma fibra deslaçada de energia, encortiçada e vingativa.

A desilusão entre os Freiráticos foi geral. Todos contavam com o perdão de quem tivera saboreado o picante delicioso das mesmas culpas. Nunca os padres Pantaleão Rodrigues e António de Almada pensaram que depois da abjuração iriam desterrados para quarenta léguas da côrte, nem o padre Roque Francisco para trinta léguas! Para o Limoeiro foi o pai Abrantes e levou a mordaça para se não gabar de favores de clausura nem ensinar aos outros as penas da estrada de Carriche; foi o escrivão Lara e o

Dr. Piroca, classificados de relapsos convictos, negativos e pertinazes; foram o caquético escrivão Nunes Pinto e o Costa Rijo, saindo êste de carocha com título de Freirático, condenação que seria talvez para êle um título de orgulho.

Ao «poeta de Odivelas» confiscaram-lhe os bens que tinham escapado aos caprichos sumptuários da Márcia Bela e puseram-lhe na carocha o rótulo de *Poeta*. António Sanches de Noronha tão enfrascado devia de estar em essência de Amor, comprada a trôco de peças e dobrões, que mais merecia o dístico do Dr. Veloso Henriques.

Mordaça e carocha adornada do letreiro fatal também levou o padre Mata — o *Má língua* —, adorador daquela *Caçarola* que lhe frigia o coração e a bôlsa, mas tanto êste como o Noronha, o Abrantes filho e o *Papoya*, apenas foram relaxados em estátua porque deram às de Vila Diogo.

O conde de Vila Flor teve sòmente prisão ao arbítrio; D. Lourenço Vasco da Cunha foi fazer uma estação de cura para a Tôrre Velha; o cónego D. Luís da Câmara abjurou e levou insígnias de fogo; a Frei Joaquim de Santana privaram-no de voz activa e passiva e de empregos na sua religião, desterrando-o para o mosteiro mais longínquo; e os cónegos da Patriarcal, Martinho de Melo e Manuel José de Miranda, assim como o Curvo Semedo e um tal Henrique Xavier de Pina e Castro, abjuraram na Corregedoria ou na Secretaria de Estado.

As *Vénus amortalhadas* de Odivelas não escaparam também ao castigo. Umas tiveram a pena de quinze dias de comer em terra e privação de cargos; outras tiveram

um mês, acrescido com jejum de pão e água às sextas feiras. Entre estas contavam-se a D. Mariana Perpétua, a *Vigairinha*, a *Contratadora*, a *Finezas* e a *Caçarola*. Em vão se moveram influências e empenhos. O rei e o Geral de Alcobaça foram inflexíveis. As monjas relapsas, impenitentes, pertinazes, negativas e variantes, tiveram de cumprir a pena, comendo em terra defronte da comunidade ou devorando com o *pão e água* do jejum as saüdades dos seus adoradores encarcerados no Limoeiro e desterrados da côrte.

Só as serventes escaparam aparentemente ao castigo; e digo aparentemente, porque as espórtulas de corretagem amorosa tendo parado de encher-lhes os mealheiros, condenaram-nas a um jejum de *pintos* e *meios pintos*. A calamidade foi geral.

Um mês depois, porém, devorado na última sexta feira o pão dejejuador, por um amanhecer idílico com trilos de pássaros e gemidos de córregos de água, um pequenino vulto, envolvido nos restos da sombra nouturna, após uma ronda cautelosa em volta do mosteiro de D. Denis, aproveita a frincha de uma porta mal cerrada, escoa-se para dentro, entra a Portaria, passa ao claustro, daí aos corredores da clausura e põe-se a bater com a mãozinha rosada e papuda às portas das celas.

Era Cupido que voltava.

# A ILHA ENCOBERTA

irmão Frei Francisco dos Mártires estava deslumbrado. Aquêles longos dias na ilha do Mêdo tinham-lhe escandecido o cérebro. Aconchegava debaixo do hábito o masso das fôlhas cosidas a torçal verde, ansioso de achar-se só para, de novo, soletrar os sibilinos conceitos do profeta, e caminhava rápido, roçando-se às paredes escuras, por via da caleira que ia encordoada de água negra. Parecia que o caminho não tinha fim. Os beiços agitavam-se-lhe no remoer de solilóquios tartamudos. Frei Francisco nem deu pelo índio que se enrodilhava sob o alpendre do mosteiro e foi tropeçando nêle que bateu com o argolão de ferro. O índio pinchou, esgazeando os olhos para o capucho. Que eternidades para descerrar o portão, maciço e almofadado, de socopira avermelhada! Frei Francisco apertava mais o canhenho das profecias com o esparto da cinta arreceado do tapuia. Finalmente gemeram os gonzos de bronze e o frade precipitou-se na Portaria. O irmão porteiro, vendo-o passar como catapulta, benzeu-se com um «ai Jesus!» de espanto. Frei Francisco nem se curvou ao passar diante do oratório da Virgem, cuja lâmpada bruxuleava na passagem estreita para o claustro. Havia que praticar

com o chefe da missão, mas Deus mandara-lhe uma sezão a tempo e Frei Francisco, mal um irmão leigo lhe deu a nova, com ares compungidos, correu à cela e, rojando-se no catre, sacou de si o manuscrito.

Como o dia ennevoado ia a despedir, acendeu a candeia riscando nervosamente o fuzil. O seu rosto afilado ardia da febre que lhe incendia os olhos. Curvou-se a ler. As mãos magras e sujas folheavam trementes o masso das fôlhas e os seus lábios, delgados e secos, estremeciam.

Como êle sentia bem, agora, tudo quanto lhe parecia incompreensível. Fôra preciso que do cérebro de António Vieira tivessem saído aquelas soberanas verdades, fôra preciso lê-lo para que a verdade o atingisse em cheio, rompendo as névoas do seu entendimento confundido!

Agora sim! Não havia dúvida.

As trovas, sibilinas para os cegos da razão, cantavam-lhe sob os olhos com uma limpidez de «água marinha», dardejando reflexos que todo o esclareciam:

*Já se passam os quarenta*
*que se aumenta*
*por um doutor já passado.*

O rei novo havia de alevantar-se. O que os outros procuravam interpretar, acomodando as trovas aos sucessos, ajustando-as aos acasos dos acontecimentos, alterando-as até, podia êle agora encontrar fàcilmente sem lhes alterar uma palavra. Se D. João IV não ressuscitara, se o sexto Afonso não varrera da terra, reduzindo à fé de Cristo, as tríbus de Israel, era o príncipe D. Pedro, agora regente, o predestinado para tão gloriosa emprêsa.

As novas de Portugal tinham-no enchido de alegria.

A que vinham, pois, as esperanças visionárias no rei morto em Alcácer? As figuras proféticas de S. Metódio e de Santo Isidoro de Sevilha dilucidavam-se de todo na sua mente. Fracos profetas êsses! O *Encoberto* verdadeiro era o seu príncipe. A *era dos seis* que o vidente de Trancoso anunciara estava prestes:

*E nestes seis*
*vereis coisas de espantar.*

O ano anunciado — 1668 — chegara emfim. Era o destinado para o deslumbramento do mundo cristão, para a sujeição de todos os povos ao Sumo Pontífice e para a Paz do Mundo.

Lá o diziam as trovas:

*Antes que os oito se cerrem*
*desta era que aqui temos*
*muy grandes coisas veremos.*

Frei Francisco, assim absorvido, falando alto, todo dentro do seu sonho interior, nem dera por quem lhe entrara na cela arrastando as abarcas. Era outro frade. Aproximara-se do catre acantoado junto à janela enfrestada e ficara-se a contemplá-lo com uma expressão de desgôsto e de piedade.

Frei Francisco, o rosto iluminado pela chama da candeia, que se agitava sôbre a banca negra de largos pés de tesoura, lustrada a testa pelo suor aflitivo daquêle esfôrço mental, dir-se-ia um alquimista medievo buscando num códice de cabalas o segrêdo da pedra filosofal. Frei

André de Jesus, dando dois passos que cortaram metade do aposento, tocando-lhe no ombro, exclamou:

— Ensandeceste, Frei Francisco? O jesuíta ourou-te o entendimento. Fraco de ânimo és, que logo à primeira vaga contrária mudaste de rumo. Se a nau que nos levar a Lisboa fôr como tu, de-certo não toparemos com a serra de Sintra. Onde viste vir o Duque de Bragança no cavalo de madeira? Quem te mostrou que êle ressuscitasse? Os Braganças não podem ser Messias, Frei Francisco. Volta-te à razão. O *Desejado* vive, digo-to eu. Que tem a idade? A Deus nada é impossível. Se lesses o *Anti-Vieira*, ervilhavas de remorsos por teres acreditado na falperra que os da Companhia andam a prègar por cá. Os padres da Baía é que lhe souberam responder. Ontem era o rei deposto, hoje é o príncipe D. Pedro; àmanhã outro será. Deixa-te de atoardas de jesuítas. Pensam muito e sentem pouco, homem de Deus.

E Frei André, tomando-o sob as mangas do hábito, ergueu-o e sacudiu-o.

Frei Francisco olhava-o abismado, sem achar com que responder. O iluminado continuou:

— Há uma coisa que vale mais do que a razão com que se destrinçam vaticínios: é o coração. Tens aí as trovas; lê-as com êle e entenderás tudo.

— Mas que rei pode acordar para Portugal? — titubeou o devoto de Vieira.

— O que ainda está dormindo. Deus empoôu-lhe de nevoeiro a terra da penitência em que jaz e perdeu-a no mar para que só os crentes a encontrassem.

— Acreditas então na ilha incógnita, Frei André?

— Como na salvação dos justos. Não sabes da viagem da barca genovesa, que a demandou e achou?

— Mas a vidente do Chiado, que disse lá ter ido, condenou-a a Inquisição há dois anos.

— A filha do violeiro tinha o juízo perdido como fraca mulher que era, e viu os profetas Enoch e Elias com o rei Artur, que é mistura que não está com a razão.

— E o Santo Ofício açoitou-a — acrescentou Frei Francisco.

— Lá teve os seus motivos. Com a Inquisição não há que argumentar. Os seus desígnos são mais sibilinos do que os oráculos da gentilidade.

— Assim será, mas arreceio muito de tanta confiança.

— Verás em Lisboa como a fé por lá arde. Aqui no Maranhão andam os ares envenenados com os ecos das arengas do Vieira. Quem fala verdade é Gonçalo Anes. Parece que já são outros os portugueses, êsses portugueses que no dia da aclamação o puseram no altar da Sé.

— Mandaram-no tirar os domínicos do Rossio.

— Pois bem merecia lá ter ficado. Varre da cabeça essas embustices, Frei Francisco. Quem fala verdade é o Bandarra. Assim eu tivesse tudo tão certo. Quando o Maldonado inquiria nos astros a sorte do *Desejado* e exclamava que por êle se havia de revolver o Mundo, sabes que livros consultava?

— Alguma cabala castelhana...

— Qual! Eram as profecias de Gonçalo Anes. Disse-mo o filho de Francisco Pessoa, aquêle moço da câmara real que matou a cobra junto do berço do menino.

— Mas os profetas de Santarém?

— Os profetas de Santarém não erraram. O menino que morreu da peste anunciou a vinda do Rei sem dizer a data e o Alcaide Mouro é porque não sabem entendê-lo.

— E São Frei Gil?

— Êsse erraram-no de propósito.

— Os jesuítas?

— Não rias. Quando chegares à côrte, vai ver como Simão Rodrigues pintou o tecto de S. Roque. Lá está a profecia da Raínha Santa Isabel, o leão, a roda e a criança. Os jesuítas só não vêem quando lhes não convém.

— António Vieira vê melhor do que nós e êle não conseguiu avistar a sombra do *Encoberto*. Negou-a até. E ainda por cá há discípulos, e bem ilustres, que o seguem e têm agora tôdas as esperanças no novo príncipe. Aqui está a trova...

— Sei-a que farte, Frei Francisco — atalhou o frade com um grande gesto profético; não erres o sentido dos versos da Sibila de Trancoso. Se o jesuíta fôsse vidente não o tinha apanhado a Inquisição e pôsto no deserto de Pedroso. Se êle fôsse profeta não o teriam os de Belém trazido preso até aqui e pôsto de cambulhada numa caravela de mercância.

— Pecados do Maranhão, Frei André, pecados que cá deixaram os estranjeiros.

— Os herejes, como êles dizem, mas que nos fizeram o convento. Deixa-te disso! Se não fôra a Mariana Pinto que lhe guizava os ovos, Vieira tinha morrido à míngua, que era o que nos esperava também se por cá se demorasse.

— Não pensam assim os índios — tornou Frei Francisco.

— Os índios não pensam, obedecem a quem pensa por êles. Os jesuítas quiseram-nos fidalgos e fizeram-nos a nós escravos. Fica-te com esta, e vê se a noite te é boa conselheira.

E Frei André, espalmando a mão forte na espádua do irmão Francisco dos Mártires, sumiu-se pela porta estreita da cela no vasto corredor do convento franciscano de São Luís do Maranhão.

Era já noite. O capuchinho voltou os olhos para um painel do seu Seráfico Patrono pintado descaroàvelmente por um artista tonsurado, arredou para o lado o livro das profecias depois de o apertar nas mãos como que palpando-lhe a misteriosa substância, e deixou-se cair de joelhos.

Se meia hora depois Frei André voltasse à cela, encontrá-lo-ia na mesma posição.

Rezava.

*
* *

Daí a três dias os dois frades estavam a bordo da nau «Nossa Senhora da Penha de França». Transferidos para uma clausura da metrópole, tinham tratado a passagem com o mestre António de Sousa Viana, minhoto afeiçoado de há muito às carreiras da América e prático como poucos nos cruzeiros da costa.

O barco era óptimo veleiro castigado e sabido dos bons e maus tempos. O dia apresentara-se fresco e limpo. Estava-se a 8 de Julho do ano predestinado de 1668, em que *êle* se havia de denunciar aos portugueses fiéis. Era assim que rezava o vaticínio de Frei André. *Êle*, era o *Encoberto*.

Já o largo estuário de S. Luís se doirava dos primeiros alvôres do dia quando o navio levantou ferro. A viajem sorria propícia. Daí a pouco a cidade, dobrada a ponta de João Dias, perdia-se de vista e confundiam-se no verde escuro dos campos ubérrimos da ilha os paredões dos fortes de S. Felipe e de S. Francisco. Agora era a *Vigia*, encarrapitada num cómoro, que anunciava o casario de Arafagi. Para o norte abria-se a bôca do rio Jacaré e alvejavam as casas baixas de Tapitapera. A mole pesada do morro da barra já se avista defrontando o ilhéu de Itacaramu.

Os dois frades, de mãos fincadas no corrimão da amurada, enfiavam orações e, alheios a tôda a faina de bordo, deitavam os últimos olhares saüdosos para essa terra do Maranhão, que ia desaparecendo. Já a nau singrava entre as ilhas de Massame e de Santana, procurando entre o labirinto de corôas de areia a barra de Pereira para fugir às grossas correntes de água que castigam os barcos da banda de fora dos ilhéus, quando Frei André de Jesus e Frei Francisco dos Mártires acordaram do seu enlêvo interior. Era já dia alto. Os baixos alagadiços da barra estavam daí a pouco passados e os tufos dos mangues que ensombravam a costa até o rio das Preguiças iam-se tornando numa fímbria escura limitando o horizonte. A nau cruzava já o mar alto.

O mestre António de Sousa Viana ia de má catadura. Agora que a costeagem tinha passado e com ela os mores cuidados do govêrno do navio, altercava êle com o contra-mestre e gesticulava largo batendo palmadas enérgicas numa barrica de bolacha. Os dois frades aproximaram-se.

O mestre, sem dar por êles, rouquejava pragas soldadescas no meio da invectiva, que caía como saraivada de pedrisco em cima do seu interlocutor. Os dois franciscanos quedaram-se a escutar. Logo às primeiras palavras, ruïdosamente expressivas, compreenderam tudo. A nau levantara ferro sem que a calafetagem se vistoriasse, e o mestre, dando pelo mau estado das *curvas*, increpava o contra-mestre, que ficara com a diligência e se desleixara, confiando-a à ralacice dos calafates.

— Mau prenúncio êste, Frei André, exclamou a meia voz o devoto de Vieira.

Frei André apertou-lhe mansamente o braço, como a recomendar-lhe silêncio, e retorquiu, afastando-o para junto do batel:

— Com Deus vamos, irmão. Resista a fé que o estalarem as curvas é perigo que se conjura. É preciso que tôda esta gente o ignore; que o saiba a marinhagem, e chega para a salvação.

Frei Francisco, menos forte de ânimo, desceu preocupadamente o escadote de meia nau para daí a nada voltar a inquirir o céu que começava a escurecer. Nem uma ligeira nuvem o manchava, e a aragem fresca que vinha do norte inflava o velame. Chegara a hora das devoções. Dois carmelitas, um padre da Companhia e dois clérigos de missa era a população de ministros de Deus que a bordo vinha. Entraram de cantar a ladaínha da tarde, depois o têrço do Rosário; a seguir eram as práticas, sermões recitados a meia voz, em ranchos agrupados por todo o navio.

E sôbre êste dia outro dia, e outro e outro, todos iguais.

Mais uma confissão, menos uma confissão, uma vela avistada, uma corda de pássaros cruzando o espaço, um pouco mais de vento, horas de calmaria, horas de ennervamento, e nada mais. O tempo continuava bom, o mestre já levantara o sobrecenho e Frei Francisco dos Mártires, aliviado de preocupações, já se enlevava de novo nas práticas com o seu companheiro. Aquela visão constante do mar e do céu, aquela ausência de sensações, aquela monotonia era propícia a arroubamentos do espírito. O *Desejado* voltou a flutuar na sua imaginação como uma barca de sonho vogando à mercê das águas.

Frei André não perdia nunca o ensejo de lhe fixar no ânimo a idea que apostolava. O seu sebastianismo ardia como uma labareda ansiosa de contaminar todo o coração que se lhe chegasse, e Frei Francisco sentia que a crença em Vieira ia morrendo e que o dêle como restolho sêco não tardaria a queimar-se com as perlengas persuasivas do companheiro.

D. Sebastião vivia, vivia oculto na ilha encantada a meio do vasto mar. Onde? Onde? E o franciscano, a quem um dos carmelitas que ia na nau futurava a «Casa das Palhas», no Hospital Real de Lisboa, com gáudio dos outros padres, que se pelavam de o borrifar de risos escarninhos se o adregavam em êxtasis no capitel da prôa, levava os dias a fixar o horizonte, sempre à espera de um sinal, de um indício da famosa ilha.

Certa manhã, tendo rodado o vento, começaram as águas a mover-se com grandes cavas e ondulações, e o céu, que até aí estivera límpido ou com farrapagem de nuvens brancas, ennegreceu de súbito. Aos repelões do

vento que zunia entre o clarear dos relâmpagos voaram o traquete e a mezena e depois a vela da gávea grande que vinha arriada e à sombra do papafigo. Para a faina de bordo que crescera faltava gente, porque uma revoada de sezões e malinas pegava às enxêrgas basta marinhagem. A bordo era geral o mêdo, e os que sabiam da má calafetagem da nau puseram em Deus as suas esperanças. Pela tarde o temporal serenou um pouco, mas noite alta voltou a recrudescer. O mestre mandou ferrar as gáveas e cevadeiras, ficando os papafigos agarrochados. O balanço era enorme. As antenas e serviolas submergiam-se, e a água entrava por tôdas as juntas. Mandou-se arriar a escota e as ostagas para a vêrga grande vir abaixo, mas arriaram-na mal e um pé de vento tomou o pano de leva, rapando a vela grande no traquete, despedaçando tudo com estrondo. A nau adornou. Ninguém se agüentava em pé. Os padres, revezando-se à popa, iam benzendo as águas que passavam por cima do farol e das árvores. A grita a bordo era aflitiva. Faziam-se promessas a Nossa Senhora do Monte do Carmo e ao S. Frei Pero Gonçalves Telmo, e os carmelitas e os franciscanos mal chegavam para as confissões. Tôda a gente se queria aparelhar para a hora final. Os raios que fuzilavam entre as pesadas cordas de água e o roncar dos trovões punham o pavor em todos os ânimos. O mestre António de Sousa Viana mandou preparar uma moneta que estava já cosida na enxarcia da prôa e a nau lá tomou govêrno, ficando a vêrga grande arriada com a vela de lais, a meia árvore.

Dois longos e temerosos dias se passaram sob essa borrasca. As curvas tinham rebentado. Ao quinto dia

do temporal sobreveio um nevoeiro cerrado. Navegava-se ao acaso sôbre o dorso cavado das águas, aos empuxões do vento sudoeste que rosnava furioso. Três dias e três noites a névoa densa envolveu a nau, e a seguir de novo o mar enfurecido sacudiu o navio, cujo taboado gemia lùgubremente. O mestre, querendo fugir aos mares, foi tirando o pano que ainda estava na vêrga e metendo uma cevadeira na do traquete. O trabalho das bombas trazia extenuada a tripulação. No outro dia meteu-se mais pano. Ao abrir-se a escotilha grande viu-se que a água já cobria o lastro.

A 24 de Julho amanheceu sem que se soubesse a altura em que se estava, perdido o rumo na fúria da tempestade e com o destrôço da nau que pairava, com a calmaria que sobreviera, tôda adornada para bombordo. Ao alvorecer do dia 28, porém, um marinheiro que subira a uma das vêrgas gritou desesperadamente:

—Terra! Terra!

Tôda a gente de bordo acorreu às amuradas. Pelo sul divisava-se uma mancha ennevoada sobressaindo à linha do mar. O mestre, consultando a carta e tirando a altura, aventou que era a Madeira. A bordo ajoelharam todos, dando graças à Virgem.

António de Sousa Viana berrou do capitel, ordenando a manobra para a demandar. Rezava-se alto no convés. Só Frei André de Jesus, imóvel e sòzinho à popa, abstraído da alegria geral, cravava no horizonte os seus olhos abismados, exclamando entre dentes:

— Não é a Madeira, não é.

A nau, de proa ao sul, ia demandando a terra. Um

grumete, porém, que era prático naquêles mares e nascera em Pôrto Santo, começara a bramar que o mestre estava enganado, e êste, já duvidoso do asserto, mandou guinar para estibordo e em seguida, ferrado o pano, entrou-se a pairar.

Naquêle pequeno mundo fizeram-se então as mais desencontradas conjecturas. Frei Francisco dos Mártires, como que ervilhado pelo sucesso, acantoava-se pelos grupos, colhendo os pareceres dos práticos e saboreando a fantasia dos passageiros. Havia quem supusesse que eram as Canárias, contra a opinião do mestre e do grumete alviçareiro. Ao aproximar-se de Frei André, que continuava extático olhando para o sul, a verdade revelou-se-lhe de súbito. Entendeu-a na atitude do companheiro e, num salto, agarrando-lhe no braço que se estendia de mão apontada para a terra misteriosa envolta numa bruma pardacenta, exclamou, caindo de joelhos:

— Finalmente, Frei André! É ela.

— É, sim, é a Ilha Encoberta — murmurou, sem se mover, o franciscano. Deus ouviu-nos! Deus ouviu a Nação!

E ajoelhou-se também.

*
* *

A nau «Nossa Senhora da Penha de França» balouçou sôbre as águas dessas paragens incógnitas tôda aquela noite. A bordo ia um alvorôço que a breve trecho se trasmudou em arrepios de pavor. A nova da «Ilha Encoberta» correra de popa à proa e abalava todos os espíri-

tos. Frei Francisco, não sabendo conter o seu deslumbramento, divulgara-a. Formaram-se partidos. O padre da Companhia capitaneava os incrédulos e arengava contra o desvario dos franciscanos. Por seu lado, Frei André conseguira arrastar, com a sua oratória de iluminado, parte da tripulação. O mestre, que estava do lado do jesuíta, não queria, porém, contrariar o frade, que lhe fôra recomendado pelo Governador e cuja autoridade lograra dominar a braveza do génio de António Coelho de Carvalho, criatura estomagada de quem no Maranhão todos se temiam. De-balde tentou convencer Frei André e Frei Francisco a desistir do seu propósito de ir demandar aquela terra. Os dois religiosos teimavam em ir à sua sonhada ilha, e foi quási preciso ameaçar alguns com as vêrgas e os ferros para que a marinhagem se aquietasse, deixando que António de Sousa Viana transigisse com os franciscanos. Aparelhou-se um batel e ao amanhecer de segunda feira Frei André e Frei Francisco embarcaram com mais dois marinheiros.

—Três dias só, gritou-lhes da amurada o mestre. Cá fico a pairar. Se Vossas Mercês não voltarem, a nau faz-se de vela.

—Aqui estaremos ao terceiro dia—assegurou-lhe Frei André.

E o batel partiu.

Daí a obra de três rosários já a terra se desenhava atufada de arvoredos. Umas dúzias de remadas mais e, dilucidada a névoa, acostava o barco a uma muralha do cais, comprido e deserto. Nem uma embarcação, nem uma criatura humana!

Os dois capuchos, de olhos extáticos, saltaram em terra, e mal as suas sandálias deixaram de pisar as tábuas do batel, os remadores, persignando-se, apavorados, seguiram em remadas nervosas e rápidas para a nau.

*
* *

Frei André e Frei Francisco, beijado o solo numa prosternação devota, começaram a caminhar em silêncio. O sobressalto dos corações não lhes consentia uma palavra. Olhavam-se só, e entendiam-se. Pelas árvores da margem, animadas da grita das aves, coava-se uma luz estranha, e as sombras eram azuladas. Andaram, andaram. Durante dois quartos de légua não viram ninguém, e um arrepio de mistério corria-lhes a espinha. De repente, numa volta do caminho onde os passos soavam surdamente, depararam-se-lhe uns palácios antigos de grossas paredes lavradas de cantaria e rotos de janelas de subtil arquitectura, fundados sôbre arcarias e topetados por terraços floridos e enramados de verduras tenras. Uma elevada tôrre erguida também sôbre arcadas de ponta de lança, cortada de gelosias, sobressaía aos terraços, e ao alto dela via-se um farol revestido de placas metálicas, cuja luz se avistava duas léguas em redor. Os dois capuchos entreolharam-se deslumbrados, e a mesma pregunta aflorou nos seus beiços:

— Estaria êle ali? Iriam finalmente vê-lo?

Uma grande melancolia, envolvendo êsses palácios, penetrou também no espírito dos religiosos.

— Serão apenas um túmulo?

De súbito, quando êles abraçados já choravam ìntimamente de alegria, certos de terem demandado a «Ilha Encoberta» e de estarem perto de desvendar o mistério centenário da existência do «Desejado», viram dirigir-se-lhes sete cavaleiros de rosto e semblante macilento, vestidos à Nazarena, longas barbas ondulantes e passos compassados. Cingiam-nos correias, de onde pendiam terçados antigos, e o seu ar era solene como o de religiosos de outro tempo, dêstes que se esculpem nas tampas das arcas tumulares.

Acharam-se logo Frei André e Frei Francisco assediados por mil preguntas: Quem eram? de onde vinham? que rei tinham? como se chamava?

Os cavaleiros falavam um português estranho e antiquado, e os hábitos dos capuchos causaram-lhe particular atenção, como se fôssem trajos da maior raridade. Os atrevidos religiosos, tomados pela hospitalidade dos naturais, foram então levados para uma cidade de grandes e altos edifícios, mas quási deserta. Os seus passos ecoavam nas lages como marteladas. Frei Francisco tremia como um junco fustigado da nortada, e num momento em que pôde aproximar-se mais de Frei André segredou-lhe:

— Isto parece do outro mundo.

Ao que o companheiro redargüiu:

— Nunca estivemos tanto neste mundo como agora. É Portugal que está ressurgindo.

A casa que avultava na cidade abriu-lhes as suas portas. Dir-se-ia um palácio encantado. Atravessaram várias salas guarnecidas de guerreiros postados nas passagens, até chegarem a um salão enorme. Ao fundo, num trono, alve-

java a barba veneranda de um ancião de mais de cem anos, de mais de cento e vinte anos. A sua majestade era uma revelação; a sua idade, uma certeza.

«O Desejado»

*Retrato inédito pintado em lâmina metálica (século XVII)*

Os dois frades estremeceram e, ao mesmo tempo, as suas bôcas ciciaram:

— El-Rei!

Na sua frente estava o «Desejado», o vencido cavaleiro de Alcácer-Quebir!

D. Sebastião ergueu-se. Que grandeza de figura! Que nobreza de atitude! Nada da antiga altivez que ofendera, no paço da Alcáçova, o legado do Papa! Que nobre e resignada humildade!

Frei André e Frei Francisco pareciam estátuas. Emmudecera-os essa realidade. O Rei, o Rei, aquêle que tantos esperavam, o redentor, o triunfador dos heréticos, estava ali na sua frente.

Às mil preguntas que lhe foram então feitas mal poderam responder, de turvados que estavam. E o «Desejado» tudo queria saber — quem era o rei dos portugueses, de quem descendia, se estava ou não em guerra, quem eram os seus inimigos.

— Sois portugueses, sois; bem vos conheço pelo trajo — dissera êle, logo reparando no hábito dos capuchos. E satisfeita a curiosidade maior, todo êle se desentranhava em lágrimas, exclamando:

— Portugal! Portugal!

— É a nossa terra, Alteza! — retorquira Frei André, ajoelhando aos pés do neto de D. João III.

— É a melhor nação do mundo — concluíu o ancião, erguendo-o e beijando-lhe a manga do hábito.

Pálidos e comovidos, os dois religiosos, após o relato fiel da viagem aventurosa que os trouxera das missões do Maranhão àquela terra encantada, nova ilha de São Brandão para a sua ardente imaginativa de messiânicos, foram conduzidos a outra grande sala, onde nova maravilha se lhes reservava. Nas paredes, em redor, representava-se, pintada a fresco, uma história que era a da sua pátria. Via-se um exército desbaratado, cavaleiros de armas lu-

zentes despedaçando magotes de mourisma a golpes de espada, homens de armas embarcando em faluas, e ao longe os navios de uma esquadra com as bandeiras das quinas nos topes.

— É a visão do P.e José de Anchieta — murmurou a mêdo Frei Francisco dos Mártires, que sabia pelos jesuítas como o apóstolo do Brasil tivera a revelação do desastre de Alcácer-Quebir.

Outra quadra em seguida a essa era guarnecida de estátuas de mármore, altas figuras de guerreiros coroadas de insígnias reais. Lá estava D. Afonso Henriques, o rei Lavrador, o Mestre de Aviz e o grande D. João II. Frei André, mais letrado do que o seu companheiro e lido em histórias e crónicas, ia identificando os soberanos pelas estampas dos *Dialogos* de Pedro de Mariz. Nas paredes dessa sala pintavam-se episódios guerreiros: a conquista de Seuta, a partida de D. Vasco da Gama para o descobrimento da Índia, e tantos outros. No tecto via-se, também, pintada a fresco, uma vista da «Real Princesa Lisboa», como gongòricamente lhe chamava o bom do Coelho Gasco.

Os dois frades caminhavam de surprêsa em surprêsa, de deslumbramento em deslumbramento, e, sem se lembrarem da nau que os esperava, esquecidos de si mesmos, tão mergulhados estavam naquêle sonho interior, deixavam-se levar pelos estranhos cavaleiros de túnicas à nazarena e longas barbas ondulantes.

Agora era um estranho e fantasioso jardim que se lhes deparava. A meio dêle levantava-se uma ermida, e ante a porta, subtilmente decorada de laçarias e arrendados,

passeavam dois leões. Ninguém entrava lá dentro; as feras não o deixavam. Só El-Rei e quem com êle ia. O retábulo era uma preciosa pintura e sôbre êle destacava-se uma imagem de Nossa Senhora, tendo no braço esquerdo o Menino Deus. A mão direita empunhava uma espada colubrina como em acção de oferecer. Frei André e Frei Francisco prosternaram-se e rezaram. Uma felicidade intraduzível estampava-se-lhes no rosto.

Correram depois várias ruas da cidade em direitura ao palácio, onde com solene hospitalidade os esperava um repasto reparador: carne de veado, carneiro, laranjas e limões doces. O vinho é que era áspero. Aos franciscanos, entendidos na matéria, foi o que menos os encantou, o vinho e um dos leões da ermida que passeava diante da porta da sala de comer como nós por nossa casa. Frei Francisco dos Mártires, ao vê-lo, até se lhe embrulhava o veado nos dentes, afiados para tôda a vianda, e coisa alguma lhe teria passado nos gorgomilos se o companheiro lhe não tivesse confidenciado:

— É o leão das profecias, irmão. É o leão da Raínha Santa Isabel, da Sibila Cassandra e de Santo Isidoro de Sevilha. Aquieta o ânimo. Lembra antes a nau que nos está esperando.

A nau! Frei Francisco arrefeceu todo só de pensar que o mestre se faria de vela se êles se demorassem. Felizmente a refeição terminara, e todos os convivas, já em pé, cercavam o Rei.

Soara a hora da partida. Os cavaleiros barbudos, cingidos de terçados, tinham compreendido o enleio dos religiosos e a pressa com que estavam de embarcar. O cor-

tejo de novo formado abandonou o palácio maravilhoso e entrou de atravessar a cidade, agora mais povoada. Vinha gente às portas das casas negras de pedra carcomida fitar curiosamente os dois viajeiros e todos folgavam de os ver. Se não havia na terra frades nem clérigos! Nem Frei André nem Frei Francisco tinham topado com um Ministro de Deus! Isto fazia-os pensar. Como se explicava que rei tão cristão e tão piedoso vivesse apartado de religiosos? Sôbre a aspereza rascante do vinho esta interrogação fôra o que mais perturbara a consciência dos frades.

No meio de uma vasta praça havia um chafariz de 18 bicas, de singular arquitectura, armorejado com um escudo onde se relevavam as sagradas quinas. Em redor abria-se uma legenda em latim pouco permeável ao entendimento dos capuchos. Só puderam ler: *Rex Licis Sed.* O pasmo e a ignorância velaram-lhes o resto, e de tôda a travessia até o cais apenas fixaram a abundância de alfaiates e de çapateiros, estes estadeando-se talvez em homenagem a Gonçalo Anes Bandarra.

Chegara a hora das despedidas. Trinta cavaleiros galantemente vestidos e uns vinte de pé, todos descarapuçados, rodeavam os dois capuchos. O leão da «Sibila Cassandra» também não faltara.

Eram 4 horas da tarde. Soaram atabaladas guerreiras saüdando os viajantes. O venerando monarca abraçou-os e em voz entrecortada de soluços, mostrando-lhes dois quadros com os próprios retratos de Frei André e de Frei Francisco — coisa que os abismou grandemente, pois não tinham dado pelo pintor nem pelo trabalho — rogou-lhes lhes pusessem o seu nome.

Obedeceram comovidos.

O mar rumorejava osculando a areia de oiro da Ilha Encoberta. Com os lenços brancos ao alto acenaram à nau fundeada lá ao largo e em rápidos instantes — dir-se-ia um milagre de velocidade — o batel aproava à praia. De novo os atabales se ouviram. Era o instante supremo! D. Sebastião, o rosto toldado de lágrimas que lhe orvalhavam as barbas de neve, deu aos dois filhos de S. Francisco as mãos descarnadas e finas. Os beiços, secos de febre, dos religiosos roçaram-nas de leve. O próprio leão baixara o focinho arrogante até a juba ficar varrendo o solo.

Um dos marinheiros, fincado o remo, dá o primeiro empuxão ao barco. Outra remada à babujem da areia faz-lhe flutuar o bojo; e outras e outras encaminham-no para a nau.

Frei André de Jesus e Frei Francisco dos Mártires, sentados na tábua da popa, de mãos enclavinhadas sôbre o peito, iam com o ar recolhido e deslumbrado das criaturas que acabam de purificar-se com a hóstia consagrada. As suas fisionomias banhavam-se do clarão dos bem-aventurados a quem acabasse de tocar a graça de Deus, e só quando o costado do barco bateu no bojo da nau e a borborinha da abordagem aturdiu o ar é que acordaram do arroubamento dos seus sentidos perturbados.

O mestre António de Sousa Viana, debruçado na amura, gritou-lhes:

— Então, Frei André?

O franciscano, desenlaçando os dedos das mãos, respondeu-lhe gravemente, atirando o braço ao alto:

— Viva El-Rei!

— D. Pedro?
— Não. D. Sebastião!

*
* *

A bordo tomaram-nos por doidos. Por mais que os pobres capuchos jurassem e trejurassem que tinham corrido a terra, que aquela era a «Ilha Encoberta», que tinham visto o «Desejado», que lhe tinham falado, esmiüçando tôdas as particularidades da aventura, o mais que conseguiram foram uns frouxos de riso dos mais caridosos e algumas vaias dos mais desimpeçados de contumélias piedosas. O padre jesuíta que vinha na nau, êsse então, galhofava alto e propagava que o entendimento dos frades estava ourado e vasio como um bugalho chôcho.

Alguns mais crédulos ainda se atreviam a preguntas que lhes esgarçassem as dúvidas, mas às primeiras respostas dos frades riam-se ìntimamente da ingénua convicção com que os capuchos contavam a estupenda viagem. Os marinheiros que tinham tripulado o batel, interrogados, declaravam nada mais ter visto do que os frades falando alto na praia deserta. Apenas um bacharel que voltava ao reino para desenvencilhar-se de uma demanda com que nem o próprio Pêgas se atreveria, acompanhava atencioso os tonsurados aventureiros, ouvia-lhes os dislates, com um carinho digno de melhor confidência, e apontava, num caderno atado com fita de bezerro, alguns pormenores do espantoso descobrimento.

Aquela noite esteve a nau a capa aguardando a manhã

para largar o pano e seguir viagem. E emquanto a marinhagem andava açodada na faina de bordo e os passageiros patorneavam em grupos ridentes sôbre a aventura do dia, Frei Francisco dos Mártires, a meia voz, atrás de uns rolos de cordame, dizia, com assentimento do companheiro, para o bacharel:

—Vossa Mercê verá logo, quando romper o dia.

Mas, quando o dia rompeu e as primeiras claridades começaram tingindo o céu, a *Ilha* tinha desaparecido.

Frei André, ante o pasmo e a dúvida do letrado, exclamou então:

—Deus não quere que os incrédulos a vejam. Creia V. Mercê, que logo a verá.

E a nau prosseguiu a viajem.

*
* *

Ao segundo dia de navegação avistou-se a ilha da Madeira. Aí esteve a nau fundeada quatro dias. Os dois frades não desembarcaram. Corridos pelas chufas da marinhagem, andavam a bordo como lôbos decrépitos assediados por uma matilha feroz. O bacharel, êsse sim, foi a terra, curioso de averiguar dos naturais o que por lá se sabia da misteriosa ilha, e disseram-lhe alguns que, por manhãs claras, ela se avistava dos píncaros mais altos, para os lados de Pôrto Santo, tôda toucada de névoas, e que na noite de S. João o povo bailava e cantava trovas proféticas em honra do «Desejado».

Não quis ouvir mais o curioso bacharel. Apaixonado

pelo maravilhoso, deu-se ao inefável prazer de pôr em escritura a estranha viagem dos dois frades, e mal a nau «Nossa Senhora da Penha de França» fundeou no Tejo, defronte da Boavista, logo se espalharam em Lisboa dezenas de cópias dessedentando a secura sebastianista.

Dos dois frades aventureiros nada mais se sabe. Chegados a Lisboa, dilucidaram-se como sombras. Nem admira! A sua substância física tão penetrada estava de fé sebástica que a volatilização da matéria se deu pelo mesmo processo milagroso com que na ilha incógnita lhes tinham pintado os retratos: sem êles mesmo darem por isso.

O escrito *em que se manifesta o descobrimento de hua Ilha Nova e parece que deve ser aquella em que D.s tem guardado o sr. Rei D. Sebastiaõ* (1) correu na capital, em cópias mais ou menos assopradas de fantasia, tôdas as celas, salas e ante-câmaras onde ainda relampejava nos ânimos o culto pelo «Encoberto». As velhas lendas a que dera corpo Azurara ressurgiam na reminiscência dos tradicionalistas, como a própria Antilha dos geógrafos, das névoas do Mar Tenebroso. A profecia da filha do «Violeiro» do Chiado voltou a ser considerada pelos prosélitos do sebastianismo, e de novo o rei Artur se enlaça ao «Encoberto» na crença do seu súbito aparecimento numa manhã do dia de S. João empoeirada de neblinas. As sete cidades e os sete bispos da ilha lendária, povoadas em

---

(1) Existem cópias dêste escrito na «Colecção Pombalina» (códice 1.5194 — Tômo II), no Museu Britânico («Vários Manuscritos», pág. 416-423) e em muitas colecções.

tempos remotos pelos gôdos foragidos das póvoas marítimas do norte de Portugal, celebradas por Inácio de Guevara no seu poema fabuloso *Monarchia Luzitana*, tornaram a discutir-se na parceirice profética do sebastianismo. Há um recrudescimento de fé messiânica em Portugal. A proïbição das trovas do Bandarra feita pelo Santo Ofício em 1665 passa a ser letra morta e já ninguém se escrupuliza com a excomunhão prescrita pelo edital do Tribunal do Rossio. A *Ilha Encoberta* volta a ser o último reduto da crença sebástica, e ainda em 1693, vinte e quatro anos depois da visita dos dois capuchos à região encantada que era para uns a ilha de São Brandão, para outros a Antilha ou a lendária Ilha de Arguim, sai a lume o *Brado do Encoberto*, que dissertava convictamente acêrca *Da vida e vinda del Rey D. Sebastião*, na dialéctica divertida do seu autor, o padre capelão-mor do Brasil Alexandre do Couto.

Nesse mesmo ano outros viajantes, marinheiros madeirenses que tripulavam o patacho *Nossa Senhora da Candelaria*, foram também encontrar, após o violento temporal que os acossara, à vinda do resgate da Costa da Guiné, na altura de Cabo Verde, outra misteriosa ilha habitada por bugios gigantes, cobras de desmesurada grandeza, aves e bichos de tôda a sorte, e ainda por mulheres marinhas de orelhas desconformes, barbatanas e pés de cabra. Varado em terra o patacho desmantelado pela tempestade, foram surpreendidos por uma voz humana que dizia:

— *Portugal, Castela! Portugal, Castela!*

Quem gritava era um venerando ancião de mais de

cento e trinta anos, vestido humildemente, que ao ver os náufragos se ajoelhou, dando graças a Deus por lhe ter deparado, antes da hora extrema, aquêles portugueses. Interrogado pelo mestre Francisco Correia e pelos seus companheiros Manuel Antunes e João de Arruda, confessou, depois de mil preguntas idênticas às que tinham sido feitas a Frei André de Jesus e a Frei Francisco dos Mártires, que após a entrada de Felipe II andara foragido, correra a África, fôra à Palestina e ao voltar à Europa o tinham aprisionado, embarcando-o em Cádiz e largando-o depois a bordo de um batel, em pleno mar, na altura de Cabo Verde. Ali fôra ter e ali vivia, já se não lembrava desde quando, sem outra companhia que não fôssem os animais ferozes e domésticos que povoavam a ilha.

Instado pelos náufragos, partiu-se com êles logo que o patacho se achou em termos de seguir viajem, mas com a condição de o lançarem em terra firme em qualquer ponto daquela costa onde peregrinara, por não ter ainda chegado o tempo de passar a Portugal.

O mestre Francisco Correia e os outros cumpriram a promessa, e aquêle antepassado de Robinson Crusoé, que se cobria de uma túnica de fôlhas de palma, foi lançado em terra duas léguas distante da costa de Arguim, depois de uma comovente despedida onde os abraços se despegaram com soluços e lágrimas (1).

Seria êste ancião o mesmo que recebera os capuchos,

---

(1) Esta relação do naufrágio do patacho «Nossa Senhora da Candelaria» e achado da «Ilha Incógnita», em 1693, vem na colecção de naufrágios da *Historia Tragico-Maritima*.

vinte e quatro anos antes, naquêle palácio encantado decorado de estátuas e pinturas?

Para responder afirmativamente a tal pregunta há que argüí-lo de embusteirice no seu relato feito aos marinheiros madeirenses, e há que inquirir do Génio dos cataclismos, dos terremotos e das hecatombes como se subverteram as casas, o farol metálico, o famoso chafariz das dezóito bicas e tôdas as maravilhas que estupidificaram de pasmo os religiosos da nau «Nossa Senhora da Penha de França»; há que preguntar-lhes como se extinguiram da face da terra os lustrosos cavaleiros de barba comprida e túnicas à Nazarena, e os alfaiates, os çapateiros, os atabaleiros e até os próprios leões que guardavam a misteriosa ermida.

Não encontrando fácil resposta a estas preguntas, somos levados a crer que as ilhas encobertas eram duas, que eram dois os D. Sebastiões que haviam de um dia surgir numa manhã de nevoeiro, ou então que isto de ilhas e de reis encobertos eram tudo uma santíssima história. Não sei o que o leitor pensa a êste respeito. De mim lhe juro que não acredito uma única palavra de tudo quanto acabei de escrever.

# OS SANTOS MÁRTIRES DE LISBOA

*N Laudem Sanctorum Veriſſimi Maximae, & Juliae Christi Martyrum apud Ulyſſiponam...*

Quando a irmã D. Guiomar Manuel de Mendonça leu esta legenda em gótico ao alto da primeira fôlha de pergaminho daquêle livro encapado de negro, ia quási tendo um vágado. Se a não amparassem, desmaiaria.

Não havia dúvida. O precioso livro perdido há dezasseis anos, naquêle primeiro de Outubro de 1696, quando da visita ao Mosteiro da falecida raínha D. Maria Sofia Isabel de Neubourg, perda que se tinha atribuído a distracção do famoso prègador Frei Pedro de Sá, a quem a Comendadeira o entregara para inspirar o sermão do dia, conforme era costume antigo, estava agora ali nas suas mãos trementes, que o tocavam devotamente.

D. Guiomar exultava, e em breve tôda a comunidade estava no côro, dando graças pelo milagroso achado. Porque fôra milagre e milagre grandíssimo. Outras religiosas confidenciaram então que a irmã Guiomar tinha pedido nessa manhã, estando em Matinas, à alma venerá-

vel de D. Maria de Noronha, que fôra sua mestra e muito devota dos Santos Mártires, que dêles alcançasse se encontrasse o livro, prometendo rezar-lhes todos os dias três padre-nossos e três ave-marias com a antífona *Vestri capilli capitis* e com o verso e a oração da sua festa.

A vinda, pois, de D. Luísa de Gusmão àquela hora trazendo o livro que se lhe deparara em casa e que nunca até então tinha visto, era acontecimento prodigioso. No mosteiro das Comendadeiras de Santos ia uma alegria que tôda se desentranhava em orações congratulatórias. Os Santos Mártires tinham feito mais um milagre e o hino, em versos latinos, que esquecera em dezasseis anos, voltou de novo a ser recitado pela Comunidade.

Que continha, além do hino laudatório, o preciosíssimo livro? Quere o leitor saber? Era a vida dos três irmãos, Veríssimo, Máxima e Júlia, as três colunas da fé sôbre que se ergueu o vetusto convento das Comendadeiras de S. Tiago da Espada ali na praia do seu martírio, baptizada depois pelo povo com o nome de *Santos*.

Quando hoje se cruza êsse sítio e dizemos «fui a Santos, vou a Santos, moro em Santos», nenhum de nós, lisboetas de hoje, liga a essa designação toponímica a idea dos três piedosos romanos que vieram há mais de um milhar de anos sofrer o martírio a esta apartada cidade do ocidente.

Pois foi ali mesmo, na antiga praia subvertida hoje pelos aterros e açoriamentos, que a radiante mocidade de Veríssimo e a formosura juvenil de Máxima e de Júlia foram sacrificadas à fé que os animava, e as suas almas se

apartaram dos corpos flagelados, arrastados e retalhados pela impiedade de Tarqüínio e de Diocleciano.

O piedoso crónicon quinhentista tornou a perder-se, mas o seu texto, extractado aqui e ali, citado por uns, rememorado por outros, ficou na tradição, e eu que nunca o vi sei totalmente o que êle dizia.

Era isto:

*
* *

Veríssimo, Máxima e Júlia eram romanos filhos de um senador de Roma, netos dos antigos reis. Êles mesmos o disseram perante o Tribunal dos Bárbaros que os condenaram:

— Segundo a carne, somos de nobilíssima prosápia; segundo o espírito, somos servos de Cristo!

Viviam em Roma ocultos dos pagãos e venerados pelos cristãos, ensinando e propagando a fé, dando ânimo aos mais tibios, conformação aos mais desesperados, sabedoria de Deus aos mais ignorantes. Sepultavam os mortos e assistiam aos enfermos, socorriam os necessitados. Perfeitos cristãos em tudo.

Ora por êsse tempo veio a Roma Diocleciano, que da obscuridade de uma família de libertos ascendera a imperador, convulsionando as vastas regiões dos seus domínios, primeiro pela guerra e depois pela política com que destruíu a velha organização romana, roubando o poder ao Senado, o prestígio à velha Roma e criando a divindade dos imperadores. A seu lado Galério, inimigo ferocíssimo dos cristãos, governava também. Diocleciano estava velho

e ansiava só pela hora em que podesse retirar-se a Salonica, onde o esperavam aquelas alfaces que passaram com êle à história. Galério, dispondo da sua vontade, deu largas então a êsse ódio figadal, e os cristãos começaram a ser perseguidos, acossados das suas luras, batidos nos seus esconderijos.

Os cárceres lôbregos, onde a sciência de Vitrúvio não era de-certo usada, encheram-se de fiéis, e os tormentos — açoites, ecúleos e unhas de ferro — não deixavam de lhes martirizar as carnes.

Veríssimo, Máxima e Júlia, vendo padecer os seus irmãos e estando ainda poupados à fúria de Galério, resolveram ir apresentar-se-lhe voluntàriamente. Ansiavam pelo martírio que lhes purificaria os espíritos. Tôda a noite velaram em oração, esperando que clareasse o dia em que iriam pùblicamente confessar-se cristãos aos bárbaros juízes; mas estando êles assim surgiu-lhes um anjo, mensageiro do Senhor, todo cercado de uma auréola resplandecente. E o anjo disse-lhes:

— A paz de Deus guarde vossos corações. Cristo, filho de Deus, manda-me dizer-vos que vos não confesseis diante de Galério. Precisa do vosso precioso sangue para fecundar outras terras que devem tornar-se num novo jardim de Fé. Ide a Espanha, ide à Lusitânia onde na ponta ocidental há uma cidade que é Lisboa, onde é mister anunciar o seu santíssimo nome. Ide para doutrinar, ensinar e convencer os pagãos. Lá padecereis o martírio que desejais. Ali recebereis a corôa de glória que o vosso espírito merece.

E o anjo desapareceu.

Veríssimo, Máxima e Júlia, inundados de alegria, logo se prepararam para essa longínqua viajem, e mal deixando que duas vezes o sol cruzasse o céu de oriente ao ocidente, aproveitando duas barcas que iam demandar a região prometida para o seu martírio, disseram adeus a Roma e dirigiram-se a Lisboa, a ínclita cidade que, no dizer de Plínio, se distinguia das outras como o céu se distingue da terra e a terra se distingue do mar.

Deus avisara também os povos cristãos da Lusitânia da vinda dos três irmãos, seus filhos dilectos. Grandes clarões tinham incendiado o céu da banda do oriente, e aos corações dos fiéis descera a certeza consoladora de alguma bôa nova. Quando as barcas singraram pelo esteiro que apartava os montes em que se erguia a povoação olissiponense, logo alguns prosélitos de Cristo os foram buscar à praia, levando-os para o arrabalde ocidental, onde o culto de Deus se celebrava mais às ocultas dos pagãos. *Inocaram* se chamava o sítio. O rio passava-lhe ao pé. A fé cristã cobria-o de bênçãos.

Veríssimo, Máxima e Júlia entraram, então, de cumprir o mandato divino, ensinando, consolando os afligidos cristãos, arrancando ao culto dos ídolos muitas almas transviadas, de tal sorte que Tarqüínio se irou contra êles vendo aumentar o número dos adeptos dessa religião que da Judeia alastrava por todo o império como erva daninha que enleando-se às raízes do paganismo as secava e partia. E a perseguição começou, como em Roma às ordens de Galério.

Os três irmãos, por verem mais próximo o martírio anunciado, não afrouxaram no exercício de tôdas as suas

virtudes nem das suas bôas obras; pelo contrário, mais a descoberto as praticaram, e o primeiro édito de Tarqüínio

Um «registo» dos Santos Mártires

proïbitivo de tal prática saíu então. Os mais tíbios fraquejaram, muitos voltaram ao culto dos deuses, outros

fugiram atravessando os vinhedos dos arrabaldes ou passando-se para lá do rio a paragens despovoadas. Veríssimo, Máxima e Júlia ficaram sofrendo a dor dos martírios alheios e a pena das deserções. A fé animava-os e para que não estivesse nêles *como a luz escondida debaixo de meio alqueire*, ansiosos da glória da morte foram apresentar-se, confessando-se cristãos ao Presidente Tarqüínio.

E Veríssimo disse-lhe:

— Ó ímpio juiz! Se conhecesses a verdadeira Justiça e soubesses qual era a verdadeira razão, se te inspirasse o juízo de Deus, se ao teu ânimo se manifestasse que Cristo é Deus e filho de Deus verdadeiro que por nos redimir expirou na cruz, se o adorasses como nós e repudiasses êsses deuses de vil matéria feitos, mudos e surdos a todo o perdão e a tôda a súplica, certamente dêles havias de ter grandes favores!

— Quem sois vós? redargüíu Tarqüínio, enfurecido por tanta ousadia.

E foi então que Veríssimo disse:

— Segundo a carne somos de nobilíssima prosápia; segundo o espírito somos servos de Jesus Cristo. Prègamos e defendemos a mesma fé, irmãos somos; Veríssimo é o meu nome, e Máxima e Júlia o de minhas irmãs.

Tarqüínio, estimando-lhes a nobreza e tal elevação de espírito, quis tentá-los com a pompa e a honra, com a vaidade terrena e a riqueza material, ofereceu-lhe cargos e títulos, proeminências e preciosidades, para que êles repudiassem a sua fé. Inútil diligência. As duas irmãs, como Veríssimo, repeliram a ofensa do idólatra, protes-

tando ardentemente a sua crença em Deus, no único e verdadeiro Deus, que era ao mesmo tempo o seu espôso, o seu pai e o seu rei.

A sentença estava lavrada. Perante tal obstinação Tarqüínio sentenciou-os, e os bons irmãos romanos amanheceram num cárcere escuro e húmido, atados de pés e mãos e com as gargantas garrotadas a uns cepos. O que o fero juiz não podera fôra prender-lhes os corações, que continuavam soltos para voar para Cristo.

Às primeiras claridades da manhã, outra claridade maior sucedeu. Era a que aureolava o seu anjo da guarda entrando no cárcere. Soltando-os dos ferros, disse-lhes:

— Não desanimeis, Cristãos. O vosso tormento é a vossa glória.

Três dias depois Tarqüínio, julgando os prisioneiros quebrantados de ânimo pela fome e pelo sofrimento, chamou-os de novo ao Tribunal e outra vez os tentou convencer a repudiarem a sua fé. Veríssimo, Máxima e Júlia compareceram mais alegres do que nunca e com as faces tão rosadas e os olhos tão brilhantes como se em vez de saírem de uma prisão se tivessem levantado da mesa de um festim. O juiz, surprêso de assim os ver, apelou para a sua mocidade, que se iria estiolar, e para a glória da sua vida, que iria fenecer.

E êles responderam:

— A mocidade da nossa carne é como o feno, que acaba e desaparece com o fogo, ou como a flôr do campo, que abre e logo murcha e seca. Apenas pretendemos achar a formosura que não envelhece, e essa só no céu se encontra.

— Pois eu vos atormentarei com tantos tormentos e penas que o vosso castigo fique em memória e nenhum mais se atreva sequer a pronunciar nesta cidade o nome de Cristo.

— Nada podeis, juiz, — continuou Veríssimo — nada podeis connosco. Todos os vossos tormentos serão prazer para nós como a bôa nova que de há muito se espera e como a visão do que se deseja ver, porque o trigo não se recolhe no celeiro sem que as espigas sejam pisadas, e as nossas almas só com a palma do martírio entrarão no Paraíso. Atormenta-nos, oh! Ímpio, pois sem êsses tormentos não se nos descerrará o Céu.

Possesso da fúria desesperada dos impotentes, Tarqüínio sentenciou os três cristãos ao tormento do ecúleo, e logo ali os seus corpos, levantados ao alto, foram atados ao cruel instrumento de suplício. Rangeram os ossos, estalaram as junturas, quebraram-se-lhe os braços e nem um gemido se ouviu. Resplandecentes, os seus rostos moços voltados para o céu deixavam, pelo contrário, transparecer um gôzo íntimo, e os seus lábios agitavam-se em solilóquios devotos.

Exasperado, o juiz ordenou que os «escorpiões» entrassem a açoitá-los, e as estrêlas de ferro pendentes das tiras de couro dos azorragues começaram a fustigar-lhes as carnes. O sangue espirrava como chuva de rubis preciosos daquêles corpos juvenis, mas a carne sofria em silêncio. Nem uma súplica, nem um ai saíu das suas bôcas sorridentes, embora os verdugos lhes chegassem a ver as entranhas dilaceradas.

Em derredor todos choravam, e cristãos e infiéis pasmavam juntos daquela constância e daquela fé.

Tarqüínio, numa fúria demoníaca que igualava a de Galério em Roma, mandou preparar novos ecúleos maiores e mandou despedaçar-lhes as carnes com unhas e cardas de ferro, sem piedade nem temor. Inútil, tudo inútil! O juiz, assediado pelos seus para que findasse o tormento, pois até os infiéis se tinham comovido com tanta crueldade, deu-o por terminado. Os três irmãos voltaram para o cárcere lôbrego. Para lá morrerem, pensavam todos!

Passados dois sóis foi o próprio Tarqüínio à prisão, julgando encontrar três cadáveres. Deparando-os ainda vivos e ainda animosos, tentou pela terceira vez reduzi-los à idolatria. A isto responderam os mártires:

— *Non sic, impii non sic. Scriptum est enim Dominum Deum tuuam adorabis, & illi soli servus!*

— Se nós adoramos pedras como tu dizes — redargüíu, exasperado, o ímpio — por meio de pedras e sôbre as pedras vos farei passar.

E os mártires foram ligados de pés e mãos e atados às caudas de três possantes cavalos. Um dia inteiro andaram assim arrastados por tôda a romana Ollissipona. Os verdugos azorragavam os animais, e os seus corpos rojaram-se pelas pedras, deixando-as manchadas do seu generoso sangue, ante o pasmo e o horror de tôda a população. Veríssimo, Máxima e Júlia, não podendo persignar-se — que as mãos iam presas — faziam-no com a voz e — soberano prodígio! — cada gota de sangue caída das suas feridas estrelava-se em cruz sôbre essas pedras. A tudo resistiram. Apedrejados depois por outros algozes, os corpos tingiram-se-lhes de vermelho vivo, tão vivo como

a sua fé, e a morte continuava respeitando-os para exemplo de tanta constância.

E Tarqüínio ordenou, então, que se degolassem. Depois de obtida a concessão de uma oração final em que de alma e coração se ofereceram a Deus por cuja fé estavam padecendo, rogando-lhe que todos os que dêles se lembrassem fôssem do Céu ouvidos, que o mal da peste livrasse a cidade do seu martírio e que todos os que alumiassem as lâmpadas dos seus sepulcros e os visitassem fôssem de Deus alumiados e visitados na hora final, entregaram ao verdugo as suas cabeças.

O céu nublou-se então. Lá do alto uma voz estranha saüdou o martírio abençoado, aceitando todos êsses pedidos da hora extrema. Momentos depois, os cutelos afiados dos idólatras desciam sôbre os seus pescoços espadanando sangue.

Veríssimo, Máxima e Júlia acabavam de entrar no reino da Glória.

Satisfeita a crueldade de Tarqüínio foram os corpos lançados no campo, para que os cães e as aves carniceiras os comessem. As aves e os cães foram, porém, mais piedosas do que o fero juiz. Muitos dias depois ainda estavam intactos êsses despojos sagrados. Tarqüínio determinou então que se lançassem ao mar e assim se fez. Atando-se-lhes aos pés pesadas mós arrojaram-se à voracidade dos peixes nas águas que corriam defronte da praia junto do local do suplício. Baldado empenho o dos idólatras! Quando os barcos chegaram à praia, acabada de cumprir a ordem do juiz, já os corpos de Veríssimo, Máxima e Júlia se achavam nela resplandecendo ao sol como

pedras preciosas. O mar recebera-os, abraçara-os e viera-os depôr na areia porque à terra pertencia quem na terra devia ser adorado. Os cristãos de Olissipona, em face de tantos sinais de predestinação, abalados por tantos prodígios, por noite alta, afastados do sítio como da condenação os ímpios e os algozes, vieram secretamente adorá-los e secretamente também lhes deram sepultura num outeirinho sobranceiro a essa praia de maravilhas.

Mais tarde, atenuada a perseguição, erigiram-lhe um altar, mais tarde ainda um templozinho de abóbada baixa e humilde, recolhido e escuro, como os de então.

E os milagres principiaram.

*
* *

Rodaram os anos e os séculos. Olissipona, desde o ano 307 da era cristã em que os três irmãos tiveram martírio até que o filho do Conde D. Henrique a conquistou aos moiros, sofreu tôdas as vicissitudes dessas épocas bárbaras e guerreiras. Foram 840 anos de lutas, de conquistas, de sofrimentos, de mudanças de povos e de alterações de religião, de glórias e de desesperos. Centos de vezes se trasmudou a face dos seus campos e dos seus edifícios. Instituïções que se abalaram, civilizações que se substituíram, gerações e gerações que perpassaram alterando o *habitat!* Tôrres, edifícios, monumentos, templos e muralhas que o tempo gastou e derruíu para que outras se erguessem e viessem a ruir também!

Só a natureza e a fé permaneceram imutáveis. O céu

foi sempre azul, a terra sempre fértil, o mar sempre misterioso, tentador e grande, e a fé foi sempre viva, sempre bela e sempre consoladora.

Veríssimo, Máxima e Júlia, cujos corpos se ocultavam na terra abençoada pelo seu sangue, eram os melhores protectores do burgo. Quando os bárbaros do Norte o investiram foram vistos — diz a lenda — os três santos-mártires combatendo com os seus gládios e animando as hostes dos defensores.

Coelho Gasco, o imaginoso cantor das antiguidades lisbonenses, não hesita em o arquivar nas suas *Antiguidades de Lisboa*, dizendo que Veríssimo, Máxima e Júlia a livraram *de hũa temeroa e grande armada dos Godos*, a qual estando para lançar ferro no seu pôrto desistira do intento por sua intercessão, tantas foram as lágrimas e os rogos dos lisbonenses diante da sagrada sepultura dos mártires.

Contra Alanos e Suevos não foi menor o seu esfôrço e o seu valimento. Em 714, perdida a batalha de Guadalete, os muçulmanos assenhorearam-se da Península, e durante essa pesada e cruel dominação foram os três corpos, abrigados entre as leivas de «Inocaram», o mais poderoso escudo dos cristãos que, fora das muralhas da cidade, acogulada num dos montes orientais, sofreram mil humilhações, vendo o seu templo destruído até os fundamentos, como o dá claramente a entender a narrativa de Osberno. Ao contrário do que até aí sucedera, Veríssimo, Máxima e Júlia puseram-se então ao lado dos invasores contra os invadidos, combatendo nas hostes de D. Afonso-o-Casto e de Afonso VI de Leão e defen-

dendo-lhes a posse da cidade contra o crescente da moirisma.

Quando em 1147 os portugueses, flandreses, alemães e ingleses cercaram a cidade, os mártires da ferocidade de Tarqüínio, ou de Daciano como referem outros autores, estiveram, com S. Crispim ou S. Crispiniano, ajudando ao cêrco, e ao entrar-se a cidade os seus gládios poderosos resplandeceram sôbre os arrabaldes cristãos de «Achelas» e de «Inocaram».

Diz a tradição — *Verbum non Scriptum*, segundo os teólogos — que Afonso Henriques, conquistada a cidade aos sarracenos com a ajuda dos cruzados, logo intentou o descobrimento das relíquias dêstes santos mártires que os cristãos tinham oculto, emquanto Lissabona esteve sob o domínio dos moiros, em lugar vizinho daquêle onde se erigira o templo e onde fôra a sepultura. Cataram-se as relíquias, mas não foram encontradas, e o primeiro soberano teve de contentar-se em erigir-lhes, para memória, um templo e junto com êste um mosteiro para os ardidos cavaleiros de São Tiago. Alguns clérigos virtuosos passaram ali a viver em comunidade, assistindo como capelães e confessores aos nobres cavaleiros. A doação de D. Sancho I, em 1194, atesta-o claramente.

Entrementes conquistou-se Alcácer (em 24 de Junho de 1158) e algum tempo depois para lá se transferiram os paços dos cavaleiros e o conventinho dos clérigos. O sítio dos *Santos* não ficou, porém, deserto, pois a devoção dos filhos de Lisboa crescia sempre e com ela as romarias e as promessas e para os paços entraram então *algũas mulheres virtuosas, & parentas dos Cavalleyros, & filhas*

*de alguns fidalgos quando hião á guerra*; assim estiveram alguns anos até que principiaram a viver em comunidade *unidas em huns santos, & fervorosos desejos de mayor perfeição, & santidade de vida*, vestindo hábito e professando na Ordem. Autorizara-os o Mestre e o Rei. A Regra era a de São Tiago.

De novo foi abandonado o sítio de *Santos*. As freiras passaram para a vila de Arruda. Esta ausência não foi, porém, muito longa. Em 1217 já estavam outra vez em Lisboa — dizem uns que em S.to Antão-o-Velho, outros que no antigo mosteiro, onde viviam também um comendador, um abade, um claveiro e outros clérigos e titulares da Ordem. *Santos* constituía já uma Comenda da Ordem.

Em 1230 D. Sancho faz às freiras doação da «Casa de Santos», sendo Comendadeira D. Helena, a primeira que as crónicas referem e que se supõe ser filha do Conde Godinho das Astúrias. Falecida esta, tomou o seu lugar D. Ousenda, morta em 1260, seguindo-se a Comendadeira Santa, D. Sancha Martins, cujos ossos veneráveis se guardam hoje em Santos-o-Novo, sob o altar de Nossa Senhora do Carmo, onde tantos chapéus e tantas coifas com trigo devotos e devotas foram levar, para que Sancha Martins os livrasse do mal de dôres de cabeça.

Foi no govêrno desta Comendadeira que a «Casa de Santos» se dignificou com o descobrimento dos ossos dos três irmãos mártires. Sancha Martins, que era dêles muito devota, conseguiu pelos seus merecimentos que um anjo lhe revelasse o lugar onde se ocultavam essas relíquias.

Excavada a terra na ribanceira que descaía para o rio,

abaixo do adro do templo, afloraram em breve os sagrados despojos de Veríssimo, Máxima e Júlia. É a scena representada numa das telas da capela-mor da igreja do moderno mosteiro. A Comendadeira Santa, sôbre uns rochedos, seguida de outras religiosas, assiste à exumação e, no primeiro plano, avulta um corpo — talvez o de S. Veríssimo — repousado num lençol que dois homens estendem repuxando-o nas mãos (1).

O *santo thesouro*, segundo a expressão desvanecida de Frei Agostinho de Santa Maria, foi então recolhido num túmulo de pedra mandado abrir e lavrar pela Santa Comendadeira, de quem o mesmo Frei Agostinho diz, reportando-se à sua viüvez de D. Nuno Garcia de Touro, que *como Deos a tinha escolhido já para si, não lhe viveo o marido muytos annos* (2). Contingências de quem casa com criaturas predestinadas!

É de prever ficasse a arca de pedra no local da descoberta, e eis aí começaram a afluir mais do que nunca os romeiros e os necessitados de auxílios divinos, e a propagar-se a notícia de constantes milagres: cegos que recupe-

---

(1) Foi o que consegui ver na visita que em 19 de Julho dêste ano fiz a Santos-o-Novo, acompanhado pela minha ilustre consócia Ex.ma Sr.a D. Maria do Carmo de Sousa Coutinho. O quadro fica a altura incompatível com um exame mais detido. É má pintura, em tela, do século XVII.

(2) Coelho Gasco, ao descrever a capela em 1625, refere-se a três túmulos de pedra. Seriam os primitivos? Ter-se-iam mudado posteriormente os ossos da arca mandada fazer por Sancha para estes três túmulos? Não me parece fácil apurá-lo agora; nem fácil nem de maior necessidade.

ravam a vista, surdos que voltavam a ouvir, mancos que saltavam, enfermos que saravam de súbito, tôda a série de prodígios, emfim, que a maravilhosa fé dos lisbonenses gerava ante os despojos mortais dos santos mártires que Tarqüínio mandara matar, mas que a lembrança das suas virtudes eternizara.

Sancha Martins, que não chegou a ser canonizada nem mesmo beatificada, tanto se devotara a Veríssimo, Máxima e Júlia que por sua morte deixou a memória adstrita à dos três irmãos romanos; e os pescadores de Alfama e de Alfungera, da Ribeira e das Pedras Negras, como os mareantes das caravelas de África, nunca saíam o rio sem ir orar à Comendadeira e aos Santos Mártires para que o peixe lhes não faltasse e a bonança e o vento os não desamparassem.

A velha igreja afonsina ameaçava ruína. Pois quê! Seria possível que o povo de Lisboa permitisse o desabar do templo que se erguera em lembrança de tais Mártires? Era então bispo da cidade D. Segundo, e o prelado, movido pelas súplicas de Sancha Martins, logo expede às suas ovelhas uma carta pastoral exortando-as à esmola em favor do mosteiro *in loco qui dicitur Sanctos*, a 11 das kalendas de Julho da era de 1270.

Acudiu de-certo o povo ao apêlo do seu bispo e as obras fizeram-se e continuaram no govêrno da Comendadeira Tareja Afonso Correia, que sucedera a sua tia D. Sancha, como se conclui de uma autenticação feita, no ano de 1300, a essa pastoral, celebrada pelo tabelião Vicente Afonso.

Cem anos depois, de novo o edifício necessitava de

reparos, pelo destrôço que talvez lhe teria causado a proximidade do arraial castelhano quando do cêrco da cidade, e em 1405 acham-se as freiras *nos paços do Infante herdeyro que som a par de São Martinho.* Estes paços eram os do Limoeiro e o Infante a que se faz referência era o herdeiro D. Duarte.

Era então Comendadeira a célebre Inês Pires, mãe do 1.º Duque de Bragança, que, a-pesar-do que se sabe, obteve da generosa Felipa de Lencastre, *pelo grande amor & veneração com que a tratava*, uma carta régia de protecção para a «Casa de Santos», estando a côrte em Viseu, poucos anos após.

Duzentos e setenta e oito anos estiveram as freiras naquêle arrabalde ribeirinho, desde 1212 até 1490. Neste ano, concluída a casa que D. João II ideara para elas, por a de Santos ser acanhada e vetusta, a 5 de Setembro, fez-se a solene trasladação para o novo mosteiro adiante de Nossa Senhora do Paraíso.

Da imponência dêsse préstito falam encomiàsticamente Garcia de Resende, Frei Agostinho de Santa Maria e outros autores. Os corpos dos Santos Mártires foram num caixão doirado, transportado por cónegos e outras dignidades da Sé Catedral; o corpo da Comendadeira Santa foi noutro caixão, e em outros os ossos das religiosas que nessa ocasião se exumaram. Cleresia que farte, o Cabido, a Comunidade com a Comendadeira D. Violante Nogueira à frente, cortesãos, povo, os homens da Câmara da cidade, ninguém faltou na faustosa procissão.

A «Casa de Santos», o mosteiro de D. Afonso Henriques, ficou deserto; mas o povo não o abandonou. O

que o rei não pudera levar para o convento novo fôra a terra que esbrugara os ossos dos Mártires, fôra o local da sagrada sepultura, fôra a memória do sítio onde apareciam as pedras manchadas de pintas de sangue em forma de cruz e onde os próprios frutos das árvores da cêrca das religiosas eram dignificados com êsses sinais.

Os milagres sucediam-se, mas as rogativas devotas eram feitas mais comummente à capela estreita das ribanceiras da Boavista do que ao cofre que se tinha trasladado com os ossos para junto de «Nossa Senhora do Paraíso».

Aquêle célebre livro de pergaminho, encapado de negro, cujo aparecimento prodigioso contei ao leitor, refere numerosíssimos dêsses milagres. Era a viseense Maria Lourenço que em 1450, em face do sepulcro e violentamente exorcismada, expelira de si o espírito maligno do castelhaníssimo Martim Anes de Barbuda, Claveiro da Ordem de Avis e depois Mestre de Alcântara em Castela; eram os guerreiros de África, de D. Afonso V, salvos de um naufrágio em Barrameda por intercessão dos Santos Mártires; eram cegos e surdos que passavam a ouvir e a ver; eram os lavradores que livravam o trigo do gorgulho e as vinhas do pulgão e da lagarta; eram mareantes salvos de tempestades; eram espinhas de peixe que se desenterravam da carne, cancerosos que se curavam, tolhidos que se moviam, endemoninhados que saravam o espírito e possessos que se libertavam da mancebia do demónio, loucos que retomavam a razão e o mais que é de prever, em que foram particularmente beneficiadas as religiosas da casa que se apegavam com aquelas virtuosas vítimas das perseguições de Diocleciano.

Na capela dos Santos do segundo mosteiro estiveram alguns ex-votos documentando essas maravilhas, como o que mandou pintar a Comendadeira D. Inês Maria de Vilhena comemorando a cura milagrosa de *hum pleuriz maligno.* Uma custódia que encerrava três relíquias dos Santos Mártires foi por várias vezes enviada para alívio de doentes, como certa vez à Condessa de Vila Verde, que estando de parto e tendo já por duas vezes sido desgraçadíssima em tais ocasiões, a solicitou em Agôsto de 1715, tendo dado ao mundo um filho com feliz sucesso.

Sinete da Irmandade dos Santos Mártires

(*Século XVII*)

*

* *

Santos-o-Velho, desde 1490 em que se fez a trasladação para o novo mosteiro até 1566 em que o Cardial Infante D. Henrique erigiu o templo em paróquia, deveria ter ficado pouco menos de consagrado ao exclusivo culto da capela de S. Veríssimo, S.ta Máxima e S.ta Júlia.

Coelho Gasco escreve a propósito dêste sítio: *Por q̃ ao pée della* (igreja) *bate o mar em cuja praya, e lugar*

*os lançarão as aguas para q̃ a terra como may da Natureza humana os recebesse em suas entranhas, pois suas ditosas almas com a triumphante palma estavão aposentadas no Impirio Ceo em perpetua gloria. Os quais sagrados sepulcros ficão para a banda do mar debaixo de hua nobre capp^a^ que fica no alpendre da igreja, e pola p.^te^ de fora della no adro, esta hũ pateo pequeno fechado de alto muro com duas portas, hũa para a p.^te^ do norte, a outra para o poente. Pela q̃ fica para o norte se desce por hũas escadas de pedraria e se vay ter a aquelle patio, e circuito, onde se vê hũa capellinha q̃ fica debaixo da capella de sima, a qual he ovada toda muy bem azulejada, e por sima pintada toda de varias folhagens, e ramos, e junto a parede estão três tumulos pequenos muy bem lavrados de alvissima pedra com seus frisos, e molduras, e cornijas de pedra preta de Cintra, e em cada hua em sima de seu piramide tem hum S de ouro, e debaixo pola guarnição tem este rotelo de ouro que diz — Julia, Verissimo, e Maxima, q̃ he o mesmo q̃ dizer q̃ aquelle bemaventurado logar, era sepultura e enterram^to^ dos gloriosos irmaõs Verissimo, Maxima e Julia: em sima destes sanctos jazigos se vê hũ painel de rico olio, e de finissima tinta em q̃ estão estes três gloriosos irmaõs lançados na praya com grandes penedos attados nos pees estando diante Daciano com m^ta^ justiça inda muy irado e junto delles muytos seixos com suas gottas de sangue esculpidas nos mesmos seixinhos.*

E mais adiante diz que no chão da ermida, a meio, estava uma campa de jaspe com uma abertura na parte central, fechada com tampa que só com chave se abria,

donde se tirava a terra milagrosa, e nela se lia o seguinte letreiro:

PROPRIO ⋮ LVGAR ⋮ DOS ⋮ SSSS ⋮ MARTIRES ⋮
VERISSIMO ⋮ MAXIMA ⋮ E JVLIA ⋮ QVE ⋮ AQVI
FORAM ⋮ SEPVLTADOS ⋮ EM TEMPO ⋮ DO EMPE-
RADOR ⋮ DIOCLESIANO ⋮ ANNO ⋮ 307 ⋮

A descrição está completa. A gente vê a capelinha ovada e azulejada, sob a ermida do adro, e fantasia sem dificuldade o pátio murado e a escada por onde se descia para o local onde apareceram, em tempo de Sancha Martins, os corpos dos Mártires. Vemos o tecto pintado de folhagens e ramos, os três túmulos de pedra branca com cornijas negras sobrepujadas de pirâmides decoradas com *SS* de oiro, a lápide do chão com a abertura para a colheita da terra, e ao fundo o painel pintado em tábua, que seria talvez uma preciosidade.

Tudo isso ainda existia em 1625, no tempo em que escreveu o autor *Das Antiguidades da Muy nobre Cidade de Lisboa.* O terremoto, e pior do que o terremoto o nosso proverbial desleixo e a ignorância dos capelães, párocos, confrarias e irmandades, deram sumiço a êsses vestígios seculares dos mártires de «Inocaram».

O antigo mosteiro, depois que as religiosas passaram para Nossa Senhora do Paraíso, foi aforado ao rico armador Fernão Lourenço, Feitor da Casa da Mina que, em princípio do século XVI, em troca da doação e mercê dos Senhorios de Gestaçó e Penajóia, o cedeu ao rei D. Manuel, tendo servido de Paço Real até 1578. Fez-lhe o rei

Venturoso obras importantes. O grande João de Castilho ali delineou varandas de pedraria, portais, janelas e jardins; e D. Sebastião também intentou, nos últimos anos do seu reinado, outros restauros, adiados talvez, e por isso nunca feitos, após o destrôço que lhe causara a formidável explosão de pólvora das tercenas de Santos em 1576. Ali se deram notáveis acontecimentos; ali se representou o *Auto da Fama* de Gil Vicente em 1514; de uma varanda — quem sabe se da que ideara João de Castilho — caíu o futuro D. João III nesse mesmo ano; naquela mesa de mármore, que ainda se vê num dos terraços, almoçou na madrugada do embarque para a jornada de África o predestinado D. Sebastião.

Com a morte de «O Desejado» voltou o mosteiro — não sei como — para a posse das freiras, que o venderam por 10.000 cruzados a D. Luís de Lencastre, Comendador mór de Avis. Esta venda foi, ao que parece, anulada, mas os Lencastres não desistiram do velho paço de Santos e, em 1629, compraram-no outra vez, sendo o comprador o filho do Comendador-mór. De então para cá ficou na família, e os seus restos irreconhecíveis pertencem hoje à Legação de França, que desde 1870 ali está instalada.

*
* *

O mosteiro joanino, a Nossa Senhora do Paraíso, durou até 1685. Felipe II de Espanha e I de Portugal, sendo Comendadeira D. Ana de Lencastre, ideara nova clausura para as donas de São Tiago. Simples fantasia piedosa?

Incomodidade e estreiteza do antigo edifício? Não apurei o motivo dessa obra, para a qual se lançou a primeira pedra em 9 de Fevereiro de 1609, e com ela outras salpicadas em cruz pelo sangue dos Santos Mártires. Não se completou a construção segundo a traça do arquitecto felipino porque, diz o cronista que vou seguindo, *as obras de Portugal nunca se acabão segundo a grandeza dos corações que as talharão & lhe deram principio, por isso ficam sempre obras sem fim.* Ainda hoje assim é, louvado Deus!

Só em 1685 é que o edifício ficou em estado de receber a Comunidade que em 23 de Maio para lá se mudou em procissão festiva, deixando vasio até 1689 o antigo cenóbio de Santos-o-Novo. Neste ano foram para lá, por mercê de D. Pedro II, os Barbadinhos Italianos. Nos nossos dias abriga-se no recinto dos seus restos irreconhecíveis o Depósito do Alviela e a casa das máquinas da Companhia das Águas. O que são destinos!

O novo mosteiro ainda lá está, com as suas 365 janelas e o seu ar desprezado e triste, numa suave colina a cavaleiro do rio. Nuns quartos perdidos no infindável casarão que não era tudo quanto queria o prudente Felipe, vivem as últimas donas de S. Tiago, resignadas à invasão de variado gentio nos seus velhos domínios, que hoje semelham mais um bairro operário bulhento de gritas infantis, mesclado, atrabiliário, longe da antiga quietação claustral. Duas escolas, um inquilinato popular, portões abertos, paredes sem rebôco, capelas abandonadas secularizaram o local.

À igreja onde estão as relíquias dos Santos Veríssimo,

Máxima e Júlia falta-lhe o murmurante recolhimento das orações. Há qualquer coisa de arca tumular nesse templo onde a fé fez milagres. Lá estão numa das capelas do lado da epístola as três imagens dos mártires lisbonenses, sucessoras de outras — porque estas são do século XVIII — que a serva de Deus D. Maria de Noronha entronizara num altar do outro convento, começado com uma esmola de três vinténs e acabado com largos cabedais que o fizeram lindo. Lá estão num cofre, no trono do altar-mor, as preciosas relíquias dos Santos recolhidas como o foram pela Comendadeira D. Ana de Mendonça, em 1529, em três bôlsas de setim branco bordadas a oiro, e que abertas no tempo do Cardial Sousa se acharam intactas, exalando os despojos mortais aquêle suave cheiro e divina fragrância que é habitual nos relatos piedosos, a-pesar-de se terem passado sôbre o encerramento do cofre mais de duzentos anos (1). Lá estão na capela-mor entre as duas janelas de cada lado, e à sua altura, os dois painéis seiscentistas, um representando a exumação de São Veríssimo, de que já falei, pela revelação da beata Sancha Martins, e outro figurando a trasladação, para o novo mosteiro, da

---

(1) O cofre de prata mandado lavrar por D. Ana de Mendonça tinha o seguinte epitáfio:

«Sepulchro dos Santos Martyres São Verissimo, Santa Maxima e Santa Julia, filhos de hum Senador de Roma, vindos a esta cidade, a receber martyrio por revelação do Anjo. Jazem nesta sepultura os seus Santos corpos ha 1300 annos, que padecerão martyrio, e forão sepultados em Santos o Velho, e dahi foram tresladados a esta casa aonde jazem. A qual sepultura mandou fazer D. Anna de Mendonça Comendadeyra desta casa, e se acabou na ora de 1529».

Comunidade e dos sagrados corpos dos Mártires e da Comendadeira Santa.

Lá estão, num alto silhar de soberbos azulejos, a azul, dos melhores que se fizeram nos fins do século XVII e princípios do seguinte, os passos da vida de São Veríssimo, Santa Máxima e Santa Júlia. Ali, logo à esquerda de quem entra vindo do côro, os três Santos peregrinando na Cidade Eterna; depois, entre dois altares, o anjo anunciando-lhes a vinda a Olissipona; depois, sob o púlpito, a viajem a bordo de uma nau seiscentista, num pitoresco anacronismo; a seguir, já do lado do Evangelho, o quadro da flagelação; à direita da porta lateral, a scena dos sagrados corpos boiando nas águas, e, finalmente, na parede do côro, S. Veríssimo a ser martirizado pela *carda* que um dos algozes lhe esfrega na carne. A composição é de um grande efeito decorativo. Tôdas as figuras se entrajam à romana, e aos edifícios figurados deu o artista pintor aquela arquitectura arbitrária dos fundos decorativos que então se usava.

Ainda no côro de baixo se vê uma tela oblonga, onde os três mártires são representados por um pincel inferior. Do — devia ser famosíssimo — retábulo, mandado pintar em 1529 pela Comendadeira D. Ana de Mendonça, de quem D. João II teve o mestre D. Jorge de Lencastre, vestígio algum existe. Êsse retábulo viu-o Coelho Gasco e descreveu-o. Estava num altar do antigo mosteiro onde depois estiveram os Barbadinhos Italianos, na capela-mor do templo, da parte do Evangelho, e o grande antiquário chama-o *o mais rico paynel q̃ pode haver em Portugal assi pola fineza de suas excellentes tintas como na fermo-*

*zura e belleza do pincel.* O retábulo era *de postigos*, isto é, de portas que se fechavam e que só se abriam em solenissimos dias. Num dos «quartos» viam-se os Santos Mártires diante do tirano juiz, trajando à portuguesa antiga do princípio do século XVI; Veríssimo vestia um grande roupão de grã vermelha, com bandas de veludo prêto, e um pelote do mesmo, chinelas de veludo, chapéu de cordões, como o dos clérigos, e estava encostado a um montante; Máxima e Júlia trajavam cotas azuis de mangas justas e golpeadas, donde saíam tufos de sêda alvíssima. Os cabelos loiros lançados sôbre os ombros eram apanhados com firmais. Noutro «quarto» do retábulo estavam *huas letras douro muy fermosas e grandes com gentis penadas postas em campo preto* que diziam, de uma parte:

POR REVELAÇÃO DONDE IAZEM E ESTÃO SEPVLTADOS ESTES SANCTOS OS QVAIS HA 390 ANNOS

e de outra:

ESTA SEPVLTVRA MANDOV FAZER D. ANNA DE MENDOÇA COMMENDADEYRA MOR DESTA CAZA ANNO DE 1529.

E em outros ainda e nos postigos de fora e de dentro representavam-se os tormentos sofridos pelos Mártires.

Por cima desta célebre pintura ficava, dentro de uma grade de prata maciça, a tumba doirada das relíquias. *Por cima* diz Coelho Gasco, embora me parecesse mais arquitectónico e artístico que o painel sobrepujasse a arca doirada que continha os ossos descobertos em tempo da beata Sancha Martins. Mas seria assim?

Dêste famoso retábulo alguma coisa existirá? Êsse alguma coisa serão quatro dos painéis ou quartos que há

Primeiro quadro da «Série» vendida no Leilão Ameal
«A Anunciação do Martírio aos três Santos»

mais de meio século apareceram à venda na colecção de uma Senhora, se a memória me não falha, de nome D. Maria Balbina dos Reis Pinto? Passaram então a outras mãos, vindo a parar à posse do falecido Conde do Ameal. Quando do leilão dêste coleccionador, em 1921,

foram adquiridos pelo sr. Vasco Bensaúde, que actualmente os possui ainda.

Êsses painéis afectam a forma quadrada, com $0^m,84$ de lado.

A descrição feita pelo autor *Das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa* do «quarto» que representava o julgamento dos Santos Mártires (o «central», talvez) confere na pormenorização dos trajos, *ao português antigo*, com estas interessantíssimas pinturas em tábua. A época da obra (1529) confere igualmente com o estilo dêsses trajos, e até os edifícios estão em harmonia com ela. Haja vista o Paço da Ribeira, que aparece como fundo ao primeiro quadro, que alude à chegada dos Mártires a Lisboa, o qual é representado, embora sumàriamente, no estado em que se devia encontrar nesse tempo. Êste é o segundo da série dos quatro onde se vê, como noutras pinturas coevas, o desdobramento da acção, figurando-se em conjunto dois aspectos do mesmo episódio, na vinda para terra e no desembarque dos protagonistas da tragédia cristã. O primeiro «quarto» é aquêle em que se representa o anjo anunciando aos três irmãos a viajem a Olissipona, vendo-se ao fundo um agrupamento de casario representativo de Roma, onde porém julgo descobrir uma evocação da Sé de Lisboa. O terceiro figura a flagelação dos Mártires, vendo-se os três, no primeiro plano, já despojados de vestidos da cinta para cima, e os três algozes; à esquerda, noutro plano, um grupo de figuras, e, ao fundo, numa varanda de três arcarias, várias donas da côrte assistindo ao suplício. O quarto painel, finalmente, figura os Santos Mártires atados às caudas de três cava-

los, sendo arrastados pelas ruas da Lisboa romana, vendo-se ao fundo um renque de edificações do século XVI, e no solo, no primeiro plano, várias pedras assinaladas com a cruz sanguínea da lenda.

Em nenhuma destas pinturas se observam sinais de dísticos em letras góticas floridas, nem tãopouco vestígios da ferragem de ligação dos postigos. No reverso das tábuas não há também qualquer indício de pintura que nos levasse a supôr que elas teriam feito parte dos mesmos postigos, sendo aliás possível figurar a sobreposição de dois jogos de tábuas que só pintadas de um lado constituíssem os «quartos» para o interior e para o exterior. Parece-me, pois, posta de parte a idea de que estes quatro painéis tivessem feito parte das portas do retábulo. Resta imaginá-los entrando na composição dos «quartos» da pintura do fundo, mas o seu formato dificulta sobremodo a imaginação no compôr dêsse altar, que só a ter um grande e complicado formato os comportaria.

O painel central — o do fundo central — na mais segura das hipóteses, seria aquêle do «Julgamento dos Mártires» que feriu a atenção de Coelho Gasco; os laterais seriam talvez os outros onde brilhavam, a oiro sôbre fundo negro, as legendas góticas. Outros havia ainda representando — é de crer — o milagre dos corpos boiando e os suplícios do «ecúleo» e da «carda».

Mas como integrar neste jôgo de painéis os quatro quadros existentes? Seriam êles acaso de outra proveniência? Pertenceriam à igreja velha que o Cardial D. Henrique tornou em paróquia? A tábua que ornava a capela, cavada na ribanceira sob o adro dêsse templo, nenhuma

destas podia ser. Coelho Gasco descreve o assunto figurado, e êste não confere com nenhum dos quadros da Colecção Ameal. Da igreja de Santos-o-Velho eram o orago os três irmãos romanos, que tinham, além da capela sob o adro, outra à direita logo à entrada, administrada por uma devota irmandade, mas não é de prever que a decorassem as tábuas que foram parar à posse de D. Maria Balbina dos Reis Pinto. Se lá estivessem, Coelho Gasco não deixaria de o mencionar.

Fique o problema por resolver mas fique também aqui exarado que a devoção de São Veríssimo, Santa Máxima e Santa Júlia é restrita a Lisboa, e em Lisboa só nos dois templos e mosteiros de Santos-o-Velho e de Santos-o-Novo é que o seu culto se celebrava. A uma das duas clausuras lisboetas pertenceram, pois, de-certo, êsses quatro lindos e portuguesíssimos quadros.

*
* *

O Tempo não cança na sua faina de ir gastando, destruindo, apagando tudo. Quem não diligencie prescutar através dêle a névoa de uma idea ou de um facto que a todos um dia se patenteou, dominando os espíritos e prendendo as atenções, nada já pressente nem suspeita. Ali por onde corre o Atêrro da Bôa-Vista e depois do Atêrro, os çais e as docas, tudo terra batida e calçada, cortada dos *rails* dos eléctricos e do Caminho de Ferro, povoada de armazéns, barracas e oficinas cobertas de telha marselhesa, de um vermelho irritante, e oiriçadas de cha-

minés empenachadas de fumo negro, sítio bulhento, movimentado, formigante do gentio da descarga, varinas e operários, vão lá agora fantasiar a praia quinhentista da marinha olissiponense onde aproavam as barcas de Almada, coroada ao alto, sôbre o cómoro verdejante de Santos, do vetusto palácio real ròto de varandins de pedra e de terraços floridos.

Puro arrabalde alfacinhá que se enfileirava, para o ocidente, ao «outeiro da Bôa Vista», em cujos *poiais*, na cumeada do *Congro* que vinha de Santa Catarina e das Chagas (então um só monte partido em dois, nos últimos anos do século, por um desnivelamento de terrenos), os marinheiros investigavam o rio, êste sítio de Santos, onde o *marco* pôsto por D. João II limitava o tráfico marítimo, aquém do qual velejavam e encalhavam os barcos ribeirinhos, como diz Fernão Lopes, devia oferecer a quem o topava de frente, vindo da «banda de Além», um espectáculo totalmente diverso do actual.

À ilharga ficava-lhe já o casario basto, agrupado à roda da velha quinta da Sizana, onde então era o mosteiro da Esperança, entre o verde bucólico das hortas e quintas, e o palácio dos Aveiros que se destacava sôbre o «outeiro do Melo», atrás do qual corria a *Madragoa* dos mareantes e o *Mocambo* dos negros. Depois outras hortas, a das donas de São Tiago ao pé do Templo, a dos Césares mais adiante. Em baixo, rés da praia, o mercado do carvão, mandado ali fazer pelo rei-venturoso em 1546. Para a banda da barra, a Varanda Verde e a Pampulha, os Moínhos de Alcântara e as Saboarias, esmaltadas no fundo verde e refrescante da secular Orta-Navia. Ani-

me-se o quadro agora com a nota viva da população marginal de mareantes e pilotos, de alemães e flamengos que êsse bairro apartado tinham escolhido, de pescadores e de negros, de familiares do paço arrabaldino e de devotos e romeiros à capela dos Santos-Mártires, e figura-se a animação e o pitoresco que êle teria para os nossos olhos despoetizados.

Era nesta praia de Santos para onde caía a barroca do antigo templo que os lisboetas procuravam em cada primeiro de Outubro as pedras e seixos assinalados em cruz com as pintas de sangue de São Veríssimo, Santa Máxima e Santa Júlia. Inútil será agora buscá-las, não porque as pedras e os seixos lá não estejam ainda, mas porque não existe já a fé que era a pintora dos prodigiosos sinais. De-balde investigareis — lisboetas de hoje! — o solo empedrado da «rampa de Santos» ou do «Atêrro» onde os corpos dos Mártires rejeitados por Neptuno foram entregues a Cibele no ano 307 da era cristã. Pois ainda no século XVII lá se viam à babugem da água e entremeando os calhaus do empedramento dos bairros vizinhos desde a Varanda Verde à Cruz da Esperança. O autor da *História Tripartita* refere-o minuciosa e convictamente, citando o imaginoso capitão Luís Marinho de Azevedo e outros autores. Coelho Gasco cita-o igualmente.

Segundo Frei Agostinho de Santa Maria, na manhã do 1.º de Outubro, *dia em que os Sanctos Martyres acabarão o seu triunfo & voaram para o Ceo*, iam os moradores de Lisboa descobrir na praia estas pedras, *que são ordinariamente pequenas & tamanhas como hua nós.* Eram de três castas. Umas assinalavam-se *com hua cruz & com pingas*

*de sangue*. Outras tinham a cruz *como malta ou estrella; outras em forma de coração, & algumas como peytos.* Os alfacinhas, feita a colheita miraculosa, raspavam-nas e faziam com elas bebidas milagrosas para a cura de sezões, ou enfiavam-nas para as trazer ao pescoço e os livrarem dos espíritos malignos.

Êsses prodigiosos sinais sanguíneos não só apareciam nos seixos ribeirinhos. Em quási tôdas as hortas e quintas daquêle subúrbio, mormente na cêrca e jardim do antigo mosteiro, depois paço real e mais tarde palácio dos Condes de Vila Nova e Marqueses de Abrantes, os marmelos, as pêras e as uvas criavam-se com as mesmas cruzes vermelhas do sangue dos Santos martirizados.

De-balde também procurei nesses frutos qualquer vestígio do martírio dos três cristãos filhos de um senador de Roma. Os figos que se criam na horta da Legação de França são daquêle verde uniforme e baço de todos os figos; as nêsperas são doiradas e manchadas de sépia como as nêsperas que se dão nos caixotes das sacadas do Bairro-Alto. A devoção simples e sincera dos olissiponenses é que os crucificava de gotas de sangue.

Do antigo templo e mosteiro como da vetustíssima capela da Lisboa goda, dedicada aos Santos no local da sua sepultura, já nada existe. Visitei a moderna igreja paroquial construída sôbre as ruínas da outra e apenas se me depararam, como lembranças de tão recuado episódio da fé cristã, as imagens dos três Mártires no trono do altar-mor e um retábulo tôsco de madeira, pendurado, na face do arco triunfal, sob uma caixa de esmolas para a sua lâmpada, naturalmente vasia de óbulos devotos. Na

capela do palácio Abrantes não há também nenhum vestígio digno de nota. Dos cinco painéis de azulejos, certamente polícromos, que se esmaltavam no revestimento cerâmico (século XVII) da curiosa sacristia, existe tão-sòmente o lugar. De há muito desapareceram. Era possível que aludissem ao martírio de São Veríssimo, Santa Máxima e Santa Júlia. Os jardins da Legação que visitei gentilmente acompanhado de Mr. Pralon, ilustre Ministro de França (1), nada conservam da sua antiga feição, salvo o resto de duas fontes abobadadas, decoradas de azulejos seiscentistas. Da antiqüíssima capela ovada, onde se ia tirar a terra da sepultura dos Mártires, recolhida sob a outra capela do adro do templo, nem sombra. Coelho Gasco, se cá voltasse, não poderia reconhecer o local.

De tôda esta tragédia cristã do século IV nada mais ficou do que o nome de *Santos-o-Velho*, que tôda a gente diz e nomeia sem ligar a menor idea ao seu significado.

O Tempo é implacável! Como é possível pensar em Diocleciano e em Tarqüínio, em Mártires e em milagres, ao passar, còmodamente, num automóvel, defronte da *Central Eléctrica*, pela rua de Vinte e Quatro de Julho?

---

(1) Visita realizada em 3 de Agôsto do ano corrente.

# OS SINOS DE D. JOÃO V

OM João V, zunindo-lhe ainda nos ouvidos a última perlenga do Cardial da Mota, aconchegou-se na cama larga de lâmina de prata, esteve por um instante correndo os florões do tecto entalhado da câmara cujas sombras a luz da lâmpada fazia deslocar a cada passo, as pálpebras começaram a pesar-lhe, e, depois de um leve distender do braço cheio sôbre o travesseiro de olandilha, acabou por fechar os olhos.

Defronte da imagem devota a lâmpada continuava a arder. Lá fora extinguia-se o rumor dos passos do derradeiro familiar que assistira ao desenroupar do soberano, que lhe dobrara a camisa de França e lhe pousara a cabeleira de cachos no manequim de pau-santo acantoado sôbre uma credência doirada. D. João V naquêle meio torpôr que antecede a primeira carícia de Morfeu, em que os pensamentos se ennevôam e correm lentos, pôs-se a rememorar o seu dia balanceando os pecadilhos com as boas obras. Dera uma bôlsa bem recheada a um convento de Capuchos, assistira à procissão da irmandade dos Passos da janela grande dos Estaus onde morava o Cardial da Cunha, visitara a igreja de São Bento dos

Lóios, assistira na Real Capela à ordenação de dois eclesiásticos, falara à tarde com o P.e Jofreu sôbre as festas da canonização de S. Vicente de Paulo e com dois franciscanos da Piedade sôbre a beatificação de D. Afonso Henriques, lera dois sermões de Frei Şimão da Graça, prègados em Goa, e vários memoriais, recebera João Jacques que lhe trouxera notícias frescas de Odivelas e acabara por aturar o sermão profano do Cardial da Mota.

Fôra muito, muito. As ideas entraram de obscurecer-se mais. Já a murça vermelha de D. João da Mota e Silva envolvia os buréis dos fradinhos e a sombra veneranda de S. Vicente de Paulo se misturava com o milagre de Ourique. Veio ainda um sorriso de fêmea picante colorir de rosa o resto da visão interior. Das comissuras dos beiços régios soltou-se outro sorriso. Um segundo durou apenas. D. João V adormecera.

Então a fantasmagoria interior entrou a apossar-se dêle. Sem o domínio da vontade, as ideas, em liberdade inteira, invadiram-lhe o cérebro atropelando-se, lutando, substituindo-se. Agora era a nave ardente de lumes da Capela Real a meio da qual entre o salmear de monjas se levantava uma eça doirada com um esquife de balaústres, ao alto, através dos quais se divisava o vulto de uma freira bernarda. O corpo real teve um estremeção de pavor, mas logo o scenário se transmudava e era uma nau que entrava o rio carregada de solfas de Itália e de caixões com músicos para o teatro da Ajuda e para o côro da Patriarcal. E os músicos saíam sòzinhos das caixas de pinho de Flandres e caminhavam em romaria devota a N. S.a dos Prazeres que estava ali na sua câmara

ao colo de Frei Gaspar da Encarnação. O sonho continuava. O reposteiro vermelho de melânia de sêda bordado com as quinas reais descerrava-se como por encanto. Uma figura estranha soltando-se das ombreiras da porta a que parecia pregada caminhou até o leito real. Era Aarão — o Sumo Sacerdote — com a sua larga toga debruada de campaínhas vibrantes. D. João V reconheceu-o logo. De outra porta nova figura, mitrada de oiro e pedrarias, surge também. E o rei adivinhou nela S. Paulino (Pontius Meropius Anicius), Bispo de Nola, o prelado que mandara fundir a primeira campaínha de bronze e a utilizara para chamar os fiéis naquela linda terra de Campânia. Já o leito real desaparecia entre a multidão dos sacerdotes gentílicos porque outras e outras figuras penetraram na câmara real destacando-se das paredes e tomando vulto. Eram os de Cibele e Proserpina agitando tintinábulos cujo som argentino ecoava sôbre o ruído surdo das matracas cristãs, batidas pelos prosélitos de Cristo para acordar no espírito dos pagãos a idea de Deus; eram atenienses pobres badalando lùgubremente a implorar a caridade, com as suas campanas de bronze; era emfim tôda a ronda pagã dos que sonoramente exerciam os velhos cultos do gentilismo.

O célebre sino de Velilha que por si mesmo soava, por terem entrado na sua fundição alguns dos trinta dinheiros da compra de Cristo, penetrara também na câmara. Depois viera o de Çamora, a que se atribuía a mesma origem cristã, e a seguir o do palácio china de Nanquim, alto como dois homens; e todos se puseram a badalar em roda do soberano.

D. João V deliciava-se naquêle sonho evocador, e o quarto já todo êle era uma confusa máquina de sinos, badalos, martelos e arames, como um andar das tôrres da Basílica de Mafra, cortado de traves chapeadas de ferro e de chumbo. Dois ou três estremecimentos agitaram o corpo do monarca e ao dissipar-se a visão como um fumo de incenso o seu rosto todo se iluminou numa beatífica expressão. Quando ao alvorecer do dia abriu os olhos despertado pelo sino da Sé, que desde D. Fernando I mandava deitar e levantar os lisboetas, a idea da fundação das tôrres da Santa Igreja Patriarcal onde se balouçasse um arqui-sino que sobrelevasse todos os que até aí existiam, em grandeza e consonância, fixou-se-lhe definitivamente no cérebro.

*
* *

Foi de ver então a diligência, o zêlo e o empenho com que o quinto João penetrou na essência dos Formulários e dos Métodos das mais célebres catedrais da Cristandade, e compôs o «Sistema artístico e scientífico da regulação dos Sinos» a que haviam de subordinar-se todos os templos da cidade. Irritava-o a desarmonia dos sinos da Sé, o abuso dos Regulares e das religiões mendicantes com a infracção da bula extravagante de João XXII que limitava ao uso de um sino o chamamento aos ofícios do côro. Era mister disciplinar a milícia religiosa no uso regrado das vozes dos sinos. O rei arrepelava-se e indignava-se quando atroavam a cidade as tarantanas e repiques disso-

nantes e impróprios. Havia que restaurar-se a pompa e o brilho da igreja lusitana, ensinando o Método e explicando a divisão dos ritos para a distribuïção dos sinos, fazer-se um calendário próprio com a menção de tôdas as festas, ritos, férias, sinais fúnebres, missas, etc., instruírem-se acólitos para o despertar das sinetas, formar-se um corpo sólido e exacto de doutrina para ser rigorosamente observado, e erguer-se, por fim, como orientador e regulador, como padrão e exemplo, um grande sino, um sino maravilhoso, um sino único, numa tôrre que fôsse uma nova Sion, uma imagem da côrte celestial, onde pelejando com o comum inimigo se procurasse ganhar a bem-aventurança.

D. João V, obcecado com esta idea, todo a ela se dedicou então. A velha Tôrre do Relójio foi a primeira que lhe atraíu os olhos. Um autor coevo descreve-a assim:

*E como temos ditto ser esta torre de quatro faces se pegava á da parte do oriente, huma galaria que vinha deduzida da galaria principal q̃ ficava extendida toda para a mesma parte Oriental fazendo cara e correnteza com a grande praça chamada o terreiro do passo. Esta galaria q̃ dissemos vir deduzida ou nacida da outra principal, vinha a arrematar-se com aquella face da torre a que se vinha unir como dissemos, e por essa causa vinha a prolongar-se por todo o comprimento de huma rua q̃ era cercada toda em quadro com as mais galarias do mesmo palacio, vindo a ficar a torre em o nivel com a d.ª galaria, á superficie da rua da parte do mar ou do sul. E como temos ditto q̃ a face da torre da p.te Orien-*

*tal se pegava ao palacio, segue-se que a face da p.te do Norte, q̃ he a que fazia frente e superficie á rua; entaõ a facia da p.te do Occidente estava desembaraçada, servindo de angulo ou humbral ao largo, q̃ dava entrada para a Ribeira das naos, e a face, q̃ resta he a da p.te do Sul era adjacente ao palacio, e para esta tinha a serventia.*

Não se pode dizer que seja muito explícita a descrição, mas é a que há, e não conheço outra.

Quanto à sua arquitectura, era singelíssima. Dividia-se em dois corpos, formado o primeiro por um soco de cantaria áspera sôbre o qual assentava a tôrre de alvenaria com cunhais de pedra trabalhada a picão. Nas faces do Oriente e do Norte abriam-se-lhe duas janelas arqueadas com mostradores. Numa estava o sino das horas e na outra o dos quartos. Por cima das sineiras corria um friso. O tecto era de abóbada e rematava-se exteriormente num eirado raso guarnecido de uma balaüstrada. A tôrre corria, em altura, com os telhados do palácio.

D. João V olhando-a achou-a mesquinha, embora a antigüidade a tornasse venerável. Não o moveu a conservá-la o referirem-lhe a anedota que Supico de Morais arquivou na sua *Colecção de Apótegmas Memoraveis.*

D. João III observara que o relójio do paço andava mentiroso, atrasando-se e adiantando-se com freqüência. Logo um cortesão acudiu à reflexão régia, dizendo:

— Ponha-o V. M. longe do Paço se quiser que êle fale verdade.

Era preciso reformar aquilo tudo em harmonia com a

pompa da Capela Real. E vá logo de chamar António Canevari, o famoso arquitecto.

Foi o italiano observar a tôrre, examinar-lhe os fundamentos e estudar-lhe a ampliação, e não muitos dias depois estava feito o risco e começava-se a obra, embora com lentidão, porquanto havia de esperar-se que os sinos se fundissem. O pedestal de cunhais rombos, todo de pedra polida, ergueu-se sôbre os antigos fundamentos, sobressaindo aos telhados do palácio. O prospecto da antiga tôrre conservou-se. Apenas as sineiras arqueadas se transformaram em janelas áulicas. A peanha, a bandeira e a cruz que encimavam a cúpula eram de bronze; o globo era de madeira forrado do mesmo bronze, com três palmos e meio de diâmetro e onze de circunferência. De pedra negra, com dois palmos e meio, eram as letras romanas do mostrador do relójio. Os ponteiros eram de ferro.

Os sinos, porém, era o que mais preocupava o soberano. A oficina do Campo de S.ta Clara onde se estavam fundindo viu muita vez D. João V transpor a sua porta, na ânsia devota de acompanhar o piedoso trabalho. Nicolau Levache, que êle mandara vir dos Países-Baixos por lhe ter sido notificada a sua perícia de fundidor, dirigia afadigadamente a construção de quatro sonoras cúpulas de bronze, três das quais se destinavam para a tôrre edificada por Canevari. O rei não cansava de recomendar-lhe para que a justeza dos tons fôsse perfeita, muito embora soubesse ser essa a especialidade artística do fundidor. O segrêdo da liga para a maravilhosa sonoridade dos sinos tinha-o êle como ninguém.

Finalmente certo dia chegou ao paço a notícia da conclusão da obra. O Régio Fundador esvaíu-se em gôzo místico: — que viessem, que viessem já.

Mas alguém lhe obtemperaria de certo o alvorôço e o tumulto que isso iria causar. O que não faria o populacho quando desse pela gloriosa viagem dos sinos de Santa Clara para o paço! Nada, o melhor era fazer-se o transporte de noite.

E assim foi. Vinha também, com os sinos do relójio, o monstruoso arqui-sino fundido igualmente pelo Levache. A condução, feita depois de ter soado o *sino de colher*, passou quási despercebida. Fizera-se disso segrêdo de Estado. D. João V a uma janela do Paço aguardava a solene chegada das carrêtas. Afinal, tôdas as cautelas resultaram inúteis. O homem põe e Deus dispõe.

Quando a carrêta com o sino grande das 600 arrobas passava em direcção à tôrre por cima do cano grande do Terreiro do Paço, a abóbada da cloaca aluíu com o desmesurado pêso, e sino e carrêta ficaram encravados sem haver fôrça que dali os tirasse.

Quando o dia 19 de Dezembro de 1734 rompeu, rompeu-se também o segrêdo. Daí a pouco tôda a cidade sabia do sensacional acontecimento. O Terreiro do Paço encheu-se de gente pasmada! Aquelas 630 arrobas de bronze esmagaram de admiração e de contentamento o povo da capital.

Grande rei era D. João V!

A *Tôrre do Relójio* antes do Terremoto

*
* *

Antes do Natal deveriam ser sagrados. Era êste o grande empenho do soberano. O beneficiado José Jorge, lugar-tenente de El-Rei nesta matéria de Sinos, multiplicava-se em preparar a soleníssima função. O largo da Campaínha, onde os três sinos se encontravam junto à tôrre, foi estradeado e coberto de alcatifas. Fêz-se uma arrumação com panos de rás e tapeçarias de damasco, prepararam-se credências de prata sôbredoiradas e os sinos suspenderam-se em grossas vigas para poderem soar depois de recebida a bênção.

A ceremónia realizou-se antes da véspera do Natal. As janelas do Paço que davam para a *Campaínha* encheram-se das grandes figuras da côrte. Foi o patriarca D. Tomás de Almeida quem sagrou os três prodígios de bronze saídos da oficina de Nicolau Levache.

No dia seguinte procedeu-se à operação de se içarem até à tôrre. Foram momentos de susto. Primeiro guindou-se o sino dos quartos, depois o das meias horas e finalmente o das horas. Lá em cima braços e varões de ferro encravavam-se nas paredes, cunhais e sobrearcos das janelas. Canevari e Levache presidiam a todo o complicado trabalho, ficando os sinos suspensos a meio e eqüidistantes das ventanas para que de tôda a parte se vissem e o som se distribuísse igualmente. Puseram-lhes depois os badalos para os repiques e os martelos para as horas.

Tudo correu com inteira felicidade. D. João V nessa noite, depois de tantos cuidados e preocupações, pôde finalmente dormir descansado.

*
* *

O P.e António Rodrigues Lages, no seu manuscrito *Altissonancia Sacra Restaurada* que aqui tenho à minha frente (1), descreve miùdamente estes sinos. O das horas

---

(1) Altissonancia Sacra Restaurada / E Relação armonica do Methodo e Re/gulaçam com que as vozes dos Sinos das duas / Famosas Torres do Relogio, e Ordinaria, regi/am o governo, e Funcçoens constituidas em a S. / IGREJA PATRIARCHAL / *Lisbonense* / Obra curiosa, e não menos necessaria para com / a promissam do tempo, se restituir o primitivo, e mais / acertado Regulamento. Trata-se em Particular dos Sinos / do Relogio, no Systhema em preconizar as Horas; sua for/ma de repicar em as Funcçoens Eclesiasticas, e Urbanas. / Do mesmo modo se descreve toda a instrução theorica, e nes/essaria para a modulaçam dos mesmos Sinos Ordinarios, e / praticamente insinuada em dois Diarios annuaes, hum do / anno de 1750, e outro de 1751. Dase noticia no progresso da / Obra, de algumas antiguidades, Reformas e Alteraçoens ha/vidas sobre o ditto Methodo. / *Dedicada* / Ao M. R. S. Victorino Carlos Martins / Dignissimo Beneficiado, e M.e de Ceremonias / da Mesma S. I. P. L. Por seu author / O R. P. Antonio Rodrigues Lages. Escrita em o / anno de 1769.

Oitavo de 25 fls. inumeradas seguidas de 407 numeradas, escrito em boa letra do século XVIII. Na última página tem a seguinte nota, de letra diferente:

«Este livro manu escrito foi dedicado e offerecido pelo Mestre de Ceremonias Antonio Rodrigues Lage, ao Beneficiado Victorino Carlos Martins de Brito, e por sua morte nos Herdeiros e Sobrinhos o entre-

tinha mais de nove palmos de altura, sete de bôca, cinco ao meio do bôjo, e pesava quatrocentas arrobas. Ornamentavam-no quatro círculos com letras do tamanho de três dedos, formando preces, uma legenda da era em que fôra feito, uma cruz, com calvário, floreada, e um escudo das armas reais. Até à montagem do arqui-sino da Tôrre Patriarcal teve a proeminência entre todos os sinos da cidade. O das meias horas pesava duzentas arrobas e teria sete palmos de alto. Igualavam-no na grandeza o sino grande da Sé e ainda outros. O dos quartos teria seis palmos e pesava cento e vinte arrobas. Com êle, em tamanho, podiam equiparar-se o da Graça, o do Colégio de S.to Antão e outros.

Quanto às suas vozes, eram *belissimas, pomposas e harmonicas e compostas pelos signos da solfa para produzir o efeito da boa harmonia*, diz o entusiasmado padre Lages. Nos repiques, então, eram um assombro. As vozes *ressonantes e estrondozas* faziam-se também *triunfais, agradaveis e cheias de jubilo.* O primeiro dizia em *dó*, o segundo em *mi*, o terceiro em *sol*. Êste não fixava muito bem a nota, mas D. João V, que era exigentíssimo nêstes assuntos, desculpou a falha com a idea de que o tempo a melhoraria.

---

garão ao P.e Thesoureiro Mateus Simoens para da sua parte o offerecer á Ex.ma Congregação Camararia q̃ pelo mesmo thesoureiro o fez remunerar aos Sobrinhos do dito Benefdo e resolveo q̃ com outros tãobem importantes separados dos mais papeis se guardasem na Secretaria da Repartição da Igreja p.a se não entregar a pessoa algũa, sem ordem do Tribunal, e sem passar recibo qm o receber para haver de se conservar manu escrito. Lixa 24 de Outubro de 1776».

A voz do sino das horas era encorpada, festiva e canora; a do segundo sino era alta, jocunda, ressonante. O P.e José Jorge, entendidíssimo em solfa, estimava-a pela melhor de todos os sinos conhecidos. A do sino dos quartos era alta, clara e suave. Faltava-lhe um pouco de vigor. O desgôsto com que o padre Lages refere esta deficiência chega a mover as lágrimas.

*
* *

O método e uso de preconizar as horas era tão cheio de preocupadas complicações, de tão enredados e litúrgicos pormenores, que nem todos o podem cabalmente entender. O autor do manuscrito explica-o, figuradamente, por círculos de três tamanhos, numerados, e por pontinhos que significam os espaços de martelada a martelada marcados em minutos, referindo-se cada círculo e cada número a seu sino. Era o mesmo método do carrilhão de Mafra e do do Convento das Necessidades. Para marcar as quatro horas, batia primeiro o sino dos quartos, depois o das meias horas, depois outra vez o dos quartos, ainda outra vez o das meias horas e, finalmente, quatro vezes, o sino das horas. Era assim que em 1740 se marcava o tempo no Terreiro do Paço. Um mestre relojoeiro, fartamente estipendiado, dava corda, limpava e tratava o relójio. Apenas no tríduo da Semana Santa guardava um respeitoso silêncio, desde o repique de quinta-feira à aleluia de sábado. Fora disso não se lhe emmudecia a voz, fôsse de noite ou de dia, alargando-se por aí fora até a Outra

Banda, para o sul, e até Campolide para o norte. O P.e Lages exageradamente refere que em muitas terras do Alentejo se ouviam os sinos do relójio, dominando os ventos marítimos e todos os ruídos da terra.

Êste *interprete do Sol*, do alto da sua *torre circunspecta* — que encomiástica ingenuïdade de frases! — prestou à cidade um alto serviço. Por êle se regulavam coros e colegiadas (Mártires, São Julião, Conceição dos Freires e Conceição Nova), embarcadiços e navegantes do Tejo, os Tribunais, Juntas e Mesas, a Alfândega, o Terreiro, o Açougue, a Casa da Índia, e Armazéns, que se acomodavam em derredor, o comércio que fervilhava na cidade baixa, o Palácio do Corpo Santo e o da Casa de Bragança, tôda a multidão de mercadores, tratantes e cambadores que se acotovelavam no Terreiro e na Ribeira, agenciando a vida.

Os frades, querendo louvaminhar a soberano com dar-lhe o gôsto de ver imitada a sua obra, entraram de construir relójios para as suas clausuras. Pouco tempo depois já se contavam em Lisboa vinte relójios. Dêstes os principais, por terem sinos grandes e sonorosos, foram o relójio da Sé, o de S. Vicente de Fora, o da Graça, o de S.to Antão e o dos padres Lóios, que com ser pequeno era ouvido muito, por soar de alto.

D. João V melhorou consideràvelmente o da Sé. Foi em 1741. Ficou sendo então o segundo da capital. Nem o rei admitiria que qualquer conventículo lhe passasse por cima. Deu-lhe dois sinos para as horas e para os quartos, mandando pôr na tôrre do sul dois mostradores, um virado para o ocidente e outro para a Ribeira. O que o soberano

não conseguiu foi regular-lhe o som do velho sino das horas, que nunca conseguiu tomar tom e cuja voz inconstante e trémula apenas podia ombrear com a do sino de S. Francisco da Cidade, tão extravagante no som, que D. João V se arripiava todo quando o ouvia.

Ao relójio da Sé, porém, no seu lugar secundário, impunha-se-lhe um dever: andar atrasado!

Poderia o leitor cogitar largo tempo sôbre o motivo desta imposição que não atinaria com êle. Pois eu lha digo. Era para que ficasse ao relógio da Tôrre Real a primacia em marcar o tempo, e por isso, só quatro minutos depois é que badalavam as horas na Basílica de S.ta Maria. Não, que podia melindrar-se o sino das quatrocentas arrobas!

É encantador êste pormenor.

*
* *

O P.e António Rodrigues Lages sôbre *repiques* destila toneladas de sciência infusa capazes de atordoar um mestre de solfa. Custa crer como sôbre êste insignificante e reduzido assunto pode escrever-se tanto. O repique adquire o vulto compacto de um sistema filosófico. Primeiro que se entre no entendimento do que são o *exórdio*, o *remate* e o *corpo do repique*, o *repique formal* e o *preâmbulo*, sua-se as estopinhas. Desisto de inteirar o leitor dessa maravilhosa máquina de erudição opada, por não estar a altura de avaliar a felicidade com que o povo de Lisboa ouvia essa admirável consonância. A *ternura saüdosa e*

*contemplativa* que os repiques inspiravam aos alfacinhas escapa à minha percepção. A primeira vez que os badalos dos sinos da Tôrre do Relójio colaboraram na festa do Corpo de Deus, foi tal o *júbilo*, o *triunfo* e o *gáudio espiritual*, que os de Lisboa julgaram estar ouvindo o próprio Santo Agostinho, tal era a devoção e o influxo de harmonia que lhes penetrou nas almas e nos ouvidos.

Os sinos do relójio não dobravam nem faziam sinais de alarme. Era-lhes defeso. Apenas uma vez deram sinal de fogo; foi na madrugada do Natal de 1745, quando se incendiou uma das galerias do Paço da Ribeira, contígua à sua tôrre, que servia de quartos à Raínha e infantes. Como soou o sino ninguém o soube. O certo é que ao desusado e estranho sinal tudo acorreu a prestar socorros ao palácio, entendendo que noutro ponto não poderia ser o incêndio.

Em Agôsto de 1742, conforme noticia o *Folheto de Lisboa*, numa quinta-feira, das 11 para a meia-noite, ouviram-se também três badaladas no sino do Relójio. No Paço foi um alvorôço. O que seria! o que não seria! Correu-se à tôrre... e nada. Nem sinal de gente; nem sombra de fantasmas.

Como se não podia explicar o sucesso com o burro que em tempo de D. João IV foi roer na corda da campaínha do Paço fazendo-a tocar como solicitando uma régia audiência, ficaram as badaladas à conta de milagre.

Se o leitor quisesse inteirar-se de como e quando repicavam os três sinos desta tôrre, teria de dispor de largos e calmos dias e consagrá-los inteirinhos a essa aprendizagem. Só o saber destrinçar as Festas Máximas, as Ex-

traordinárias e as Ordinárias seria negócio de monta. Depois o saber-se o formulário para as Acções de Graças, Eleições de Pontífices, Entradas Triunfais, Baptizados, Nascimentos e Casamentos Reais, Noites de Luminárias, Procissões, Entradas Públicas, Festas de Aclamações, exigiria uma subtil organização cerebral e uma prodigiosa memória.

Os sineiros e os oficiais de repiques tinham uma tão complicada rêde de obrigações a cumprir, que não sei como se não emmaranhavam e enforcavam nela. Só o perigo de se confundirem as badaladas com as da tôrre da Capela Real, não guardando os espaços do Formulário Régio, devia de gelá-los de mêdo. Qualquer êrro, qualquer inadvertência era o mesmo que maguar D. João V. O rei sofria se os seus ouvidos eram feridos de uma badalada dissonante.

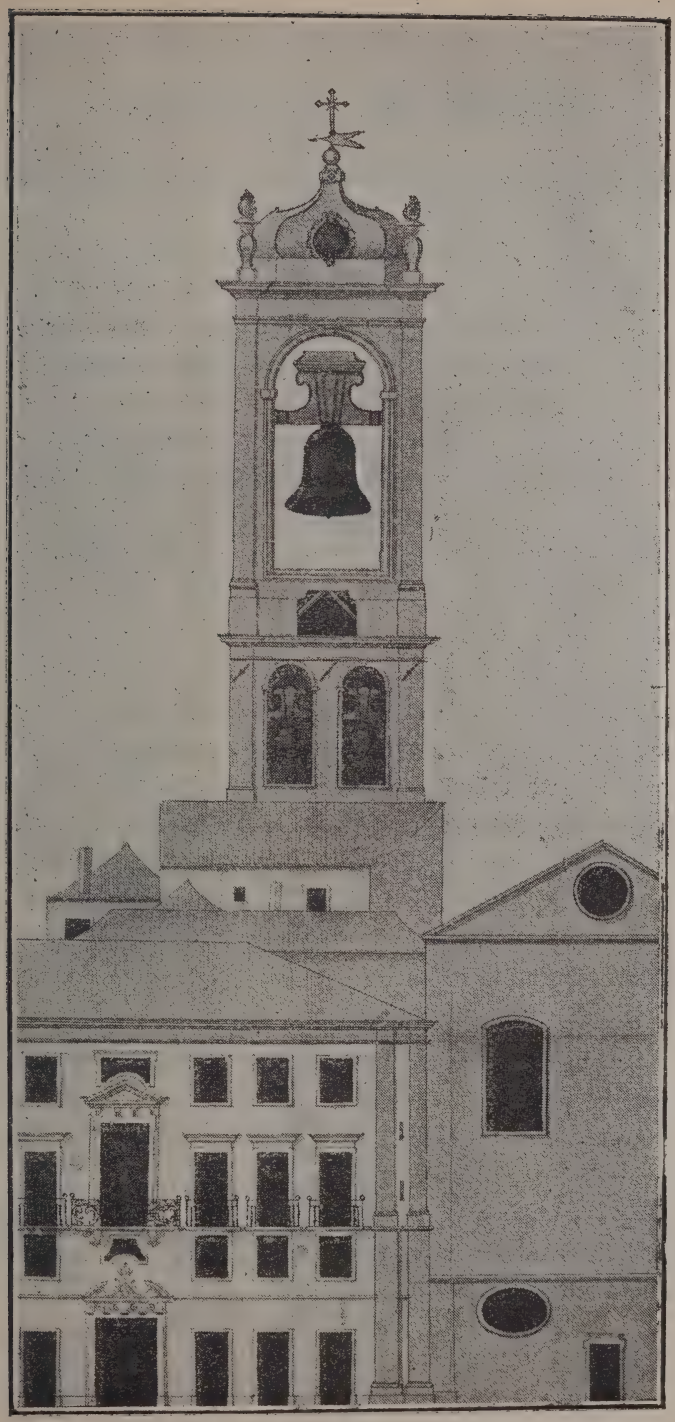
A tôrre do relójio não durou muito; veio a acabar *como a mais curta vida dum homem o que parecia o gigante das idades*, diz o padre Rodrigues Lages referindo-se ao quinto João. No primeiro de Novembro de 1755 aluíu-se, desaprumou-se, desconjuntou-se. O relójio parou nas nove horas e três quartos que foi a hora do abalo. O incêndio que se ateou no Palácio meteu-a dentro de um braseiro que lhe crestou e estalou as cantarias. Depois demoliram-na, apeando primeiro os sinos que tinham ficado ilesos.

D. João V acabara em 1750; a tôrre sobreviveu-lhe apenas cinco anos, *que athe os seus edificios quizerão pouco depois perecer com Elle.*

*
* *

A outra tôrre que fôra da simples Capela Real, depois da Patriarcal e seguidamente da Universal Diocese, Primaz de todo o Reino, ficava na parte posterior do templo junto à Capela-Mor, da parte da Epístola. Sob ela, no vão dos quatro arcos que a sustentavam, acomodava-se a capela da Sacra Família, cujas lâmpadas suspensas da abóbada tremiam quando dobrava o arqui-sino. Era a tôrre tôda de pedra, sem obra de alvenaria, com quatro faces iguais. Por cima dos arcos ficava a cimalha sacada do tecto de abóbada que rematava por um eirado raso guarnecido por uma balaüstrada circular de ferro. Tinha oito ventanas para os sinos, fortalecidas com linhas e braços de ferro. A arquitectura singelíssima era de ordem toscana. Como a do Relójio não ultrapassava a linha dos telhados do Paço. Como se fez para aquela, acrescentou-se esta servindo a parte existente de fundamento para a nova construção, que ficou sobressaindo a todo o edifício da igreja e palácio real.

Canevari, o arquitecto, formadas que foram as trincheiras de tabuado postas ao redor, principiou a obra que durou apenas seis meses, concluindo se nas ante-vésperas do Corpo de Deus do ano de 1744. A nova construção sotopôs-se à primeira, erguendo-se primeiro um pedestal e depois, sôbre êle, o quádruplo arco em cujo vão se admiraria o célebre sino por qualquer das quatro faces, coroado por cúpula octogonal em cujas quatro faces maiores se



A *Tôrre da Capela Real* antes do Terremoto

rompia um óculo. A reprodução de um desenho original dispensa mais minuciosa descripção.

Na tôrre antiga existiam oito sinos e uma sineta que era o sino-aviso — a *Garrida* — despertador das vozes dos outros, acomodando-se os sete primeiros, um em cada arco de sineira e o último, com a *Garrida*, no oitavo arco.

Na face do Norte que dava para a rua Nova do Almada, ficavam os dois maiores; na face do Sul, o terceiro, o mais pequeno e a sineta; para o Oriente, o quarto e o quinto; e para o lado de S. Francisco, o sino dedicado a S. Paulino de Nola e outro. O que era então o quarto sino, ao tempo da Capela Real figurava como o maior dos cinco que apenas existiam. A voz do primeiro soava em *dó*, a do segundo em *ré*, a do terceiro em *mi*, a do quarto em *fá*, a do quinto em *sol*, a do sexto em *ré*, a do sétimo em *mi*, e a do oitavo em *fá*. As vozes iam diminuindo na proporção dos seus corpos. Os pesos eram, respectivamente, de cento e cinqüenta e duas arrobas, cento e dez, oitenta e sete, setenta e sete, trinta e cinco, vinte e nove, vinte e cinco, e vinte e duas. A *Garrida* pesava só duas arrobas. Era uma criança.

O maior havia sido fabricado por Nicolau Levache e os outros tinham vindo de oficinas de cotação como a dos Palavras, célebres fundidores lisboetas, ou a do Luís Gomes de Oliveira onde se fundira a *cabra* da Sé (1).

---

(1) Sousa Viterbo e Ascenção Valdez, dois eruditos, êste felizmente ainda vivo, estudaram particularmente êste assunto de fundidores de sinos e de artilharia, o primeiro na «Revista Militar» em

O primeiro e o terceiro eram dedicados à Virgem N.ª Senhora e o sétimo a S. Paulino, vendo-se nêle esculpida a imagem do bispo de Nola. Foi êste um dos que se quebraram quando em 1755 caíram com a tôrre. O tratamento desta máquina de sonoridades litúrgicas era trabalho de responsabilidade. Havia que embrear as porcas das suspensões, cobrindo, prèviamente, de encerados os bojos dos sinos para que se não conspurcassem de sujidades, azeitar as juntas, lavar com esponja e água os relevos das cruzes, armas e legendas, olear os varões de ferro, cobrir de tinta os madeiramentos, brunir fechos e substituir arames e cordas. Preconizando estes cuidados, esta higiene

---

1901 e o segundo no «Boletim» da Associação dos Arqueólogos, em 1910–1911, sob o título de *Campanarios em Portugal.*

Neste trabalho de Ascenção Valdez se vê que alguns dos sinos da Sé eram da autoria de Levache, como o grande da tôrre do Norte e outro menor, feitos ambos em 1736. A *cabra* fôra feita na fundição do Oliveira (Luís Gomes de Oliveira) em 1732.

Pedro Roiz Palavra fêz, em 1723, um sino que está na igreja dos Paulistas. Em 1735, um filho dêste, Máximo Rodrigues Palavra, requeria o privilégio de Fundidor do Conselho Ultramarino, e ainda aparecem, como fundidores, mais dois sujeitos dêste apelido, João Rodrigues Palavra, filho de Luís Rodrigues Palavra, e Joaquim Rodrigues Palavra, filho de João Rodrigues Palavra.

Em 1793 aparece outro Levache (I. Levache) como autor dos sinos da igreja da Encarnação, feitos de sociedade com João Craveiro e com o conhecido fundidor Faustino Alves Guerra, e em 1788, 1789 e 1790, como fundidor, com o mesmo Craveiro, de três sinos para o templo de N.ª S.ª da Graça, para onde ainda fabricou outro, da sua exclusiva autoria, no primeiro daquêles anos.

Devia de ser filho ou neto do Nicolau Levache mandado vir dos Países-Baixos por D. João V.

dos sinos, diz o padre Rodrigues Lages *que o som de todo o instrumento está que depois de ferido com o impulso do tangente, o ar trémulo coopera para o ditto som, ou o aprehende das partes trémulas do mesmo corpo instrumental; e impellido este com causa, que impede o movimento tremulo eficiente com o ar, precisamente impede a voz, e sendo instrumento forte, mais depressa rebenta; prova-se com as cordas dos instrumentos deste espece q̃ abafando-se a sua tremulação impede a voz e pode ter perigo; muito mais dos instrumentos fortes que estalam e rebentam à maneira de espingarda ou pessa de artilharia...*

Não se pode dizer que êste clérigo fôsse ignorante de todo. O que é curiosa é a forma de expressar-se na sua teoria das ondas sonoras represadas, fazendo estoirar os sinos, como se êles respirassem o som, e a falta de limpeza lho impedisse, rebentando-os por sufocação.

*
* *

A arqui-campana de Nicolau Levache esteve dez anos engaiolada no Terreiro do Paço. Viajante que viesse a Lisboa não deixava de ir espreitar pelas frinchas do tabuado o monstro de bronze. A razão da demora em içá-lo até à tôrre estava em que D. João V, desgostoso com o facto do *ponto* não estar perfeito e não soar com a exacção que êle desejava, pensara em mandar fazer outro, abandonando-o, a-pesar-de ter custado, só em pêso e feitio, a bonita soma de quinze mil cruzados. Afinal lá se confor-

mou. O Beneficiado Jorge convenceu-o de que o tempo lhe desceria o *ponto* e que a harmonia do repique não seria prejudicada. A disformidade do *ponto*, que era uma sétima abaixo, disfarçá-la-ia a idade.

O *Folheto de Lisboa* de 27 de Julho de 1743 proclamava ao público que se trabalhava activamente para içar o sino que estava junto à Tôrre do Relójio, e o de 10 de Agôsto refere que na segunda-feira passada, 5 dêsse mês, fôra guindado até o alto da tôrre da Patriarcal, tendo custado o andaime dez mil cruzados.

Êsse transporte foi dificultosíssimo. O campeão dos sinos, arrastado à mão por trezentas pessoas e amparado por outras tantas, rolou por cima de toros e pranchas de madeira até à Moeda Velha. Aí parou. Foi, em Lisboa, um dia de motim festivo. Pararam os Tribunais de funcionar, cerraram-se lojas, paralizou-se a vida burocrática e comercial.

O andaime de subir, a suspensão para o sino, as porcas de guarnecer, tudo era armado em grossas vigas de madeira do Brasil. Além das oitocentas arrobas do sino havia ainda a contar com o pêso das guarnições, com as quarenta arrobas do badalo, com as oitenta do eixo e com a porca com seu chapuz, que era de chumbo, e que pesaria talvez perto de quinhentas arrobas.

El-Rei devia de ter o coração do tamanho de um ladrilho de marmelada emquanto durou esta arriscada ascenção. Felizmente a perícia dos artífices venceu a dificuldade e o Arqui-Sino, naquêle solene dia, instalou-se sòlidamente na tôrre, ao som dos victores festivos da multidão.

O poeta Alexandre António de Lima cantou-o enco-

miàsticamente na seguinte décima, que o *Folheto de Lisboa* arquivou no seu número de 28 de Dezembro dêsse ano de 1743:

Grande Sino! Nobre Empreza
de hum braço Regio! Imagino
que já está dando este Sino
sinais de magna grandeza!
Ouçam-no sem extranheza
já que hoje nelle toquey,
que excede a todos direy,
este grande Sino Novo:
Os mais são Sinos do Povo
cá este he Sino de Rei.

Como devia de ser festejado êste jacto de inspiração apolínea!

*
* *

O Padre Lages descreve circunstanciadamente a bisarma ideada pelo soberano. Tinha onze palmos de alto e treze até o último ponto das argolas; de diâmetro bocal oito ou nove, e meio palmo de grossura na extremidade da borda. Guarneciam-na círculos com molduras arrendadas, letras com pontos e vírgulas, uma cruz floreteada com seu calvário de quatro dedos de largo e quatro palmos de alto, e, oposto à cruz, um escudo das armas reais. Nos círculos de cima lia-se o Responsório da Virgem, e em um círculo máximo inferior a era do fabrico, o nome do rei e o nome do artista que o fundira.

A sua voz — oh! a sua voz! — era magnífica e pom-

posa, a-pesar-da brutidade inicial, que se foi corrigindo com o uso. Quando dobrava, a voz dilatava-se mais, reboava majestosamente. Diziam que se ouvia por todo o Ribatejo quando o vento estava da barra, chegando o eco a perceber-se em Santarém certa noite de Natal.

Os estranjeiros que o ouviam e viam ficavam surpresos. Aquêle célebre Egipcieli que D. José I mandara vir de Itália para cantar na Real Ópera a trôco do ordenado de 40.000 cruzados, estando uma vez no Terreiro do Paço vendo, junto da Colunata, a procissão do *Corpus Christi*, e ouvindo, a tempo que saía o Santíssimo, dobrar o Arqui-Sino, não mais tirou dêle os olhos e os ouvidos, declarando a um eclesiástico que o acompanhava como cicerone, que jàmais em sua vida tivera coisa que tanto o deslumbrasse.

Em 1754 êste prazer intenso de ouvir dobrar a Real Campana acabou para os alfacinhas. Foi o caso que a 13 de Junho, ao mesmo tempo dia de S.to António e do Corpo de Deus, ao sair o Santíssimo Sacramento da igreja patriarcal com tôda a comitiva que costumava acompanhar o Pálio, estando o Sino a dobrar, despegou-se da porca o grande chapuz de chumbo. Dir-se-ia um bólide tombando da atmosfera. Rompeu-se o telhado do templo como se fôra uma teia de aranha e o chapuz veio dar no coreto dos músicos que ficava encostado à Capela da Sacra Família, caindo no pavimento com formidável ruído. Parou logo o dobre. Os sineiros que moviam o sino, julgando que êle desabava e a tôrre caía também, precipitaram-se dela abaixo. Um morreu logo e os outros dois ficaram muito maltratados.

O pavor que o desastre causou foi indescritível. A procissão parou. Se o chapuz tem caído para fora da igreja, na oposta inclinação do sino, as vítimas teriam sido muitas. Eram quinhentas arrobas de chumbo despenhadas sôbre a multidão.

O arqui-sino nunca mais pôde dobrar. Não o concertaram e ficou apenas repicando até o 1.º de Novembro de 1755.

Nêsse dia, com o estremeção matutino, êle e todos os outros vieram a terra, e a tôrre destruíu-se também, mais com o incêndio do que com o terremoto. O monstro fundido por Levache esteve, pelo menos até 1769, encravado no solo no mesmo ponto em que tombara, sem que o resguardassem e o defendessem. Bem se via que D. João V morrera. O Arqui-Sino estava também ferido de morte. Com uma àsa a menos, sujo e azebrado, entre os destroços da Capela Real, passavam por êle como por uma carcassa inútil.

A ingratidão dos homens!

*
* *

As funções de todos os sinos da tôrre da Patriarcal, conforme o Método e o Formulário Joaninos, eram coisas muito para ver-se.

A cada um pertencia uma série imensa de obrigações, ora isoladas ora de colaboração.

Ao sino grande competiam os sinais capitulares, as badaladas de tôdas as Horas, o assinalar a elevação nas

missas da Capela Patriarcal, o fazer tarantana à dobração do segundo sino em certas Festas Duplex, o tanger a incêndios, o repicar com todos os mais, o dobrar para as tarantanas gerais, simplesmente sem acompanhamento de outra harmonia, ou para capitular os sinais fúnebres com acompanhamento de todos os outros. Era uma complicação tremenda.

O segundo sino, cuja voz fixa, pomposa e consonante tanto entusiasmava o padre Rodrigues Lages, tendo servido de modêlo para o maior da Basílica de S.ta Maria que ficou, aliás, com meio ponto acima, tinha também pesados encargos. Competiam-lhe as badaladas pelos partos das raínhas, princesas e infantas; fazia muitas vezes tarantana à dobração do Arqui-Sino; repicava capitulando as tarantanas gerais; dobrava, com o primeiro, nas Horas maiores, menores e no segundo intervalo; e fazia sinais fúnebres e sinais particulares por falecimento dos Grandes e fidalgos de Marquês para baixo. Os sinais fúnebres para os Duques, Infantes, Príncipes e Soberanos pertenciam ao sino das seiscentas arrobas.

Já eram menores e mais leves as obrigações do terceiro sino que, a-pesar-de grande sonoridade, tinha a voz menos firme do que o segundo. Não fazia tarantanas simples. Apenas as gerais. Acompanhava repiques, dobrava ao segundo quarto do intervalo e dobrava particularmente em certas festas maiores, em procissões de preces. Competiam-lhe, isoladamente, os sinais fúnebres pelos beneficiados da Basílica e pelas pessoas mais graves da família do Paço, como confessores, guarda-roupas, moços de câmara, açafatas, etc.

O quarto e quinto sinos eram os do compasso do repique geral e particular e das tarantanas gerais. Eram a alma e govêrno dos repiques. Badalavam para a ladaínha de Nossa Senhora e pelos partos das criadas do Paço; dobravam às Horas menores e ao segundo quarto do intervalo quando o terceiro dobrava às maiores e ao primeiro. O quarto sino, por ser dedicado a Nossa Senhora, dobrava por ocasião de trovoadas, e quando Frei João de Nossa Senhora (o poeta de Xabregas) prègava de tarde na igreja patriarcal.

Por falecimento de capelães, cantores, músicos, mestres de ceremónias, acólitos, párocos, tesoureiros e todos os demais sacerdotes, competiam-lhe os sinais fúnebres. O quinto sino tinha funções reduzidas, acompanhava o anterior nos repiques. Só lhe competia dar o sinal particular pelo falecimento de simples clérigos.

O sexto e sétimo sinos eram os da Hora de Campa, dedicando-se aquêle a S.to António e êste a S. Paulino, como se disse. Ambos se destruíram pelo terremoto.

A *Garrida* era o sino despertador de tôdas as vozes brônzeas da Tôrre Patriarcal e da Tôrre do Relójio; avisá-los era a sua função. Não repicava nem dobrava com êles, e a-pesar-disso o seu regimento era cheio de particularidades e fazia suar o topete ao sineiro que a tinha à sua conta, que era um seminarista escalado às semanas. A corda da sineta ficava pendente, dentro do templo, junto à grade da Capela da Sacra-Família, e era aí que se postavam os seminaristas que tinham a cargo a guarda e toque da *Garrida* e aos quais mal chegava o tempo para respirar se quisessem executar à risca todo o

Formulário, desde o sinal para *Laudas* até o último toque nouturno. Só o que dizia respeito a missas era suficiente para atrapalhar o mais prático e desembaraçado sineiro. Havia as missas da Basílica, uma série infindável, as da Capela Patriarcal, as celebradas pelo Patriarca, as de Defuntos, a das Candeias, a da Vigília de Pentecostes, a do Sábado Santo; depois era a variedade imensa de procissões; a seguir as Exposições, Ladaínhas, Novenas, Preces extraordinárias, saídas do Viático, etc., e tudo tinha toques especiais, espaços marcados, avisos particulares. Imagine-se o que seria e de que sólida memória haviam mister os pobres seminaristas!

A composição harmónica dos repiques de todos os sinos dá ao padre Lages, juntamente com as tarantanas, dobres e badaladas, matéria gostosa para perto de sessenta páginas compactas, onde se infunde basta sciência de solfa e profundos conhecimentos canónicos e teológicos.

Dispenso-me de comentar o estopante discurso. Só não resisto à tentação de transcrever um curioso período sôbre os dobres por ocasião das trovoadas. Diz o clérigo António Rodrigues Lages:

*Porq̃ em os diarios se não faz menção das dobraçoens por causa das Trovoadas, diremos aqui o que observão os Sinos nas ocasioens desta imtemperança do Ar. As mais das vezes ouviamos dobrar a ellas o quarto Sino, por ser de N. Senhora, á imitaçam do uso que havia em a Sé que dobrava o celebre Sino da Senhora a Grande que era o seu maior antes q̃ fizessem o moderno grande; e outras vezes se ouvia dobrar o segundo da nossa torre q̃ tambem era dedicado á Virgem Maria. Disseramos sempre se*

*usasse do Sino de maior voz porque sendo o som necessario pela bôa fisica p.ª comover e dissipar o nublado, p.ª q̃ abrindo a via da nube por esse mesmo caminho desça a exalaçam fraca q̃ pelo som impede a que se não fermente mais em maior damno. Outros Filósofos ha que recomendam o som dos sinos antes que o Nublado o corra verticalmente pelo perigo de provocar a incisam da nube no mesmo logar, e se pode, e bem se poderia seguir este parecer se não obstarão dois inconvenientes, o de atemorizar a gente antes do q̃ estão temendo, ou esperando, e a ignorancia dos sineiros em conhecer esta regra mathematica, mas m.to facil.te se pode saber; pois vendo o nublado ao longe, e que este lança relampagos, e se ouve o ruido, pode conjecturar conforme se vem apropicuando vendo já alguma condensaçam nas nuvens.*

É pena que os sineiros de hoje não tenham os conhecimentos dêste padre no tocante às exalações que descem da via da nuvem rôta pelo som da percussão dos badalos. Os pára-raios passariam à categoria dos inventos inúteis.

*
* *

O *Diário* do regimento dos Sinos reais, composto por inspiração de D. João V, deixou de se usar na íntegra no fim de 1750, ano da sua morte; mas o *Diário* de 1751 contém mais ampliações e explicações do que pròpriamente alterações. No livro manuscrito do P.e Lages transcrevem-se os dois, reduzindo-se, porém, o segundo à menção das diferenças de método e regulação sôbre o anterior.

Dêste, a parte mais interessante é a que diz respeito ao mês de Julho em que arrancou da vida o rei fundador e criador dos tão famosos sinos das duas tôrres do Relójio e da Capela Real. Como aquelas campaínhas enormes de bronze vibraram implorativas nas procissões de Preces e de Visitação e nas saídas do Viático! Como dobraram depois plangentemente naquela tarde de 31 de Julho, depois do retumbante sinal do arqui-sino que despertou para um chôro geral todos os sinos de Lisboa!

No dia 1.º de Agôsto continuaram as vozes de bronze chorando em dobres a perda do grande monarca, espôso da Igreja Patriarcal, protector máximo das artes, das letras e da religião. Só no dia 4 cessaram os sinais fúnebres. E o padre Lages diz:

*Finalmente sepultado o Nosso Rei Fundador, apagadas as luzes, desfeito o acto da Côrte e reboliço popular, e postos em socego os clamores dos sinos, neste mesmo silencio começou a perceber-se nossa tenebroza e pasmoza noite, não pela mutaçam do tempo, mas tudo fomentado por huma inconsolavel saudade, q̃ somt.e conciderado o prémio que estara gozando, he que poderia o seu povo resuscitar da grande tristeza e assim com piedoza esperança estamos sempre dizendo que descança em paz.*

*
* *

Os sinos de D. João V, os sinos reais, escapos do terremoto, vieram afinal a acabar pouco depois. Os dois sinos menores e a sineta quebrados na ruína da Capela

Real não mais puderam servir, acontecendo o mesmo ao Sino Grande abandonado como vimos junto às mesmas ruínas. Os seis restantes destinaram-se logo para guarnecer a tôrre do novo edifício da Basílica Patriarcal que se andava improvisando nas «obras do Conde de Tarouca» à Cotovia. Essa tôrre ergueu-se na parte posterior do edifício por detrás da Capela-Mor, fazendo frente à rua para a parte do bairro de S. José, e um pouco afastada dêle, talvez umas cinco ou seis braças. Chegava em altura aos mais altos telhados do templo, e firmava-se em uma base quadrada de alvenaria sôbre que se erguera uma armação de vigas e traves em dois andares de quatro sineiras cada um. No de baixo suspenderam-se os sinos maiores e no de cima os dois mais pequenos, ficando duas sineiras desocupadas e tapadas. A cobertura desta tôrre era de gorita, pouco elevada, e tapada de lonas embreadas e alcatroadas que também lhe revestiam as paredes interior e exteriormente.

O segundo sino da Tôrre da Capela Real foi aqui colocado da parte do mar; o segundo para a parte de S. José; o terceiro para a parte da igreja; e o quarto na outra face. Os dois mais pequenos, que eram o oitavo e nono da Capela Real, ficaram no andar de cima. Aquêle tinha sido já fundido de novo e ficara com um tom defeituoso, o que não impediu que fôsse aproveitado, benzendo-o o Bispo de Macau em 1768.

Não durou esta tôrre, nem os sinos, mais de treze anos. Em 10 de Maio de 1769, no breve espaço de uma hora, um temeroso incêndio reduziu a cinzas e a destroços a nova Basílica. O que se tinha salvo do fogo do terremoto

perdeu-se então. Os panos de rás, damascos e veludos, lâmpadas, vasos sagrados e maças de prata, a famosa pia baptismal de pórfido, trinta gavetões de paramentos, tudo se consumiu e destruíu nesse princípio de noite. Pensou-se só em salvar a tôrre que como disse estava separada do edifício. Á custa de um trabalho homérico conseguiu-se evitar que as chamas a alcançassem.

A Basílica Patriarcal, mudada a correr para S. Roque, trasladou-se, na véspera de *Corpus Christi* dêsse mesmo ano, para S. Bento. A tôrre e os sinos reais ficaram na Cotovia, servindo-se a Basílica para as suas funções dos sinos dos monges beneditinos que eram poucos, pequenos e dissonantes, mas da tôrre improvisada que campeava nas «obras do Conde de Tarouca» apenas se despedia o badalar das horas angélicas, os repiques das Festas Máximas e os dobres, para que os sinos não *parecessem estafermos avaliando-se por misterioso o seu silêncio.*

Três mêses depois — nem chegou a tanto, pois foi a 25 de Agôsto de 1769 — tinham os sineiros acabado de fazer os sinais fúnebres pela morte do Principal D. António de Alarcão e fechado a porta sôbre as badaladas angélicas do meio-dia, quando de-súbito se viu a tôrre envolvida em labaredas que lambiam vorazmente os madeiramentos e as lonas alcatroadas. O sino que se fundira de novo e fôra bento no ano anterior pelo Bispo de Macau via-se a derreter ainda suspenso na sineira, correndo o metal líquido como se fôsse água. Daí a pouco os outros desprendiam-se das suspensões e caíam com fragor despedaçando-se no solo.

Tal foi o fim dos sinos da Capela Real. Os da Tôrre

do Relójio é que duraram mais tempo. Onde param, porém, hoje, é que não posso informar o leitor. Quanto ao Arqui-Sino acabou por ser fundido, e o bronze com que Nicolau Levache o compôs, acabou por se dispersar e imiscuir noutros que agora, ao dobrar, não têm, de-certo, no som uma reminiscência, longínqua sequer, daquela voz arrogante e magestática que tanto ensoberbava o quinto João.

# MONSTROS E OUTRAS RARIDADES

AS idades modernas vão sendo pouco propícias ao maravilhoso, que era um dos entretenimentos populares, dando pasto à imaginação vivíssima dos cérebros desimpeçados de sabedoria e por isso mesmo livres das reflexões, raciocínios e preconceitos que os não deixam alar-se às regiões da fantasia. Até se vai tornando pouco freqüente o próprio *fenómeno* de Feira. A vaca com um braço humano que acabou a exibir-se na rua do Arsenal, o Homem-peixe que aqui há anos deslumbrou o populacho, aparecem tão de longe em longe, que, estou em crer, tendem a extinguir-se. As *Raridades* começam a ser demasiadamente raras. Salvo algum parto abonatório de extrema fecundidade que a imprensa diária sucintamente denuncia, onde é que se encontram agora essas monstruosidades que deram ensanchas, há dois e três séculos, para estiradas *Relações* noticiosas? Onde se vêem homens com um só ôlho na testa, mulheres com três pernas, homens-marinhos, tritões e sereias? Onde se poderá ir

topar o cão hermafrodita e o gato de duas cabeças que aqui há duzentos anos arripiaram Lisboa?

Decididamente o progresso vai eliminando muita coisa divertida. Se não arranjam como compensação outras distracções e curiosidades, arriscamo-nos todos a acabar naquela merencória contemplativa a que hoje se chama neurastenia.

*
* *

Os fabulosos historiadores de Lisboa dão todos fé de duas monstruosas raridades que em épocas remotas notabilizaram os arredores da cidade: os homens marinhos e as éguas que concebiam pelo influxo do vento! E é de ver a circunspecção com que discreteiam acêrca de tão ponderoso assunto! As éguas então, merecem-lhe reflexões e deduções de um eruditismo secularmente respeitável.

Plínio-o-Moço, que esteve como «questor» em Espanha e penetrou bem, como naturalista insigne, todos os segredos da natureza, escrevera assim:

*Constat in Luzitania circa Ollissiponem & Tagum Ausnem equas Favonio flauta observas, animalem concipere spiritum idque partum fieri, & gigui pernicissimum ita, sed trienium vitae non excedere.*

E em outro ponto da sua História:

*Ollissipo equarum & Favonio ventu conceptu nobile.*

O mesmo caso maravilhoso que é autenticado em versos de Ovídio, Vergílio e Silo Itálico, é localizado em Espanha, no Monte Sacro, por Columela e mais precisamente por Varrão, que esclarecido por Escalígero e Ausónio Popma,

indica que esta concepção estupenda se dava em Portugal junto ao oceano, naquela parte onde está situada Lisboa, no Monte Tagro.

Que Monte Tagro seria êste que tanto importa a uma primacia gloriosa para os portugueses e sobretudo para as éguas? Resende suporia haver confusão entre Tagro e Tago (Tejo), se não fôsse o chamar-lhe *monte*, e opina ser essa eminência a serra de Albardos ou a de Montejunto. Damião de Góis entendeu ser a serra de Sintra. Marinho de Azevedo vai com o sábio cronista de D. Manuel e junta como argumento justificativo do nome o ter existido nas raízes desta serrania um templo consagrado ao Sol e à Lua. É comovedor ver estas sábias criaturas preocupadas em identificar o monte onde as éguas libidinosas aguardavam, com as bôcas escancaradas, sôbre as penhas, a chegada dos Zéfiros apaixonados e voluptuosos.

Júlio Solino, outro famigerado escritor, refere-se igualmente ao prodígio lusitano, dizendo: *In proximis Olissiponis equae lasciviunt mira fecunditate, nam spirante Favonio vento concipiunt, & sitientes viros aurarum spiritu moritantur.*

Coelho Gasco, a-pesar-da sua imaginativa poderosíssima e do feitio crendeiro que embuía os historiadores da época, não se atreve a aceitar a cópula assombrosa dos Zéfiros travessos, como se lhes chamava nas líricas setecentistas. Nas suas *Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa*, confessa: *E eu não quero afirmar q̃ seja isto verdade, nem de crer he, senão q̃ nasceo esta fabula tão recebida dos gentios, da muyta creação q̃ della havia, e do correr dos seus cavallos e da sua ligeireza.*

Para justificar êste, então ousado, parecer, conta o bom antiquário certo passo que sucedeu em o rio de Sacavém com uma *égua infantil* do têrmo de Lisboa, que transportava uma camponesa. Havia ali um pego onde já se sumira uma nau da Índia. Imagine-se a fundura! Estava a barca já a passar quando a égua chegou. Da outra banda do rio o que há-de aparecer? Nada menos do que um filho da *égua infantil*. A alimária ao ver a cria não se conteve. Lança-se ao pego como um raio, nada, corre, vôa, e entre o pasmo e a grita das gentes que viram o caso, gritando à cavaleira que se segurasse, achou-se num ápice na banda de lá.

Não sabe a gente o que mais admirar nêste lanço, se o amor maternal da égua, se a sua ligeireza. Por causa desta e doutras é que Coelho Gasco não acreditava nas fecundações maravilhosas dos Ventos, mas simplesmente nos primores da raça cavalar que produziu entre outros aquêle raro exemplar de unhas fendidas que de Portugal foi enviado a Júlio César, e cuja figura foi posta, em pintura, segundo diz Suetónio, no Templo de Vénus.

Marinho de Azevedo, ao contrário, crê piamente nestes partos sobrenaturais e, quási azêdamente, rebate as opiniões não só adversas como simplesmente divergentes. Segue a esteira de Frei Bernardo de Brito, que no tocante a patranhas sobreleva a todos, e não quere, por patriótico empenho, que alguém roube a Portugal a glória das éguas libidinosas, nem sequer a Lisboa, porquanto Garibai, que êle contesta, se atreve a dizer que tais sucessos se davam em Setúbal. Setúbal, se quisesse, que se contentasse com as galinhas, perdizes e galgas que, no dizer de Varrão,

Aristóteles, Columela e Plínio, citados pelo autor da *Chronica de Cister*, também concebiam do vento.

A ligeireza dos cavalos lusitanos, que ainda agora no Circuito Hípico deu margem a poder-se supôr que realmente os ventos tinham colaborado em produzi-los, já Homero a tinha encomiado, supondo que os que tiraram o carro de Aquiles na Guerra de Tróia, arrastando o corpo de Heitor, eram filhos do Zéfiro e de uma égua lusitana, das que se criavam junto ao Monte Tagro, à beira do Oceano.

Consolemo-nos com estas glórias, já que tantas outras nos querem roubar.

*
* *

Damião de Góis, não contente em reivindicar para Portugal esta sobrenaturalidade de partos, quis também juntar-lhe outra maravilha, a da existência, nas nossas praias e angras, de homens e mulheres marinhas, isto é, Tritões e Sereias. É ainda em Plínio que se vai estribar o douto cronista, vítima da Inquisição que certamente lhe não levou em conta para a perseguição as atoardas de que lançou semente fecundíssima.

O nosso pio e crendeiro Feijó, citando o famoso naturalista, dá curso à notícia de terem os lusitanos enviado a Tibério uma embaixada certificando-lhe ter sido, nas suas praias, avistado um Tritão. No tempo do Imperador Augusto apareceram também nas praias da Gália muitas Nereídes mortas. Um Homem-Marinho fôra também visto no estreito de Gibraltár. O sábio prelado D. Frei

Amador Arrais (*Diálogos* — Diálogo 3.º, cap. 6) é que pormenoriza melhor o achado do Tritão.

O leitor amante de aligeirar o espírito em passeios dominicais aos arredores de Lisboa, quando acerte de ir a Colares arranjar apetite para um jantar no Neto ou no Costa, não deixe de dar um salto à praia das Maçãs. Inquira, por ali, onde é uma caverna, em feitio de concha, no fundo da qual as águas rodomoïnhavam. Ponha nela os olhos evocadores, e deixe-se ficar a reflectir. Foi ali que em tempo de Tibério apareceu o Tritão.

De outras aparições semelhantes há exemplos abundantes e eloqüentes. Em tempo de Góis, estando um homem a pescar nas rochas do cabo Espichel, saíu-lhe do mar um homem-marinho com barba e cabelos espessos e compridos, peito hirsuto e corpo musgoso. Ao ver o pacato pescador deu um grito e lançou-se de novo à água. A menos que o pescador estivesse toldado com algumas canadas de bom vinho de Almeirim, êste caso é para considerar. Poucos anos depois dêste sucesso, outro homem estava igualmente pescando à cana nas praias de Sintra e deitando para trás de si os peixes que ia colhendo, quando, em certa ocasião, ao volver os olhos para avaliar a quantidade de pescado já recolhido, deu com um mancebo nu e desbarbado que lhe ia lançando ao mar os peixinhos apanhados com tanto trabalho. Enfurecido da travessura increpou-o àsperamente. A resposta que teve foi o tal mancebo lançar-se ao mar com modos escarninhos, mergulhar e não mais aparecer. Cuidarão os leitores como eu cuido, que o rapazinho imberbe seria um farçante que se quis divertir à custa do pescador. Pois não era, era

um Tritão. Damião de Góis, pelo menos, estava convencido disso, e Marinho de Azevedo também.

Por êsse tempo, defronte da capital, na praia do Barreiro, apareceu um homem-marinho morto. Pelo visto, no século XVI, estes monstros marinhos eram como os cogumelos.

Bluteau — o grave e sério Bluteau — afirma que no seu tempo o vulgo de Colares dava ainda fé da existência, nas praias daquela costa, de certa casta de homens de corpo guedelhudo e escamoso. Vinham freqüentemente brincar à praia, entretendo-se a mordiscar na fruta saborosa em que são pródigas as margens do rio das Maçãs. Os naturais de Colares e imediações amansavam-nos com afagos e tratos familiares, conversavam com êles e até algumas vezes conseguiam apanhá-los vivos em certo faval do sítio, o que nos leva a conjecturar que daí viesse a locução popular *ir ao faval*. A ingenuïdade dos Tritões!

Estes certamente deviam de ser primos em longínquo grau dos Marinhos, família ilustre de Portugal, descendentes, segundo conta o *Nobiliario* do Conde D. Pedro de Barcelos, de uma mulher-marinha. O caso fôra assim:

D. Froyão, grande fidalgo e grande caçador, andando um dia cavalgando por *riba de mar*, achou uma mulher marinha adormecida numa ribeira. Despertada, a filha do mar correu para as águas. Os escudeiros de D. Froyão filharam-na, porém, e o fidalgo atravessando na sela aquêle corpo onde as escamas não ocultavam a formosura, levou-a para a sua tôrre, baptizou-a, amou-a e (empregue-se a linguagem crua do *Nobiliario*) fêz em ela dois filhos. Para

a dita de D. Froyão só faltava que ela falasse. Com o estratagema de fingir que ia lançar a uma fogueira um dos «Marinhozinhos» conseguiu tamanha fortuna. A sereia com a aflição lançou pela bôca uma grande posta de carne e... dali por diante falou. Tal é a origem dos Marinhos.

O nosso grande antiquário André de Resende também acreditava nêles e não se contenta com menos do que autenticar, defronte de Setúbal, em Tróia, a existência de salgadeiras onde se conservavam os Tritões e Sereias que ali comummente se pescavam como agora se pescam salmonetes. Documentando especiosamente esta asserção podia ver-se, e não sei se ainda se pode, na Tôrre do Tombo, uma escritura de composição feita em 1312 entre o rei D. Afonso III e a Ordem de São Tiago sôbre as pescarias de Almada, Alcácere, Sezimbra, Palmela, Setúbal, e dos direitos da Foz. Em certo ponto da escritura, cuja cópia aqui tenho defronte, lê-se: *& se por ventura alguma Baleia, ou Baleato, ou Sereia, ou Cotta, ou Roás ou Mularanha, ou outro pescado grande que semelhe alguns destes morrer em Cezimbra, ou em Sines, ou nos outros logares da Ordem, que El Rey aja ende seu direito, & dê ás Igrejas da Ordem a dizima daquel direito que hi ouver El Rey ali, & se os sobredittos pescados matarem, & por esta dizima quito eu o Mestre a el Rey aquellas cem libras que delle tinha a Ordem cada anno pela pescaria de Cezimbra etc.*

As sereias eram, pois, pescado comum nas nossas costas. Louvado Deus! Como os tempos de agora são despoetizados e bárbaros!

Ainda em fins do século XVIII, existe memória de ter

aparecido na Arrábida um monstro marinho. Dois padres da Congregação do Oratório, António de Faria e José Gonçalves, indo a passear pelos fraguedos da serra sobranceiros ao mar, deram com um homem marinho de rosto comprido e olhos grandes, assentado num penedo a cofiar com as mãos os cabelos verdes e corredios que lhe povoavam a cabeça. Ao dar pelos dois oratorianos deu um pulo e mergulhou nas ondas.

Vasco Mousinho de Quevedo alude numa oitava do seu *Afonso Africano* a um monstro marinho de que também fala a «Crónica da Arrábida»:

Neste tempo, na costa da piscosa
Cezimbra, onde rebenta o mar vizinho,
N'uma lapa sombria e cavernosa,
P'ra onde abria o mar o seu caminho;
Um monstro de figura temerosa,
Se viu, qual era Glauco, Deus marinho,
Qual da sereia mythica, indistincta
De peixe a forma, e de mulher se pinta.

Em 1680, numa das praias do Algarve, sendo governador daquela província D. Francisco da Gama, foi apanhado outro monstro semelhante, de cara feroz e cabelo crêspo, ao qual nunca se conseguiu arrancar palavra. Comia com ambas as mãos, voracìssimamente, quanto se lhe dava. D. Francisco da Gama enviou-o, como raridade, ao rei D. Pedro II. Depois de servir de pasto à curiosidade da côrte mandaram-no para o pátio da Sé, onde ainda viveu alguns anos sem nunca falar.

Arcourt e Padilha que êste caso refere não diz se o

monstro tinha rabo de peixe. Isto nos põe na dificuldade insuperável de o classificarmos scientìficamente.

Entre os peixes humanos que têm aparecido por êsse mundo fora, um dos mais notáveis foi aquela Nereida que foi apanhada viva em Harlém em 1403, não por ela própria, mas pela poesia que inspirou ao poeta Eugénio de Castro, das mais belas da sua belíssima obra. Sustentava-se a pão e leite, ensinaram-na a fiar... mas não falou nunca, encantada a ouvir o que lhe contava um búzio côr de rosa.

Assentemos nisto. Sereias, houve-as sempre e ainda hoje as há, vivendo até fora da água a enfeitiçar os homens. Com o que já se não parecem nada é com as da *Ilíada* de Homero que atraíam com o seu canto tentador para os naufrágios da costa, os nautas que cruzavam de largo os mares do golfo de Biscaia.

*

* *

As monstruosidades do mar não ficaram por aqui. Aquêle famoso sôlho que em 1320 os pescadores do Tejo levaram ao Rei Lavrador, o qual pesava dezassete arrobas e meia, como o que se pescou no tempo de D. João III, a que faz referência o *Ano Histórico*, na data de 5 de Fevereiro, não eram nada em comparação com o monstro desconhecido que o mar lançou na praia de Peniche em 22 de Abril de 1575. Tinha 40 côvados de comprido e quinze palmos de alto, erguendo-se a cabeça mais quatro côvados acima. Os olhos eram circulares, as orelhas de

oito côvados e os dentes, separados uns dos outros um palmo, meio côvado em redondo. Dêste peixe imprimiu-se uma estampa que ainda no século XVIII corria em Lisboa.

Em 1616 apareceu no Tejo outro peixe extravagante que mereceu um livro a um médico de Peniche, intitulado *Peixeologia*, livro onde também se continha um romance alusivo com mais de 100 coplas. Tal obra, que deveria ser substanciosa, nunca se imprimiu. Foi pena. Há que chorar sinceramente sôbre êste descuido literário.

No tempo de D. João V multiplicaram-se os peixes raros e monstruosos. Nem outra coisa era de esperar.

Em 11 de Janeiro de 1723 — diz-me aqui a *Hora Vaga*, manuscrito que possuo, singularmente noticioso de coisas de pasmar — entrou no Tejo um horrível peixe que tendo discorrido até o sítio da Madre de Deus, voltou depois indo encalhar em uns penedos ao pé de Cacilhas. Tais foram os seus urros e bramidos que o pânico tomou os habitantes da margem sul. Despovoou-se Lisboa para ir ver o monstro. Diziam uns que era uma Bufalina, a que os Franceses chamam *souffleur;* outros que uma espécie de Baleia a que os da Olanda dão o nome de *Kapelen*. Com muito custo foi o peixe transportado à praia do Arsenal. Na *Gazeta* de 21 dêsse mês, vem a reportagem completa do acontecimento com a descripção minuciosa do fenómeno.

Tinha 87 palmos de comprido e, na maior grossura, 43 de circunferência, e de altura 14 1/3. O rabo acabava em duas pontas que abriam horizontalmente. A cabeça era de desmesurada grandeza, tendo só o rasgado da bôca 15 palmos e a sua circunferência 60. Em vez de

dentes tinha 644 barbas que principiavam com ½ palmo e acabavam em 2 ½. No alto da cabeça tinha dois orifícios de 2 palmos e meio de comprido por onde respirava. Cada um dos olhos, um palmo de diâmetro. O dorso e as ilhargas eram ornados de barbatanas. Ao que parece tratava-se de uma baleia fêmea.

Em Novembro de 1725 deu à praia de Penafirme, na comarca de Tôrres Vedras, outra baleia quási morta. Diz a *Gazeta* de 22 dêsse mês que tinha dezóito varas de comprimento.

Outro peixe monstruoso deu à costa entre Vila do Conde e Póvoa de Varzim, em princípios de Março de 1731. Tinha 70 palmos de comprido e 16 de altura. Devia de ser outra baleia. Da que foi encravar-se nos rochedos de Cacilhas, conservou-se muito tempo, na Ribeira das Naus, um painel com a sua pintura mandada fazer por D. João V.

Tudo isto eram casos para admirar as gentes! Mas o que diria o bom povo de Lisboa se um dos pescadores de Alfama colhesse nas rêdes, como o escriba Gesnero, um peixe com duzentos e quarenta e quatro anos de idade?

O próprio Aucourt e Padilha, que em tudo acreditava, acrescenta à cautela, ao dar esta informação, que ignorava existir na *pia* do Mar, registo de baptismo.

*
* *

Quanto a «Monstros Terrestres» não são tão pródigos os escrevedores antigos, talvez porque, sendo mais comuns,

iam já passando despercebidos. Segundo Aristóteles, os primeiros monstros são as Mulheres, cujos defeitos naturais ultrapassam as maiores raridades. Outros autores, mais corteses, são da opinião diametralmente oposta, e consideram-nas a suma perfeição. Eu sou do parecer dos dois.

Aos caçadores de Rinocerontes aconselho um processo infalível e económico de os apanhar. Nada de tiros, nem de balas. Funda-se na acção dos encantos femininos sôbre feras da sua raça, e quem o preconiza é nada menos do que o virtuoso e profético S.to Isidoro de Sevilha. Basta expôr ante um ou mais daquêles animais, uma mulher de seios desnudados. Só isto. O Rinoceronte, tanto que a vê, amansa, caminha para ela e fica tão doméstico que sem resistência qualquer criança o prende e entrega aos caçadores. Há homens a quem sucede a mesmíssima coisa.

Êste Arcebispo sevilhano, que aceita como bons todos os assertos de Plínio, deu curso a quantas balelas bosquejou nos estudos naturalistas daquêle áulico de Vespasiano. Assim, proclama a existência de homens sem cabeça, sem bôca, sem olhos e sem nariz, outros com orelhas que lhes servem de capote e pés que lhe fazem sombra, outros com pés de boi e de cabra, etc., etc.

Nós temos cá por Portugal, além da Dama Pé-de-Cabra que mereceu a narrativa de Herculano, a raínha-rabuda, D. Brites de Gusmão, mulher de D. Afonso III, cuja excrescência caudal preocupou a côrte até fins do século XVI, e vários outros monstrozinhos de côrte, como o rei Venturoso cujos braços lhe chegavam abaixo dos

joelhos e a raínha D. Maria Francisca de Sabóia cujo impudor ainda chegava mais longe.

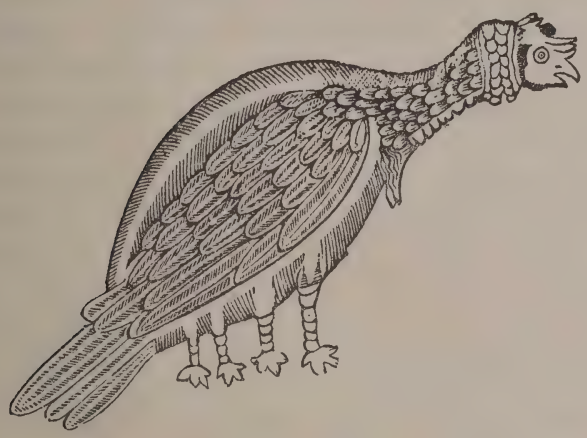
Entre racionais e irracionais podem-se todavia nomear algumas monstruosidades. Miguel Leitão de Andrade na sua *Miscelanea* — livro de um grande pitoresco pela confusa sinceridade e pela ingénua fé que o anima — traz quási quatro páginas consagradas a tal matéria.

O célebre *minino* que nasceu junto à Porta da Oura, às 3 horas da manhã de 10 de Abril de 1628, que tinha a cabeça em forma de concha e o corpo coberto de escamas rígidas da grossura de uma pataca, deu que falar em Lisboa. Tinha no peito uma cruz vermelha e vermelhas eram as palmas das mãos e os dedos, tendo em vários pontos do corpo listas e riscos da mesma côr sôbre a pele côr de tijolo. Durou quatro dias e foi baptizado e enterrado na capela de S. Sebastião da Mouraria. Os pais, o lapidário Gaspar da Costa e sua mulher Ana Manuel, moça de 18 anos, eram sãos e escorreitos.

No mesmo ano, a 26 de Julho, numa aldeia perto de Leiria, nasceram duas *mininas* com três pernas comuns, pegadas pelo baixo ventre; e o cavaleiroso Miguel Leitão ainda refere terem nascido a 26 de Agôsto dêsse mesmo ano, na vila de Coina, duas burras com uma só cabeça, pegadas pelos peitos.

Com a mesma desassombrada fé com que proclama os milagres da Virgem do Pedrógão, conta também ter visto em Lisboa uma vaca com cinco pés, na Certã uma mula que tinha nascido de outra mula, e ambas eram de um estalajadeiro de nome Pero Mendes, um peru com quatro pés que nascera na Pederneira, e sobretudo o pássaro do

Duque de Bragança que fôra apanhado em 1626 e que era uma das raridades do seu tempo. Era grande como o peru da Pederneira, a cabeça era de borrêgo ornada de lã, a bôca com duas ordens de dentes, os pés com unhas como de leão, as àsas com treze palmos de ponta a ponta,



O peru de quatro pés, nascido na Pederneira, segundo o desenho da «Miscelanea» de Miguel Leitão de Andrade

as penas, umas em feitio de capelo, outras (as do rabo) rígidas como juncos marinhos, e três delas com unhas.

A côr dêste monstro era parda, tendo parte do corpo revestido de penas louras e compridas e outra parte coberto de lã. Comia uma cabra por dia, e quando estava só cantava *muito sentido e saüdoso.*

Aparecera no Alentejo numa herdade de um Luís Lopes Lôbo. Miguel Leitão de Andrade supõe-no oriundo da África ou da Arábia, onde êle sabia da existência de passarões que levavam nas unhas uma cabra.

Quanto a gigantes e a macróbios, o fantasioso e pitoresco autor da *Miscelanea* igualmente nos transmite algumas notícias de aproveitar. Diz que sabia de um homem que ia à missa ao mosteiro de Ceiça que contava cento e quarenta anos, que na vila das Caldas falecera em 1600 um curtidor, António Lopes, de 135 anos, bem disposto e ainda trabalhando no seu ofício, e que êle mesmo era, à data em que escrevia, *de setenta e cinco e com inteiras potências.* Os nossos cumprimentos.

Gaspar Estaço, nas suas *Antiguidades*, cita grande número de macróbios. A respeito de Gigantes, Miguel Leitão conta ter visto em Madrid dois peruanos de Araúco *que davam com as cabeças por essas janelas*, e ter topado em Guadalupe um ôsso, de coxa de homem, de mais de três palmos, e outro no Conselho das Índias, em Madrid, cujo dono seria de mais de doze ou treze. Fala ainda num gigante que havia em casa do Duque de Alba e em outros a que se refere Fernão Mendes Pinto e o padre-mestre Belchior no seu livro das *Cartas do Japão.* De gigantes portugueses não fala. Se então os houvesse não deixaria de-certo de os nomear encarecidamente, embora opinasse que as idades e os corpos tinham sido sempre os mesmos, *porque assi como em todos os generos de cousas ha especies diferentes, a saber, de cavallos, ginetes, rocins, quartaõs, facas, e de cães, libreos, galgos, podengos, rafeiros, e em tudo o mais, té nas plantas e fructas, o mesmo será nos homens, como esses gigantes, brancos, negros, vermelhos, pardos, e outras feições, té pigmeos ou pyneos, que se tem por certo que os ha, de quatro ou cinco palmos, mais ou menos de alto.*

Pouparei ao leitor, como agora poupei, o trabalho de entender a prosa dêste fidalgo, alterando-lhe a fantasiosa pontuação, os argumentos com que êle defende o seu assêrto e as divagações filosóficas em que entra acêrca da influência da astrologia nos corpos inferiores do universo e da adjunção dos sexos na produção da prole. Aqui preconiza regras infalíveis e de um admirável pitoresco, com exemplos caseiros e familiares como o de um seu primo que viveu cento e trinta e um anos e teve quarenta e dois filhos entre legítimos e bastardos. Êstes Andrades eram assim.

O que não posso deixar de referir é a citação que êle faz, no mesmo capítulo, a homens de desmesuradas fôrças, porque isso é também uma monstruosidade digna de pasmo. Conheceu êle em Castela um Alonso Peres que, peito a peito, detinha um cavalo na carreira por mais esporeado que fôsse, e, em Madrid, um biscaínho chamado D. Jerónimo de Ayance que dobrava e encanudava as bordas de uma salva de prata como se fôsse mantéu de camisa.

Mais patriota foi o P.e António Cordeiro que, na *Historia Insulana*, referiu as avarias musculares de um português da Madeira, chamado António Carvalhal. Êste sujeito era de tal fôrça que indo a cavalo e lançando a mãozorra a um ramo de árvore levantava o rocinante mais de um palmo no ar, só com a fôrça das pernas. Fazia desmaiar qualquer homem apertando-lhe um pulso, segurava mulas inquietas pelas orelhas para as obrigar a ferrar-se, e arrancava os relevos das pedras tumulares como se fôssem de barro fresco. Estando uma vez em

Santarém a jogar o Entrudo, às pulhas e laranjadas, com outros moços-fidalgos como êle, agarrou numa mó de moínho pelo olhal e fê-la girar no ar como se fôra uma bandeja. Estas e outras proezas são contadas também por Gaspar Frutuoso, o poeta imaginoso das *Saudades da Terra*.

Um Pedro Ribeiro, da ilha de São Miguel, sendo investido por uma vaca brava, disse:

— Tal sois vós, ó Vaca? Pois como a uma cabra vos hei-de ordenhar.

E atirando-a ao chão subjugou-a e ordenhou-a.

Estando em África, na pugna do Cabo de Gué, fartou-se de matar moiros com um montante, e, cercado de cadáveres em pilhas, já cansado, disse então:

— Ó cães! comei-me agora!

E ali acabou.

Outro micaelense, de nome João Lopes, pegava em bois ao colo como se fôssem ovelhas, e tôda a família era temida pelas mesmas proezas. Uma sua filha, Maria Lopes, levantava uma mó de moínho.

Baltasar Rodrigues de Sousa quebrava ferraduras, abria barrigas a dedo, subjugava toiros e afugentava esgrimistas, manejando um cão pelas pernas; um rapaz alcunhado *o Casco* também pegava em bois ao colo; um Cristóvão Luís, de Água de Pau, lançava um dardo a centos de metros; um António de Sá, de Ponta-Delgada, levantava do solo dois homens, nas palmas das mãos; Belchior Baldaia saltava dois cavalos a par, pasmava com suas avarias os fidalgos da côrte de Carlos V, jogava a péla como o castelhano Pranchas, quebrava ferraduras

entre as mãos, bebia água por uma meia pipa como se fôsse um púcaro, e cavalgava e jogava a lança como nenhum outro no seu tempo.

No que diz respeito a Macróbios, Frutuoso vem à praça com infinitos casos. Era uma Inês Gonçalves que de ser muito velha voltou a ser criança, chamava mãe a uma filha que tinha, de 100 anos, andava de gatinhas e só comia papa; era uma Bartoleza Francisca que, com cento e dez anos, andava, via e ouvia como se tivesse metade; era uma Beatriz Fernandes que morreu de cento e vinte e dois anos e que teve uma filha que chegou a cento e dez; e era um Pedro Afonso *das Barbas* que chegou a cento e vinte, afora muitos outros indivíduos centenários.

O P.e António Cordeiro que, num capítulo, enfeixa tôdas estas raridades micaelenses, cita os seguintes monstros: um bezerro com duas cabeças nascido em 1550 perto de Ponta-Delgada; um ovo de galinha que apareceu dentro de outro, em Vila Franca; um leitão com dois corpos e uma cabeça, que nasceu no lugar da Achadinha; um pinto com oito pernas nascido em Vila Franca em 6 de Agôsto de 1581; outro que cantou três vezes dentro da casca e que a rompeu em 29 de Setembro de 1583; um homem barbado que, em Água de Pau, amamentava os filhos, etc., etc.

De monstros marinhos dá notícia o mesmo autor. Afora as baleias que freqüentavam as costas de S. Miguel, apareceu na Ponta de S. Brás, em 1537, um peixe monstruoso de 42 côvados de comprido, oito de largo e quinze palmos de alto. A bôca era tão grande que poderia engulir uma junta de bois e o carro. Não tinha

espinhas nem ossos. Espostejaram-no cento e cinqüenta homens e deu três pipas de azeite. Um homem estranjeiro que estivera na Guiné disse que era um Espadarte.

Em 1580, a 10 de Junho, os habitantes de S. Miguel assistiram ao curioso espectáculo de um combate de peixes que durou mais de quatro dias. Um que ficara vencido no prélio veio dar à costa. Tinha noventa palmos de comprido, dezóito de largo e outros tantos de alto. Os entendidos nomearam-no por *peixe-mulo*, e disseram que os adversários vencedores eram *peixes-espadas*. Chega-se a pasmar como estes valorosos filhos do mar degeneraram a ponto de se deixarem covardemente morrer para acamaradar com a salada nos retiros arrabaldinos.

*
* *

O Cavalheiro de Oliveira em algumas das suas espirituosas cartas toca estes monstruosos assuntos. Escrevendo a Madame de Klembach sôbre as «produçoens do Mar», discreteia com graça sôbre Nereides, Sereias e Tritões. Cita a célebre «Nereide de Harlém» que nunca falou, *o que prova que o caso não sucedeu neste país*, diz êle; e acrescenta: *Não sey que haja nele molheres mudas e sey que se houvesse aqui uma molher que não falasse seria ainda mais monstruosa que a Nereyda de Hollanda;* a seguir trata de tôdas as aparições referidas por Monconis, Kircher, Gesner, Petro Petrowitz de Erlezund, Bartholino, Dimas Bosque, Cristovam Furer, Abelino e ou-

tros, e salpica de chistes a crendeirice e o visionarismo de tantos que as viram e as descrevem, deitando leite pelos peitos rígidos, os dedos das mãos unidos, as costas pegadas, a cabeça colada ao tronco, e a pele do seio fina a mais não ser. Francisco Xavier de Oliveira, depois que vira, numa tela, em Viena de Áustria, o Rei David vestido à espanhola e uma sereia, noutro quadro, com o rabo escamoso acabado num ramo de flores, a tocar viola sôbre as águas incapazes de lhe destemperar as cordas, já não se admirava de coisa alguma, nem da aparição delas anunciar guerras e calamidades próximas, nem da raspadura dos seus dentes ser bôa contra a mordedura das víboras, nem do pó dos seus ossos ser infalível contra os fluxos de sangue.

O Cavalheiro de Oliveira, galantemente, acaba a carta com um madrigal à formosura de Sereia de Madame de Klembach, declarando que para tais histórias se fêz uma fé chamada a fé dos padrinhos. É nela que ficamos.

A carta XV, dirigida a Mr. de M...., trata de «inflamações extraordinárias sucedidas aos corpos humanos», gentes que deitavam fogo pela bôca, chamas saídas das entranhas, incinerações fulminantes, etc.; e a seguinte, XVI, é à Condessa de Brille «sôbre os gostos depravados», onde vêm aquêles casos portugueses de um francês que em Lisboa comia môscas, de um frade que comia os mucos do nariz, de uma moça de Coz que comia percevejos, de um cavalo que comeu uma sege, e de um velho do bairro de S. Mamede que devorava, naturalmente por vingança, os bichinhos que o devoravam a êle.

A carta XLIX é a «respeito de gigantes», e a seguinte,

dirigida, como a primeira, à Condessa de Brille, continua o mesmo assunto e acrescenta-o com algumas notícias «dos homens de grandes fôrças».

Francisco Xavier de Oliveira blagueia nelas desimpeçadamente à conta de quatro gigantes alfacinhas: o *lagarto* da Penha *que se acha pendurado ha muitos anos sem comer*, o *Drago* e a *Serpe* que figuravam na procissão do Corpo de Deus, e o *Bugio* que se conserva nas águas do Tejo, chamado o Bugio da Barra, e que só se alimenta de pólvora e de balas pelas muitas bôcas que tem, donde as vomita com fogo e estrondo sôbre quem queira atacá-lo. Como a Condessa o argüisse de falta de juízo pela chacota epistolar, o nosso fino diplomata escreve a sério a segunda epístola declarando não acreditar em raças de gigantes, tal como o cavaleiroso Miguel Leitão de Andrade, crendo tão-sòmente nas corpulências anormais de que há sempre numerosos exemplos. O último em nosso tempo foi o *Gigante Algarvio* que há anos andou o empresário Pintassilgo a mostrar pelo País.

Quanto a homens de fôrças extraordinárias cita proezas que farte e não se esquece de incluír entre os possantes o Rei D. Pedro II que rebentava um potro entre os joelhos e escavacava uma ferradura entre os dedos. Fala também de Dom Pedro Henriques, um dos homens mais feios do seu tempo, que levantava e atirava ao ar uma mó de moínho; de um lisboeta, de nome Pedro, magro e doente, que trouxe uma mulher às costas do meio da estrada de Loures até Lisboa; e do Marquês de Alegrete, que em Sintra, a-pesar-da sua fraca estatura, abriu e matou um toiro de uma só cutilada.

O Cavalheiro de Oliveira encarece sobretudo o esfôrço do tal Pedro, dizendo:

—*Consideray quanto pode pesar huma mulher a que não chamo Senhora, e vede se póde haver mayor força que a que carrega com ella.*

O que, porém, em matéria de esfôrço e resistência mais o pasmava, era a do Conde de Miltziu *que trás ha sete anos sobre a face esquerda hum sopapo que o General T*** lhe deo com a mão direita.*

*
* *

Ao contrário dos gigantes, são menos freqüentes os anões. No século XVII chegaram a ser moda. Havia-os no paço, em quási tôdas as casas fidalgas, nos conventos e nas ruas. Tinham-se sob os tectos familiares como bichos de estimação, como galantaria. Faziam parte, com a negraria e os macacos, da matilha da casa, e distribuía-se-lhes o papel de bôbos mesmo que fôssem sensaborões como a própria sensaboria. A casa dos Condes da Vidigueira abrigava um anão que nascera em Olivença no princípio do século. A mãe dêste monstrozinho dera também à luz uma filha com sete palmos de comprido (!!!). Se não era a estatura que faltara ao mano, há que argüir o cónego que dá a notícia de uma imaginação de igual número de palmos.

Ainda em 1812 havia em casa do Marquês de Tancos dois anões, um chamado António José e outro Vicente. Êste era prêto e não chegava, como o outro, sendo ambos

homens feitos, a ter cinco palmos. Sempre eram maiorzinhos do que o Anão de que fala Suetónio que não excedia dois palmos de alto nem dez arráteis de pêso, e que o Imperador Augusto ordenara se expusesse ao público de Roma.

Quem dá conta destas e doutras maravilhas é o Escrivão-fidalgo de João V, Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, no seu divertido livro *Raridades da Natureza*, impresso em Lisboa em 1759. Correndo tal obra encontram-se monstruosidades extraordinárias. Sob a epígrafe *Vidas Dilatadas* enfileiram-se vários casos memoráveis, tais como o de um João Rodrigues, falecido em Colares em 17 de Outubro de 1731 com 125 anos, deixando viúva por horas sua mulher Antónia Rodrigues com 104; um Domingos Afonso, de Trás-os-Montes, casado aos noventa anos e falecido de um desastre aos 104, e na mesma província uma Isabel Marques de 120; o sogro do pintor Carlos António (?), que com 112 anos ia a Mafra, a pé, todos os anos, ganhar o Jubiléu; Violante Farta, de Peniche, que ainda fiava e dançava aos 115 anos; uma mulher moradora à Sé que tinha 157 anos em 1735; um alfaiate que se desobrigou na freguesia da Pena, dois anos antes do Terremoto, com 133; um religioso em Abrantes com 136; um homem da freguesia de Santos-o-Velho, de 125, e o Padre Frei Luís Salazar que morreu no 1.º de Novembro nas ruínas da Trindade o qual, com um século de vida, comia e bebia como uma comunidade de bernardos ricos, sem que descomesse senão de quinze em quinze dias. Diz o narrador que se não se empenhasse tôda a terra em sepultá-lo parece que êle e o mundo veriam o fim ao mesmo tempo.

A quem já não deveria agradar muito esta abundância de macróbios era ao Cardial da Cunha, que costumava dar uma moeda de oiro a todo o centenário que se lhe apresentasse.

Mas outras raridades maiores vêm compendiadas em Aucourt e Padilha. Sem falar naquela mulher que vivia à Anunciada, no palácio do Conde da Ericeira, a qual, sem ter língua, falava, o que chegou a motivar a curiosidade da Academia de França, muito houve em Lisboa com que pasmar o público e dar-lhe àsas à imaginação.

Em 1716 mostrava-se na cidade um homem que tinha uma criança pegada ao peito, só com um ôlho na testa e cabelos de meia vara de comprido. O fenómeno exibia-se numa barraca do Terreiro do Paço guardada por soldados. Cada pessoa pagava um tostão. O homem chamava-se Jaime e a criança, baptizada oito anos depois dêle, Mateia. Em 1740 pedia esmola por Lisboa uma rapariga que tinha só um ôlho na testa, e em 1757, outra mostrava, também pedindo esmola, um rosto monstruoso com um dos olhos no lugar das fontes, meio nariz no seu lugar próprio, e a outra metade na maçã do rosto, onde tinha um buraco por onde respirava. Ainda no mesmo ano andava esmolando na cidade um rapaz com a língua tão disforme que lhe saía fora da bôca.

Quanto a partos monstruosos as referências não são escassas também.

Na vila de Fernão Cavalheiro, diz o douto Feijó, parira uma cabra uma menina que se não fôssem as orelhas caprinas e certa excrescência caudal pareceria perfeitíssima.

Em Gôa, a 11 de Março de 1542, nasceu de um casal de canaris um monstro com todo o feitio de macaco, coberto de pêlo, a cabeça esférica, com duas pontas rígidas, um só ôlho e as orelhas como as de cabra. Mal nasceu, pôs-se em pé, deu um berro, e atirou-se à mãe mordendo-a num peito. Assombrado e desvairado, o pai, ao ver o monstro, cortou-lhe a cabeça.

Quanto se devia ter arripiado o bom do Jorge Cardoso ao escrever isto no seu *Anno Historico!*

Em 1628 houve aquêles dois assombrosos partos em Lisboa que pela bôca de Miguel Leitão já referi ao leitor, e, em 1635, a 12 de Abril, nasceu em Vila Viçosa um menino com o peito em forma de escudo e nêle uma cruz como a de Avis. Tinha as mãos redondas, sem dedos, com sinais como de cravos, e os pés também redondos. A cabeça era em forma de murrião. Os sebastianistas deviam ter entendido êste parto como uma profecia de 1640.

Em 1754 uma mulher que morava à Vitória, casada com um tendeiro, deu à luz um filho com cabeça de cão e cauda felpuda. Isto fêz tanta bulha em Lisboa que até se estampou uma *Relação.*

Três anos depois, a 24 de Março de 1757, em Castelo de Vide, nasceu uma criança que trazia dentro outra, da qual só se viam pés e mãos, estas saíndo pelo peito e aquêles pelo ventre. Viveu quási um mês. Autopsiada depois, encontrou o cirurgião, dentro do peito, uma cabeça e o resto do corpo acomodado no corpo envolvente. Dêste caso também se estampou uma *Noticia* que correu impressa.

Em 1780 apareceu em Lisboa uma mulher, vinda do Pôrto, conduzindo uma criança que tinha todo o lado esquerdo do corpo cheio de malhas com pêlo. Aconselharam-na a que se fôsse da cidade, porque aquilo, de-certo, fôra de ela ter ajuntamento com algum mono. ¡Pobre mulher! ¡Nunca mais ninguém a viu em Lisboa!

Monstruosidades em animais, o autor das *Raridades da Natureza* viu-as que farte. À roda de Odivelas, onde Padilha tinha uma quinta, os prodígios multiplicavam-se. Ignoro se era o influxo milagroso do mosteiro de D. Denis a causa dêsses assombros, dado que lá dentro as monstruosidades fisiológicas e psicológicas se multiplicavam também. Em Agôsto de 1757, em casa do Bailio Fernando Correia de Lacerda, ao Campo Grande, foram levar um frângão com três pernas, e em princípio de Julho do ano seguinte nasceu dentro do mosteiro um pinto com três pés e outro com quatro, sendo o primeiro da Madre D. Antónia Eufrásia Coutinho e o segundo da Madre D. Teresa Leonor Caramelo. Estes galinheiros conventuais eram admiráveis!

Também dentro do mosteiro nasceu, à roda de 1750, um gato com duas cabeças e oito pés. Ignora-se o nome da freira a quem pertencia o monstro. O próprio Aucourt e Padilha mostrava na sua quinta uma galinha que, depois de pôr muitos ovos, depois de ser bastante galinha, se tornou em galo, cantando como tal e arrastando a àsa às fêmeas.

Disto é que as freiras nunca puderam arranjar.

Mas ali tudo era extraordinário. Um dia que quatro fidalgos cotados foram a Odivelas ver a ex-galinha, outra

galinha pôs um ôvo em feitio de bôlsa apertada pelo anel. Tudo ficou tão pasmado que se tirou logo ali um desenho que D. Pedro Manuel de Melo, um dos visitantes, trouxe para a capital.

O galinheiro desta quinta era um teatro de milagres. Havia lá uma galinha que era do Padre Pantaleão de Sousa, Prior de Tôrres Vedras, que punha três ovos todos os dias, o primeiro com duas gemas e o último de casca mole. Tinha sido um brinde do Senhor de Murça. Outra, acamurçada e linda de pinta, durante dez anos que pertenceu ao dono da quinta, jàmais pôs um ôvo. Altos desígnios!

De outra vez apareceu na capoeira um ôvo sem gema em cuja clara coalhada se divisava qualquer coisa. Seria como o ôvo do galo de Mr. de Montagnac, Cônsul de França, que êste cavalheiro mostrara às suas visitas uns anos antes, na casa do Conde-Barão, à Boa-Vista? Seria um dos tais ovos donde se dizia nascer o Basilisco ou a Sevandija? Os circunstantes deveriam ter ficado bastantemente confusos, como noutra ocasião ficou a família do Escrivão-fidalgo de D. João V quando ao matar-se uma das suas prodigiosas galinhas se lhe achou uma agulha atravessada na moela.

Ali tudo eram maravilhas. Até as pessoas que lá iam eram extraordinárias, como um Manuel Carvalho, do têrmo de Tôrres Vedras, que, tendo casado de noventa anos, aos noventa e quatro teve um filho, que se baptizou no mesmo dia e na mesma água que um seu bisneto. Costumava ali ir ver um genro que vivia perto do mosteiro. E ia e vinha a pé desde Tôrres até Odivelas. Que tal era o homem!

Aucourt e Padilha refere ainda outros casos que não omito. Além daquela mula criadeira que Miguel Leitão citou, lembra a outra a que faz referência a *Miscelanea* de Garcia de Resende, que esteve em exposição na rua Nova, uma terceira que, em 1758, na vila de Cuba, teve uma outra mula, e ainda uma quarta nas mesmas condições, que veio ao Terreiro do Paço, em tempo de D. João V, para o soberano a ver da janela do palácio real.

Outra raridade portuguesa digna de conhecimento mais dilatado era a célebre Benta, donzela de Aldeia Nova, têrmo de Serpa, que esteve, desde 1735 até 1758 pelo menos, sem comer, o que mete num chinelo as avarias do jejuador Succi e do patusquíssimo Papuss que fêz delirar Lisboa dentro da sua urna de vidro. ¡A Benta, além de não comer, há anos também que não dormia!

Passando dos animais aos vegetais e aos minerais, não quero deixar de dar conhecimento ao público de hoje de duas notáveis árvores alentejanas: uma nogueira perto de Extremoz e uma azinheira em Água de Peixes, tão copadas e tão grandes que — diz um anotador anónimo das *Raridades da Natureza* — davam sombra a um regimento inteiro.

Quanto a pedras maravilhosas, além das que citei num estudo anterior, a pág. 172, foram célebres, também, as que apareceram em Sezimbra com a firma e o talhe de letra do Duque de Bragança, a anunciar a Restauração. No cartório da Congregação do Oratório, aqui em Lisboa, guardava-se uma para memória. Era negra, ovada e do tamanho duma noz.

Conchas petrificadas, apareceram muitas nos alicerces

do convento de S. Francisco da Cidade e na raiz do Monte de S. Gens, junto ao Forno do Tejolo.

Tudo isto eram coisas estranhas que davam pasto às imaginativas sôfregas. O povo delirava com elas, os soalheiros animavam-se, a fantasia do público inflava, fazia-se leve e ascendia sôbre a chateza habitual da vida cidadã.

*
* *

As *Gazetas*, lá de quando em quando, traziam com as guerras dos turcos, as mortes dos Principais da Côrte e da Igreja e as visitas reais a conventos e capelas, a sua notícia de casos raros e monstruosidades, mas isso não chegava ao apetite popular. Vieram então as *Relações* em folhetos excitantes, com compridos e desafiantes títulos, em que foi peritíssimo jornalista o genealógico José Freire Monterroio Mascarenhas. Eram dêle os textos estirados e misteriosos de *O Maior Monstro da Natureza aparecido na costa da Tartaria Septentrional no mês de agosto de 1739*, o *Emblema Vivente — Noticia de um Portentoso Monstro na Anatolia*, impresso em 1727 em Lisboa, a *Relação de um formidavel Monstro Silvestre nas vizinhanças de Jeruzalem*, também estampado no mesmo ano, e tantos outros.

Pelos títulos avalia-se fàcilmente o estilo e a matéria do texto, adubada de pormenores maravilhosos, posta umas vezes em prosa e outras em verso, em português, ou em castelhano, e que correspondia, para o interêsse de hoje, aos *Á última hora* de períodos agitados. Depois

eram as fabulosas xilogravuras representando os monstros, desenhados pela mais inverosímil fantasia artística que possa imaginar-se.

Aqui tenho eu, defronte, a *Verdadera Relacion y Nuevo Romance que refiere la horrorosa figura de un Monstruo*

O monstro pescado em Fermo
segundo a xilogravura que ilustra o Folheto que o noticia

*Pescado, que el dia ocho de Agosto de este año passado se descobrió en la orilla del Mar á distancia de siete millas de la ciudad de Fermo, del Señorio de Venecia*, etc. O *monstruo* é realmente uma coisa estupenda, com cara de gente, uma tumba com caveira no dorso, espadas, âncoras e luas gravadas no ventre e nas espáduas, além de três *PPP* sibilinos, setas em vez de unhas, cornos, juba e tetas. Nada escapou ao desenhador para fazer vibrar a imaginação popular.

O *Romance* conta como foi a pesca do «fenómeno» em meio de um temporal desfeito e descreve-o depois em redondilha maior, pondo o *enigma* à conta de Deus:

*Sobre que pueda ser esto*
*dudo que alcance ninguna*
*mente, por capaz que sea*
*á resolver esta duda,*
*este enigma, ò este encanto,*
*por que el mas docto se ofusca,*
*hasta que Diós, si conviene,*
*com su poder lo descubra.*

Do mesmo género é a *Relacion en que se trata de um Animal cuya specie no se conoce que el presente año de 1622, por los meses de Mayo y Junio, andando en tierra de Tralos Montes hizo notables matanzas...* Tal bicharoco, depois de ter feito mil picardias, foi monteado e morto, tendo vindo a cabeça parar a Lisboa onde, em Alfama, esteve exposta ao público.

Outra fera transmontana deu que falar em 1734, tendo-se por essa ocasião publicado um folheto de cordel de estirado título que principiava: *Relação de huma formidavel fera que sahio da Montanha do Gerez junto á villa de Montalegre na Provincia de Tras-os-Montes*, etc. Miguel Honorato, que escreveu a lôa, conta as horríveis façanhas do monstro, que devorava homens e mulheres como se fôssem ovelhas. Pelo visto, era um tigre enxertado em lôbo. Corria como o vento e rugia como um bando de leões.

Em 1760 aparece no têrmo de Chaves outro «fenó-

meno» de igual jaez. Êste, conforme a estampa, tinha cornos e àsas, e o corpo era escamoso, com aspecto de gato, de porco-montês e de pássaro. Já se sabe, publicou-se a inevitável *Relação verdadeira da espantosa fera*, que devia de ter dado bons cobres ao industrioso Joseph Felipe que a deu à estampa (1).

Outros papéis dos que se encavalavam em barbantes e faziam luzir o ôlho curioso do alfacinha nas suas deambulações vàdias pelos arcos do Rossio eram, também, os que, sem espalhafato de maior, noticiavam casos prodigiosos, milagres, histórias morais que vieram a degenerar na *Princesa Magalona*, na *História de Carlos Magno* e na de *Pierrès, Conde de Provença*, que ainda são da nossa época, forrando as vidraças dos quiosques, hoje apenas decoradas com a «Biblioteca de Cupido», menos maravilhosa mas, em compensação, muito mais desavergonhada.

Entre êsses, um dos mais interessantes que conheço é a *Noticia de dous Animaes Monstruosos que naceram, viveram e morreram nesta cidade de Lisboa Occidental exposta em huma breve carta que escreveu Joaquim dos Santos, assistente no Hospital Real, a Manoel Gonçalves assistente em Loures.* O autor foi João Veloso e o folheto é de 1734, como tudo se conclui da *Censura* que o remata. São apenas quatro páginas de texto, mas não tão insignificantes que Camilo as não tivesse aproveitado e citado.

---

(1) Estas três *Relações* de feras trasmontanas foram analisadas em um artigo publicado por M. Cardoso Marta num número do *Diário de Lisboa* do ano findo.

Trata-se de um cão e de um gato, verdadeiramente excepcionais. O cão nascera em 1 de Abril de 1732 em casa de Luís Pereira, cirurgião e mestre de sangria do Hospital de Todos-os-Santos, no pátio da Serpe, dentro do mesmo Hospital. Chamava-se *Troya*. Tinha mais duas patas do que os cães normais e era hermafrodita, tendo sido pai e mãe mais de uma vez. Era pardo e branco, tinha os olhos azuis e a *condição branda e melancólica*. Era tão generoso que estando a roer um ôsso cedia-o a qualquer outro cão que aparecesse. Já esta circunstância era o suficiente para a sua monstruosidade.

O gato nascera a 12 de Novembro de 1733 na rua de S. João, que já não existe, em casa do estalajadeiro Tomé Rodrigues Terra, de alcunha *o Campolide*, que deixou o seu nome vinculado a um pátio do sítio. Êste Campolide era quási tão notável como o gato. Os *gourmets* da Lisboa de 1734 adoravam-no. As suas sopas de vaca, com presunto, paio e chouriço, os seus frangos recheados, os seus coelhos no espêto, as postas de pescada, o camarão e os vinhos de fora, raros e preciosos, da sua frasqueira, atraíam até à rua de S. João os paladares mais apurados, fôssem de poetastros estúrdios ou de pacatos burgueses.

Foi aí que nasceu o gato com duas cabeças pegadas pelas orelhas. O Campolide ficou pasmado e a mulher principiou a alimentar o «fenómeno» a leite de vaca. Infelizmente as duas cabeças eram de mais a um só corpo e o pobre bichano pouco mais viveu do que vinte e quatro horas. Os compungidos donos mandaram-no embalsamar.

João Veloso aproveita o ensejo de nomear outro gato

monstruoso que nascera em casa do porteiro do Hospital Real, sem olhos, sem ouvidos, sem nariz e sem bôca.

O bichano de Rodrigues Terra esteve por largos anos exposto no mostrador da *casa a pasto* da rua de S. João. Entre as vítimas do Terremoto deve poder contar-se esta.

E eu agora acabarei, justificando-me de não ter falado de casos ocorridos fora de Portugal, como o autor do folheto, dizendo:

—*Não reparem V. M. em que somente lhes dou noticias da nossa terra, sucedendo no mesmo tempo nos Reynos extranhos, outras deste genero, e muito particulares: pois como verdadeiro Portuguez não admitto na minha caza drogas de fora do Reyno. Só escrevo o que se pode ver e examinar, e me não sirvo de noticias de terras para donde he difficil a correspondencia, e averiguação; porque lá dizem; de longas terras, longas mentiras.*

Ponha o ponto final o Guarda-Mor da Tôrre do Tombo, João Couceiro de Abreu e Castro, que prelecciona na «Censura»:

—*Como Deus he author da Natureza, todas as suas produçoens assim perfeitas, como imperfeitas, são objectos da Divina Providencia, que costuma prognosticar a raridade dos sucessos com a diversidade dos nascimentos, e dos metheoros, e não he justo se despreze por acazo da Natureza, o que he regulado pelo seu author, como nos tem mostrado as historias de semilhantes monstros.*

Judicioso Guarda-Mor!

# FREIRAS EM ARMAS

MOSTEIRO dos Remédios, Piedade e Madre de Deus, da cidade de Braga, fundado em 1549 por D. Frei André de Torquemada, Bispo de Dume e Titular daquêle arcebispado, pertencia à Regra Terceira da Ordem da Penitência do Seráfico Padre S. Francisco. Parece-me estar ainda vendo o vasto edifício cuja fachada principal corria à ilharga de S. Marcos, fronteira à sumptuosa igreja de S.ta Cruz, e recordo com saüdade as minhas idas furtivas à Portaria quando amealhava uns tostões que me permitissem fartar o apetite dos doces que lá se fabricavam. Era isto há vinte e oito anos, quando havia ainda casulas penduradas às portas dos paramenteiros da rua do Souto e a campaínha dos eléctricos ainda se não ouvia ao desembocar da rua de Jano para o Chiado bracarense.

Hoje nada existe dessa clausura que entre as dezasseis que se estadiavam na cidade dos Arcebispos movia especialmente a minha simpatia alicerçada sòlidamente no gôsto paradisíaco das *gargantas de dama* e dos *papos de anjo* que as recolhidas feituravam tradicionalmente sôbre hóstias de pão trigo.

Que saüdades! O teatro que, no âmbito do mosteiro,

se ergueu, está agora fabricando-as para os outros. As minhas estão ainda presas ao velho convento cuja portada adornada de nichos e de colunas salomónicas vejo ainda nìtidamente na minha retentiva.

O que eu nunca supus, quando lá ia, era que as simpáticas freirinhas criadoras daquêles doces preciosos em serenas lucubrações culinárias, cujo segrêdo pacífico se transmitiu de geração em geração, tivessem alguma vez empunhado ferros e madeiras que não fôssem os colherões de mexer as caldas, os chavões de imprimir a massa dos bôlos e a tesoura de recortar pacientemente as hóstias e o papel. Pois uma ocasião houve em que os machados de partir lenha foram empunhados por essas delicadas mãos e os gritos de revolta substituíram nas suas bôcas os murmúrios das orações.

Foi o caso assim.

*
* *

Entrara o ano de 1674 com fúnebres prognósticos, diz o beneditino Frei Alexandre da Paixão. Os últimos *autos de fé* em Évora e na côrte tinham sido de mau agoiro para a Religião. Saíram com fogo revôlto e sambenitadas algumas freiras. Por outro lado muita fidalgaria retirara de Lisboa suspeitosa de perseguições; os colegiais de S. Paulo tinham morto em Coimbra, com tiros de clavina, o Corregedor da cidade, por vingança de êle ter prendido o colegial D. Luís de Almeida; na côrte tinham-se feito numerosas prisões. Os ânimos andavam alvoroçados, e os escândalos e excessos em clausuras multiplicavam-se de

novo depois da acalmia aparente que sucedera ao temor do «Alvará» de 3 de Novembro de 1671, exigindo uma reformação total.

D. Pedro II, num decreto particular, viu-se obrigado a instar perante os Prelados reformadores pelo cumprimento exacto de todos os diplomas proïbitivos dos tratos e vestidos imodestos das religiosas, das correspondências ilícitas e das liberdades das grades, não se entendendo apenas essas ordens materialmente, senão em tôda a sua extensão.

D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor Geral, então Arcebispo de Braga, querendo dar pública demonstração do acatamento às ordens do Príncipe, observou-as *ad litteram* e, mais papista do que o Papa, expediu ordens fulminantes aos seus ministros bracarenses — visto que em Lisboa se achava — para que se impedisse tôda a ocasião de ofensa a Deus, atalhando nas grades aquela malícia que, no dizer de Frei Alexandre da Paixão, *dava gôsto de pecar no mais vedado.* Nas grades é que estava o maior perigo. Era aí que poderia haver os tocamentos de mãos. E vá de tirar os anteparos que de dentro e de fora dividiam os locutórios.

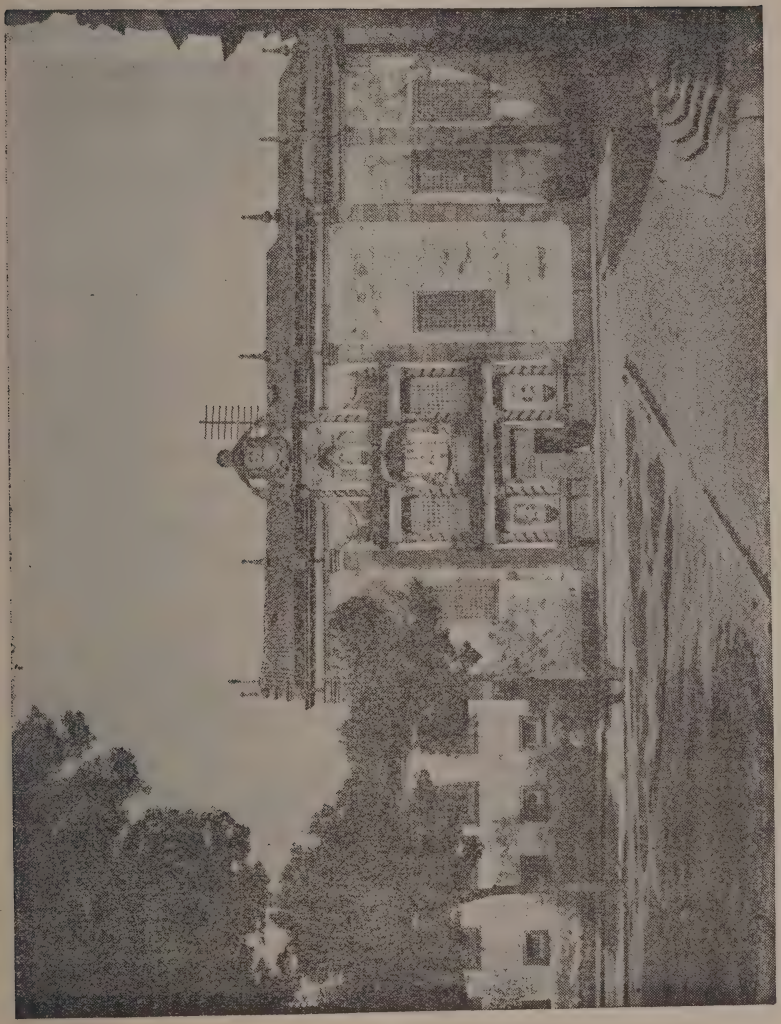
A ordem prelatícia transmitida aos mosteiros dos Remédios, Salvador e Conceição, encontrou resistência e murmuração. As franciscanas do convento de Frei André de Torquemada magoaram-se justamente; as bentas do Salvador, no Campo da Vinha, e as da Conceição da rua dos Pelames, doeram-se também da ofensa, mas acabaram por a devorarem em silêncio, julgando que naquela diligência se reduzia todo o ímpeto reformador.

Passaram-se três sossegados meses. Chegado o de

Abril, D. Veríssimo de Lencastre, como a consciência, talvez, se lhe picasse de maiores escrúpulos, e tivesse algumas noites mal dormidas à conta de considerar sôbre o comprimento de dois braços estendidos, escreveu de novo ao Cabido para que as endemoninhadas grades se desmontassem, armando-se de novo de forma a que entre os ferros de fora e de dentro ficassem oito palmos. Assim, seria impossível que se tocassem, sequer, as pontas dos dedos. O Cabido, ao que é lícito supôr, exultou. Em vez de intimar as três abadessas em termos moderados, com diplomacia de afagos e palavras cumprimenteiras, acompanharam imprudentemente a intimação com censuras e ameaças de interdições, cercos e outras violências. Oh! diabo que tal fizeram! Tróia ardeu então, naquela primavera de 1674, na venerável cidade dos Arcebispos! A abadessa dos Remédios, compungida e melindrada, mal pôde ensaiar às suas ovelhas uma arenga de prudência. O incêndio ateara-se irremediàvelmente e contaminara já os mosteiros do Salvador e da Conceição.

Pelos claustros e dormitórios o bando agitado das religiosas ia e vinha como revoada de pássaros aturdidos do estrondo de um tiro. O silêncio claustral pusera-se de parte e a grita acordava os ecos seculares, retidos nos recessos das abóbadas, que lá tinham ficado quando os alvenéis, carpinteiros, ensambladores e pintores levantaram o mosteiro havia cento e vinte e sete anos.

As franciscanas de Frei André de Torquemada puseram-se em armas e, avisos passados às suas companheiras, estenderam a revolta às outras clausuras. Os crivos dos mirantes do convento foram arrancados. Utilizando-os



O mosteiro dos Remédios, em Braga, já demolido

em escudos, armaram um baluarte donde, com clavinas aperradas, visavam as portas para evitar que alguém se aproximasse a ler os editais prelatícios, afixados ali como ultrage às suas pessoas e às suas prerrogativas.

A severa e piedosa Braga foi acometida de um súbito estupor. Pois quê! ¿Seria possível que as pombas do Senhor desobedecessem com escândalo à ordem de D. Veríssimo de Lencastre? Do Campo da Vinha às Hortas, e do Pópulo a S. João do Souto, não se falava noutra coisa. Os bracarenses, tomados de pavor, recolhiam-se às suas casas e espreitavam, pelas reixas, as ruas desertas de povo e de burgueses.

O Cabido, reünido em assembleia magna, resolveu notificar ao Inquisidor Geral o desacato promovido pelas freiras, exagerando-o, como convinha à necessidade de contrabalançar, para a justiça do Arcebispo, o imprudente excesso da intimação.

D. Veríssimo de Lencastre, ao receber a carta dos seus ministros, recheada de hipérboles anatematizadoras da atitude guerreira das religiosas, devia de ter-se irritado. Pensando no escândalo que campeava na sua Braga onde a essas horas, talvez, tôda a população monástica feminina tivesse aderido ao motim, requereu a S. Alteza o Príncipe D. Pedro a nomeação de um Desembargador que fôsse do Pôrto fazer tão melindrosa devassa. *Nenhuma mais indomita fera do que huma mulher assanhada e empenhada na vingança*, pensaria talvez o Prelado, como o beneditino autor das *Monstruosidades*.

Em Braga constou de-pressa a providência tomada pelo Inquisidor Geral. A cidade dividia-se, então, em duas

facções: os partidários da autoridade e os partidários das freiras, engrossadas com os parentes e criados destas, que, apressadamente, lhes iam fornecendo armas, servindo de correios entre os mosteiros revoltados e mantendo-lhes o espírito atrabiliário, essencial para a derrota do Cabido. A fidalgaria, a burguesia e o povo, afectos ao Prelado, armavam em espias, e dêste encontro de opiniões cavavam-se abismos entre a nobreza e rixas entre o gentio miúdo.

Algumas pessoas ponderadas e timoratas tentaram convencer as três abadessas a uma necessária obediência, encarecendo-lhes a culpa e o desacato. Tudo de-balde. As freiras ouviam melhormente a adulação dos que as animavam a resistir e lhes garantiam a vitória final, e só as do Salvador se comoveram com as razões dos primeiros, desligando-se, não sem custo, da liga feita com as dos Remédios e da Conceição. Foram-lhes logo levantadas as censuras e o interdito, e nas igrejas da cidade deram-se graças ao sucesso, atribuindo-o a favor do Patriarca S. Bento, incitado talvez a convencê-las à obediência real pelos beneditinos de Tibães.

O conflito, porém, ainda estava no princípio. Quando entrou em Braga com alçada o Dr. João de Carvalho, Desembargador da Relação do Pôrto, é que êle explodiu com maior violência. As franciscanas dos Remédios, já então exercitadas no serviço de roldas e sôbre-roldas, amiüdaram e intensificaram a vigilância, assustando as justiças com as bôcas das clavinas a espreitar de entre as grades da clausura. Não era sem razão que Frei Bernardo de Brito encarecera na 1.ª Parte da *Monarchia*

*Luzitana* a valentia e a coragem das mulheres bracarenses. As freiras dos Remédios eram da mesma fôrça e do mesmo sangue e não sei como escaparam à galeria do *Teatro Heroico* de Damião de Fróis Perim.

Não sei qual fôsse nem como fôsse a prudência do Desembargador ao encetar a sua diligência, porque apenas se apresentou para falar com as abadessas dos mosteiros revoltados não teve recepção animadora. Por mais que lhe prometesse um perdão geral não o quiseram ouvir, e a devassa começada ameaçava eternizar-se, porque tanto parentes, como criados dêles, como as servas das clausuras, obstinaram-se no mais irritante mutismo. Sentindo faltarem-lhe as fôrças e a autoridade, o Dr. João de Carvalho tentou nova entrevista com as Preladas, acompanhando-se do Dr. Gaspar de Morais, que então servia de Ouvidor em Braga e que era bem aceito das religiosas e tido na cidade dos Arcebispos como ministro honrado e muito português. As freiras atenderam-no, ouviram-lhe os conselhos, agradeceram-lhos, mas muito pertinazmente declararam que só se submetiam a D. Veríssimo de Lencastre. Que viesse o seu Prelado e então conversariam. Até lá, as estacadas estavam armadas, as armas a postos e a coragem firme.

Tentou o Provisor do Arcebispado, o Dr. José Soares de Carvalho, a quem as freiras imputavam a responsabilidade do vexame das grades, uma interferência feita com fingida boa-paz. Então é que foi o bonito. O tumulto recrudesceu de súbito, o Provisor foi desacatado e o *comité* das revoltadas, saltando por cima dos votos sensatos da abadessa, acabou por declarar nas suas bochechas e nas

de quem quis ouvir que não lhe mandassem mais nenhum Carvalho, fôsse João ou José, pois com gente dessa família nada queriam.

Houve até uma monja, mais atrevida, que adiantando-se do grupo acrescentou:

— Nada de Carvalhos. Com V. Senhorias nem mesmo a salvação.

Elas lá tinham as suas razões.

*
* *

O Provisor e o Juiz da Alçada deram as mãos e enlaçaram os ramos. A tempo que as franciscanas escreviam para a côrte pedindo a D. Veríssimo de Lencastre que mandasse sustar a devassa e o vexame até à sua chegada à cidade alvoroçada por estes sucessos, os dois Carvalhos escreviam também ao Prelado complicando o incidente, *metendo lenha no forno para que o fumo e a labareda não deixasse de resolver toda a sua culpa em cinza.* O Arcebispo com estas informações tendenciosas persistiu no anterior procedimento e deu tôda a fôrça à coligação dos dois ministros. Estava-se já em Junho e tinham-se passado, portanto, três meses quási sôbre o episódio das grades, e seis sôbre o início da tiragem das anteparas nos locutórios. Figure o leitor a pertinácia das freiras postas em armas durante tão dilatado período! Que tais eram elas!

O pior estava ainda para vir.

Em 17 de Junho — era um domingo — amanheceu a cidade alvoroçada de soldados. As cartas vindas da côrte

para o Dr. João de Carvalho iam produzir os seus efeitos. O povoléu inquiria-se ansioso. Que se iria passar? Daí a pouco já tudo se sabia quando o aparato bélico se alastrou no largo defronte do Hospital de S. Marcos e se desenvolveu para as bandas de S. João pela rua dos Pelames. Ia-se pôr cêrco aos mosteiros revoltados. Dizia-se que vinha do Pôrto cavalaria paga, que a Relação e a Câmara da cidade estavam já sob a alçada do Desembargador, que se ia botar fogo aos Remédios e quantas atoardas era legítimo se propalassem em tão difícil transe. Só o segundo boato era verdadeiro. A cavalaria estivera realmente para vir, mas à última hora hesitara-se no tomar da medida, que fôra lembrada por D. Veríssimo de Lencastre. O Inquisidor Geral, pelo visto, queria uma luta com todos os matadores. Atacar um convento de freiras com tropa de cavalo pareceu quixotaria escusada ao juiz da alçada. Não a mandou chamar e fez bem. Sabe Deus que novas complicações não viriam com ela. As companhias da ordenança bastaram para o cêrco.

Imagine-se o que seria Braga nêsse memorável dia.

Mal a abadessa dos Remédios se apercebeu do cêrco, esconjurando ìntimamente o satânico Dr. João de Carvalho, foi-se á fechar as duas portas, de dentro e de fora, da portaria, não tão a tempo que os soldados lhe não prendessem tôdas as criadas da igreja, sacristia e portaria. Os dois mosteiros ficaram absolutamente cercados e as freiras privadas de tôda a comunicação com o exterior, salvo para o médico e sangrador a quem o Desembargador concedeu, a requerimento da Prelada, um especial salvo-conduto.

O serviço militar das duas clausuras, que tinha diminuído, de novo se intensificou. Porteiras, rodeiras, escrivãs, refeitoreiras, mestras de noviças, sacristãs e outras madres e noviças voltaram a exercitar-se no manejo dos ferros, arrancados às grades, e das clavinas e pistolões com que as tinham municiado os parentes e amigos.

Segunda e têrça-feira foram dias mais consagrados a exercícios marciais do que a exercícios no côro. Ao amanhecer de quarta-feira, 20 de Junho (a noite fôra de sobressalto na clausura porque se ouvira em tôda ela um martelar persistente do lado do Pátio) as madres que estavam de vigia deram fé de que o portão estava impedido com uma forte tranqueira de paus de carvalho — sempre os Carvalhos! — pregados com grossas travessas contra os batentes. O alvorôço levantado no mosteiro ouviu-se cá fora, acompanhando o ruído das marteladas com que os soldados fixavam os caibros à porta.

O Dr. João de Carvalho, nas escadas de S. Marcos, assistia ao ataque, dando instruções ao capitão da ordenança, emquanto a soldadesca, cavalgando os muros da cêrca e empoleirada às grades das janelas, jogava dichotes às freiras, arreliando-as com a certeza de uma invasão na clausura e de um assalto às celas. Até as ameaçaram de lhes tirar o Santíssimo Sacramento.

A Prelada, arrecadando sob a saia do hábito as chaves da Portaria, com mêdo que as suas indignadas ovelhas lhas viessem exigir, ficou atónita por instantes, mas mal os sinos começaram a tocar a rebate pedindo socorro às religiosas da Conceição — era o sinal combinado — correu à sacristia a tempo que tôda a comunidade revoltada já

tinha arrombado a porta que dava dali para a casa da Portaria. O mosteiro dos Remédios, Piedade e Madre de Deus parecia uma fortaleza em pé de guerra. As espôsas do Senhor, sofraldando os hábitos que lhes empeciam os movimentos, as faces avermelhadas pela cólera, o gesto descomposto, de machadinhas empunhadas, acabavam de rachar em cavacos as rodas da Portaria e invadiam o Pátio da clausura entre gritos furiosos que faziam do mosteiro a pintura de uma praça guerreira que ia descercar-se em breve de inimigos, por uma sortida impetuosa. A aturdida abadessa em vão implorava com lágrimas às madres que se aquietassem e recolhessem para dentro. Tudo inútil! A virtuosa Prelada viu que às suas razões se argumentava com gritos de guerra e de vingança, e receosa de ser descomposta, ante a fúria das ovelhas que não baliam, mas rugiam como toiros, fugiu de mãos na cabeça, indo refugiar-se no Cartório. Aí, tomando na ponta de uma lança o papel da absolvição dado pelo Provisor do Arcebispado, veio exibi-lo ao povo e à tropa que alastrava desde S. Marcos a S. João do Souto.

O Dr. João de Carvalho, nos degraus do templo do Hospital, empalidecera de-súbito apercebendo-se da inferneira que ia lá dentro. Os sinos não deixavam de picar o rebate.

O Ouvidor Gaspar de Morais, chamado à pressa para intervir no tumulto claustral, chegou no momento em que as portas exteriores começavam a voar em estilhas. Querendo evitar a saída da Comunidade, que não iria de cruz alçada, mas em tom de guerra, com machados, chuços,

clavinas e ferros vários, não fez senão irritá-la mais e houve que bater em retirada para ir conferenciar com o Juiz da Alçada e com o Provisor, que se arrepelavam sem saber o que fazer.

A tropa do cêrco, alinhada e inactiva, enfurecia-se de-certo do ridículo papel que a obrigavam a fazer. Estar ali diante de um batalhão de mulheres, espôsas de Cristo, condenados ao papel de espectadores, enfurecia os soldados que, se lho consentissem, tomariam de assalto o mosteiro, não matando ninguém mas aprisionando algumas criadas e leigas, que lhes bastariam para prémio da façanha.

Entretanto o Dr. Ouvidor, vendo iminente um escândalo de tômo, vai à grade da igreja e implora a Sóror Ana de S. Francisco, a aflita Prelada, que lhe abrisse a Portaria para êle tentar ainda de novo convencer as revoltadas, pois trazia — isso trazia êle! — ordem do Dr. João de Carvalho para fazer tudo o que elas quisessem. O que era mister para decôro do Religião e para sossêgo da cidade era acabar com o tumulto, que ameaçava contaminar tôdas as clausuras de Braga.

Com a sua autoridade e com a promessa de que se levantaria o cêrco e todas as diligências da devassa seriam sustadas até à vinda de D. Veríssimo de Lencastre, conseguiu finalmente demover as franciscanas dos Remédios dos seus propósitos de uma sortida em pé de guerra fora do convento, desde o momento que os factos e não as palavras confirmassem o que o Dr. Gaspar de Morais tinha prometido.

O Dr. João de Carvalho mal tivera tempo de sossegar

com esta boa nova, quando lhe chegou a notícia de que as religiosas do convento da Conceição, atendendo o pedido de socorro feito pelo sino de rebate dos Remédios, se tinham igualmente pôsto em armas, e tendo tomado as chaves da clausura a Sóror Ana do Salvador, que era a sua Prelada, postas em armas, abriram as portas e, em forma de comunidade, subiam os Pelames em direitura a S. Marcos.

Os soldados da Ordenança que as viram irromper da Portaria ficaram sem saber o que fazer. Aos cabos que os capitaneavam imobilizou-os o respeito por aquelas religiosas, tão virtuosas e tão àsperamente reformadas, que caminhavam com os seus mantos veneráveis e os véus descidos do rosto até o peito, rezando pelos seus livros em altas vozes, e precedidas pela cruz alçada erguida nas mãos de uma antiga abadessa.

O povo de Braga arfava de comoção e sôbre a linhagem letrada dos Carvalhos começavam a cair os anátemas e acusações. O Provisor e o Juiz da Alçada, aterrorizados pelo escândalo e surpresos pela murmuração dos bracarenses, encerraram-se em casa, de mãos na cabeça, deixando a quem se quisesse defrontar com o acontecimento a solução da revolta.

Dizia-se que sob os mantos das madres alguns tinham visto armas ameaçadoras.

Estavam elas a chegar às ilhargas de S.ta Cruz quando o Ouvidor, o Dr. Luís Álvares de Sousa que fazia de Juiz de Fora, o Dr. Francisco de Antas e o Dr. António Pereira Cardote, zelosos do bom nome da cidade e do serviço de Deus, acudiram com o seu prestígio a sufocar o movi-

mento. Repartidos, foram ao encontro das freiras. As dos Remédios, acumuladas junto à Portaria, forcejavam por sair. Era mister evitá-lo. As da Conceição, já a irromper no largo, toparam ali com dois dos letrados, que lhes tomaram o passo. Abriu-se a cornucópia das persuasões e dos conselhos. A oratória do Dr. Gaspar de Morais fez então prodígios até agora despremiados pela posteridade, e conseguiu convencê-las.

Entretanto a Cabido, chamada toda a clerezia da cidade, párocos, coreiros, capelães, mestres e cantores, saíu também com cruz alçada do Paço Arquiepiscopal. Naquêle dia a piedosa *Brachara Augusta* teve nas suas ruas o mais comovente drama sacro com toda a estupenda comparsaria de ministros e espôsas do Senhor.

Junto a S. Marcos, naquêle ambiente alterado e revôlto, fêz-se então o pacto. As freiras exigiram que se levantasse o cêrco, que a tropa recolhesse e que se soltassem as criadas presas e que se lhes assegurasse o têrmo de todos os vexames repondo-se as grades, e fiando-se do seu procedimento os ditames da reforma. As condições foram aceitas, mas para isso não bastava a promessa verbal dos ministros. O que elas exigiam era a execução imediata. Como vencedoras, não pediam, impunham condições. O Governador do Arcebispado e o Desembargador, procurados nas suas casas, coagidos pela revolução monacal, nem sequer fizeram objecções. O mêdo dominava-os, e declararam-se vencidos. A tropa retirou, o cêrco desfez-se, as criadas soltaram-se, e só depois de tudo executado é que as freiras regressaram às suas clausuras naquela memorável tarde de 20 de Junho de 1674.

D. Veríssimo de Lencastre, quando em Lisboa teve notícias dêstes sucessos, cada uma de sua côr conforme o partido donde vinha, arrepelou-se da falta de diplomacia dos Carvalhos e sentiu na sua autoridade prelatícia o vexame da derrota. O Inquisidor Geral, que era da opinião de que se não devia ter feito caso da revolta, deixando as madres fazer o que quisessem, até que, não encontrando reacção, se resolvessem a recolher-se aos seus claustros, nunca pôde perdoar aos seus ministros, ao Cabido e às Justiças terem-nas tratado como beligerantes.

Talvez tivesse razão.

Quando mais tarde veio a Braga, com o primitivo parecer um bocado alterado, reformou êle mesmo as grades das religiosas do Salvador, que tinham acatado o Cabido sem ir às do cabo. Aos Remédios e à Conceição não foi, e como não foi estas comunidades, persistindo na teima, não deixaram que lhes tocassem nas grades.

Que tais eram elas!

Quis o Mestre de Campo General António Jacques de Paiva intervir no pleito, talvez porque sendo elas de condição guerreira acatassem as ordens de um general. Nem mesmo assim. As endemoninhadas freirinhas retorquiram-lhe:

— Podem até emparedar-nos, mas há-de cá vir o Senhor Arcebispo.

O Prelado, tão pertinaz como elas, não foi, e as grades continuaram intangíveis. Em Maio de 1676 ainda a teima durava, e, através das grades, a-pesar-da comunidade ter recebido a reforma por intermédio do Mestre de Campo

General, podiam tocar-se as mãos e passar-se os bilhetinhos pecaminosos que tinham motivado as pragmáticas de 1671 e 1674.

Estas monjas dos Remédios eram, por tradição, atrabiliárias. Em 1728, cinqüenta e quatro anos depois dêstes acontecimentos, novo pleito se levantou entre elas e o Cabido à conta de um velho privilégio da comunidade. Quando tangia a *sede vacante*, era-lhes lícito, sem precedimento de Breve Apostólico nem aprovação do Ordinário, admitir noviças e criadas até que a diocese tivesse novo Prelado. Não tinham para tal de sujeitar-se ao Cabido. Ora quando a 4 de Setembro dêsse ano se deu a morte de D. Rodrigo de Moura Teles, o Cabido impugnou o privilégio. As ardidas franciscanas do convento de Frei André de Torquemada puseram-se àlerta imediatamente e quando souberam que essa corporação eclesiástica nomeara para o representar na diligência o Rev.do Desembargador Gonçalo Pinto de Carvalho e Medeiros, de-certo procuraram nas arrecadações da clausura as clavinas, os chuços e as machadinhas que em 1674 lhes tinham dado a vitória. Era outro Carvalho que as atacava. O espírito guerreiro das madres revivesceu e, de-certo, que ecoou nas celas, corredores e dormitórios o seu antigo grito de guerra:

— Com os Carvalhos nem mesmo a Salvação!

Correu o pleito. Manuel Tinoco de Magalhães, advogado nos auditórios de Braga, tomando conta dêle, por delegação do comunidade, fêz entornar torrentes de tinta aos Senhores do Cabido, que vieram, afinal, a pagar bem caro a condenação e a excomunhão com que fulminaram

a Abadessa. Mais uma vez venceram as madres, e os privilégios foram mantidos a despeito da sanha do Desembargador Carvalho e Medeiros (1).

À memória destas aguerridas religiosas aqui deixo êste singelo monumento, com a convicção íntima de que, se ainda algumas vivessem aqui há anos, não ousariam derrubar-lhes o mosteiro nem sequer um alvenel lhe poria mão no edifício respeitável que começando por ser praça de guerra acabou em oficina de confeitaria.

Devia-lhes esta consagração pelo saboreado gôsto das suas *pederneiras*, terminologia gulosa que se filia talvez nas que afuzilaram as clavinas da revolta seiscentista.

*
* *

Isto de motins freiráticos não foi pecha que se perdesse. No século seguinte houve vários, e dêles os mais apregoa-

---

(1) *Relação / dos litigiosos debates / e noticia do seu progresso / que as Reverendas Madres Religiosas do Mosteyro / de Nossa / Senhora dos Remedios / Piedade, e Madre de Deos / da Terceyra Ordem do Seraphico Padre S. Francisco / Tiverão com o Reverendissimo Cabiddo Sede Vacante / que se seguio por fallecimento / do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor / D Rodrigo de Moura Telles / Arcebispo Primaz / sendo Abadeça a Reverenda Madre D. Jeronyma de Belem / natural da mesma cidade / Dedicado á mesma Reverenda Madre Abbadeça / por Manoel Tinoco / de Magalhaens / natural da mesma cidade e advogado nella / — Vinheta — / Lisboa Occidental / na nova Officina de Mauricio Vicente de Almeida / morador nos Sete Cotovelos junto a S. Mamede / MDCCXXXIII / Com todas as licenças necessarias.*

Folheto de 48 págs. com rosto, ante-rosto, carta dirigida pelo autor à abadessa e Licenças.

dos foram os levados a efeito pelas madres de S.ta Mónica de Lisboa e pelas Bernardas de Odivelas. Aquelas, em Setembro de 1721, saíram do seu mosteiro, de cruz alçada e em forma canónica, com ideas de se dirigirem ao Paço. As Mónicas pretendiam, assim, pelo escândalo, que se lhes restituíssem os dotes recentemente retirados. Chegaram a pisar o Terreiro do Paço, mas um secretário de estado impediu-lhes, com mansidão, a entrada no palácio régio.

As do mosteiro de S. Denis revoltaram-se também, mas não foi por lhes ter faltado a ração, que era abundante e bem adubada de picantes, mas sim porque se lhes vexara o espírito cristão com a admissão imposta de uma religiosa que fôra penitenciada pela Inquisição. Em questões de pureza de sangue eram de uma intransigência feroz, e aí vêm elas, também de cruz alçada, a caminho de Lisboa. A meio do caminho a Condessa da Ribeira Grande, cujo palácio ficava na estrada para a cidade, quis atalhar o movimento revolucionário e abriu-lhes as portas hospitaleiras para que descansassem. A êsse tempo D. João V, conhecedor do caso por um postilhão, mandou tropa de cavalaria contra elas e cercou o palácio da fidalga que, enquanto o Conde estava no Cabo Matapan contra os Turcos, pela Religião, não quis também deixar de estar a favor desta contra os Judeus (1).

Entrincheiradas as Bernardas, entrou o ridículo a pairar sôbre os soldados, que não podiam sem desdoiro atacar

---

(1) *As Amantes de D. João V*, por Alberto Pimentel, págs. 189 a 191.

um exército feminino de hábitos e véus. Houve mister de chamar os quadrilheiros da polícia para domar os ímpetos guerreiros das freirinhas reais. Feito o ataque, deu-se o assalto geral ao palácio e, após uma resistência heróica em que os assaltantes se metralharam com tôda a espécie de projécteis, as freiras foram aprisionadas e, metidas nos coches da Casa Real, conduzidas a Odivelas.

As Bernardas não tinham a fibra marcial das franciscanas de Braga.

Em Julho de 1782 deu-se outro caso idêntico de sublevação no convento de São Bento de Bragança, tendo as monjas, também, abandonado a clausura, de cruz alçada, para tomarem posse à fôrça de umas propriedades de que as queriam esbulhar. O Intendente da Polícia, noticiando o caso, pede para elas, como castigo exemplar, o degrêdo para os mais remotos mosteiros da sua religião (1).

Se quiséssemos falar de motins de Frades, não chegaria um volume. Só quanto a distúrbios, desordens e agressões, haveria matéria para largo número de páginas. Tratava-se, porém, de homens; não admira tanto. Quanto a mulheres é que é mais para frisar o impulso revolucionário que as roubava às meditações do côro e à serenidade devota das orações do claustro.

---

(1) *A 1.ª Invasão Francesa — Estudo Político e Social* por António Ferrão — Coimbra, 1925, pág. CXXV.

# ÍNDICE DO TEXTO

Pág.

*Ao Leitor* . . . . . V
A devoção do «Menino Jesus» . . . . . 1
Aeronautas e balões . . . . . 21
Letreiros célebres. . . . . 51
Cupido em Odivelas . . . . . 85
A Ilha Encoberta . . . . . 111
Os Santos Mártires de Lisboa. . . . . 139
Os Sinos de D. João V. . . . . 175
Monstros e outras raridades. . . . . 209
Freiras em armas. . . . . 245

# ÍNDICE DAS ESTAMPAS


Pág.

O Menino Jesus do «Museu Machado de Castro» . . . . . 3
O Menino Jesus do «Asilo» da Rua Formosa . . . . . 15
Lunardi recebido por Júpiter e Juno . . . . . 39
Bilhete de admissão no Anfiteatro do Terreiro do Paço para a ascenção de Lunardi em 24 de Agôsto de 1794 . . . . . 45
«Noticia» do Homem das Botas . . . . . 55
Reprodução de uma página dos «Letreiros Celebres» . . . . . 75
O Mosteiro de Odivelas . . . . . 91
Claustro e restos do antigo palácio chamado de D. Denis . . . 103
O «Desejado» — Retrato inédito pintado em lâmina metálica (séc. XVII) . . . . . 127
Um «registo» dos Santos Mártires . . . . . 144
Sinete da Irmandade dos Santos Mártires . . . . . 158
Primeiro quadro da «Série» vendida no leilão Ameal. «A anunciação do martírio aos três Santos» . . . . . 166
A Tôrre do Relójio antes do Terremoto . . . . . 183
A Tôrre da Capela Real antes do Terremoto . . . . . 193
O peru de quatro pés, nascido na Pederneira . . . . . 223
O monstro pescado em Fermo . . . . . 239
O Convento dos Remédios, em Braga, já demolido . . . . . 249

# ERRATA

| *Pág.* | *Linha* | *Onde se lê* | *Deve lér-se* |
|---|---|---|---|
| 47 | 20 | 1859 | 1819 |
| 53 | 8 | de que algures | de quem algures |
| 65 | 5 | *Triufo* | *Triunfo* |
| 166 | 5 | D. Maria Balbina dos Reis Pinto? | D. Maria Balbina dos Reis Pinto. |
| 217 | 29 | Arcourt | Aucourt |

UNIVERSITY OF N.C. AT CHAPEL HILL
*0000286321 7*